

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E O JORNAL O
CARAPUCEIRO (1832-1842): O DEBATE EDUCATIVO,
POLÍTICO E SOCIAL NA IMPRENSA PERNAMBUCANA NO
SÉCULO XIX**

ADRIENE SANTANNA

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
MESTRADO**

**MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E O JORNAL O CARAPUCEIRO
(1832-1842): O DEBATE EDUCATIVO, POLÍTICO E SOCIAL NA IMPRENSA
PERNAMBUCANA NO SÉCULO XIX**

Texto apresentado por ADRIENE SANTANNA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador (a):
Prof.^a Dr(a). Marcília Rosa Periotto

MARINGÁ

2013

ADRIENE SANTANNA

**MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E O JORNAL O CARAPUCEIRO
(1832-1842): O DEBATE EDUCATIVO, POLÍTICO E SOCIAL NA IMPRENSA
PERNAMBUCANA NO SÉCULO XIX**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marcília Rosa Periotto (Orientadora) –UEM

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG

Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo - UEM

MARINGÁ

2013

Dedico essa dissertação aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Marcília Rosa Periotto, orientadora deste trabalho, pela paciência e perseverança demonstrada durante a pesquisa, por quem cultivo profunda admiração e respeito devido a sua integridade intelectual. Agradeço também, pela amizade e conselhos generosos que fugiram do âmbito acadêmico, e que me motivaram e auxiliaram nos momentos de dificuldade.

Aos Professores Doutores Luciano Mendes de Faria Filho, Cezar de Alencar Arnaut de Toledo e Ademir Quintilio Lazarini pelas considerações feitas no exame da qualificação que muito contribuíram para a conclusão da pesquisa.

Ao programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, especialmente a Hugo Alex da Silva e Márcia Galvão da Mota Lima.

Aos meus pais Rosana e Julio, agradeço o apoio material e espiritual de toda uma vida. Sou grata também pelas possibilidades de estudo e apoio incondicional nas decisões difíceis tomadas até aqui. Obrigada pelo amor, carinho e confiança.

Aos meus irmãos, Juliana e Maycon, pelo companheirismo, amor e carinho ofertado. Apesar da grande distância, não deixam de estar sempre presente em meus pensamentos e em minhas realizações pessoais e profissionais.

À Professora Doutora Rita Filomena Andrade Januário Bettini por ter me iniciado na pesquisa e pela amizade mantida apesar da distância e do término da graduação. Agradeço por ter acreditado nos meus sonhos, incentivando sempre o aprimoramento intelectual e pessoal.

Aos amigos Cleisson Cara e Osvaldo Santos Junior por terem aberto as portas para esse sonho. Obrigada pela amizade, carinho e apoio espiritual durante todos esses anos. Tenho certeza que sem vocês eu não teria conseguido.

Às amigas Keith Braga, Maryna Antunes, Marcela Tinti, Tatiana Piteri e Jackeline Castro pela amizade, confiança e apoio. Obrigada pelas palavras amigas que mantiveram acesas as minhas forças.

À família Oliveira Belém, em especial ao meu amigo Evandro Belém, a quem devo parte da força para trilhar esta trajetória. Obrigada pelo apoio material, pela amizade e confiança. A vocês, meu carinho, respeito e admiração.

Agradeço aos meus alunos, que durante essa trajetória me deram força e segurança pra continuar na área da educação. Sem perceber, contribuíram para a realização desse trabalho, através do respeito e carinho que mantiveram para comigo.

“Doravante, estendo confiante as asas
pelo espaço; Não sinto barreiras de cristal
ou de vidro; Abro caminho nos céus e
elevo-me nas alturas”. Giordano Bruno

SANTANNA, Adriene. **MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E O JORNAL O CARAPUCEIRO (1832-1842): O DEBATE EDUCATIVO, POLÍTICO E SOCIAL NA IMPRENSA PERNAMBUCANA NO SÉCULO XIX** 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dr^a. Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2013.

RESUMO

Esta dissertação tem o propósito de analisar o pensamento de padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) a partir do debate exposto no jornal *O Carapuceiro*, publicado em Recife-PE entre os anos de 1832-1845. Composto por 427 artigos sobre os aspectos cotidianos da sociedade recifense, o jornal apresenta uma proposta reformadora dos costumes e da moral, os quais haviam sido alterados quando da difusão do pensamento iluminista, do alastramento das transformações sociais do século XIX, das quais o Brasil não ficou isento e das próprias mudanças internas. O jornal *O Carapuceiro* gerou um debate sobre o comportamento público e privado da sociedade pernambucana condizente à nova realidade inaugurada com a independência política do Brasil. O conteúdo do jornal se insere no contexto da construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro, quando despontava a formulação do ideário progressista e modernizante, bem como com as primeiras preocupações com o sistema educativo brasileiro. É um estudo conduzido pela hipótese que as ideias morais e políticas de Lopes Gama continham princípios educativos favoráveis à formação de indivíduos aptos para a administração do Estado. A análise do jornal considerou os conceitos de instrução, educação, moral e religião expostos pelo padre-jornalista e, do mesmo modo, o autor e sua obra foram inseridos no contexto brasileiro do século XIX. Lopes Gama expôs as contradições políticas e sociais na medida em que defendeu a manutenção da elite no controle político, econômico e cultural do Brasil. Para isso, empreendeu-se na tarefa de divulgar valores condizentes aos preceitos religiosos e burgueses determinantes na educação de uma mocidade proba e moral, além de propor aos governantes a substituição dos escravos no sistema produtivo por indivíduos livres e imigrantes. Fundamentou suas ideias, sobretudo, nas Sagradas Escrituras compreendendo-a como uma fonte educativa e de libertação das más inclinações pessoais e inimigas do progresso social. A contribuição de Lopes Gama à historiografia da educação brasileira é observada pela preocupação de educar a elite para as novas relações em curso do progresso na medida em que seu projeto previa o ideal de nação civilizada e industrial.

Palavras-chave: História da Educação, Século XIX, Miguel do Sacramento Lopes Gama, *O Carapuceiro*.

SANTANNA, Adriene. **MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E O JORNAL O CARAPUCEIRO (1832-1842): O DEBATE EDUCATIVO, POLÍTICO E SOCIAL NA IMPRENSA PERNAMBUCANA NO SÉCULO XIX** 168 f. Dissertation (Master's in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr^a. Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2013.

ABSTRACT

This thesis aims to analysis the thought of Father Miguel Lopes Gama of Sacramento (1791-1852) from the debate exposed in the newspaper The Carapuceiro published in Recife – Pernambuco, between the years 1832-1845. Comprising 427 articles on aspects of everyday Recife's society, the paper proposes a reform of manners and morals, which had been changed whit the diffusion of Enlightenment thought, the spread of social transformations of the nineteenth century, of which Brazil was not exempted and their own internal changes. The newspaper The Carapuceiro generated a debate about public and private behavior of Pernambuco state society befitting with the new reality inaugurated with the political independence of Brazil. The content of the newspaper is in the context of the construction and consolidation of the Brazilian National State, where loomed the formulation of progressive ideas and modernization, as well as the first concerns about the Brazilian educational system. It is a study conducted by the hypothesis that the ideas of moral and political of Lopes Gama contained educational principles favorable to the formation of individuals qualified for the state administration. The newspaper's analysis found the concepts of instruction, education, religion and morality exposed by priest-journalist and, likewise, the author and his work were inserted in the Brazilian context of the nineteenth century. Lopes Gama exposed the contradictions and social policies and, at the same time, defended the maintenance of social elite on control of political, economic and cultural development of Brazil. For this, the task was undertaken to disseminate consistent values about religious and bourgeois precepts determinants for the youth in education and moral probability, and propose replacing the rulers of slaves in the production system by free individuals and immigrants. He based his ideas especially in the Holy Scriptures understanding as source of education and liberation from evil inclinations and enemy of social progress. The contribution to the brazilian education historiography of Lopes Gama is seen by the concern to educate the social elite to new relations in course of progress that its design provided the ideal of industrious and civilized nation.

Key word: History od Education; 19th century, Miguel do Sacramento Lopes Gama, *O Carapuceiro*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E A FUNDAÇÃO DO JORNAL O CARAPUCEIRO	17
2.1. A imprensa e as transformações sociais no século XIX	17
2.2. A criação do jornal <i>O Carapuceiro</i>	24
2.3. Origem e formação de Lopes Gama	34
2.4. As influências intelectuais do pensamento de Lopes Gama	44
3. O CENÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: A REFORMA MORAL EM QUESTÃO	50
3.1. A divulgação do ideário liberal na imprensa e em novos espaços	50
3.2. <i>O Carapuceiro</i> e as lutas políticas do período regencial	54
3.3. Religião e moral no pensamento de Lopes Gama	72
4. EDUCAR PARA O PROGRESSO: AS IDEIAS EDUCATIVAS DE LOPES GAMA	85
4.1. Educação e instrução: caminhos para o progresso do Brasil.	85
4.2. Libertar e moralizar: a escravidão e a educação da mocidade	106
4.3. As virtudes necessárias na educação da mocidade.	130
5. CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXOS	162

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de analisar o pensamento de Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), exposto no jornal *O Carapuceiro* publicado entre os anos de 1832 a 1842 na cidade do Recife. Objetiva relacionar seus escritos com a educação por meio dos debates realizados nas primeiras décadas do século XIX em prol da construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro. Parte-se do princípio de que as ideias da época expressaram as novas contingências históricas definidas pelo ideário burguês ao exigir que nações compostas por arcaicas estruturas sociais se reorganizassem, equiparando-se às nações materialmente adiantadas.

A ação educativa exercida pela imprensa, considerada como meio de difusão do iluminismo, expressou as lutas humanas travadas no processo de construção e consolidação do capitalismo. Para isso, a liberdade de divulgar os saberes ilustrados e os acontecimentos sociais da época foi compreendida como condição primária na instituição do progresso material. As antigas concepções que vinculavam os homens à conquista da vida eterna deviam ser substituídas por meio do pensamento secular, com ideias justificadoras dos sucessos obtidos no plano das atividades terrenas.

A atuação da imprensa brasileira no século XIX não destoou do cumprimento das aspirações de civilidade da sociedade de então, fomentando um tipo de formação moral e intelectual que desse suporte à entrada do progresso nas atividades materiais e sociais. O objetivo era, portanto, atingir um patamar de mudanças comportamentais, hábitos e valores fundamentais ao desenho de nação em construção pela elite econômica e política.

A sociedade brasileira no século XIX configurou um conjunto de ações no qual o construto ideológico observava os princípios iluministas, porém, adaptados à realidade do quadro político-social encarnado primeiramente na forma de ser colônia e a seguir, no esforço de construir o Estado Nacional nos termos próprios ao modo de produção capitalista.

Este processo pode ser observado na imprensa do período quando da exposição dos eventos políticos que agitavam o nascente império. A divulgação das ideias circulantes no Velho Mundo, compreendidas como “civilizadas”,

foram registradas e, ao mesmo tempo, disseminadas como subsídios na adoção das práticas produtivas e sociais avançadas. Essas ideias, presentes no pensamento de Lopes Gama, buscavam conduzir os brasileiros na construção de um estado político e social de cunho progressista. Assim, o único caminho possível à concretização do progresso material prometido pelo ideário liberal exigia a instituição de uma educação fundamentada nos valores morais da religião, conforme se depreende n' *O Carapuceiro*.

O Carapuceiro é composto por 427 números publicados entre os anos de 1832-1842, embora tenha continuado como parte de outros jornais até 1845. Para os objetivos desta pesquisa, foram utilizados os três volumes da edição fac-similar organizada por Leonardo Dantas da Silva e publicada pela Fundação de Cultura do Recife em 1983. Devido à má conservação do jornal, a impressão da edição ficou comprometida dificultando a leitura de alguns números e trechos, o que poderá ser constatado pela verificação da supressão de algumas palavras. Os artigos discutem variados temas do cotidiano da população brasileira em geral, e da pernambucana em particular. Apresenta os aspectos da vida social articulados às questões políticas, religiosas e educativas efervescentes da época, com a pretensão declarada de reformar os costumes e a moral dos nacionais tendo em vista atingir o progresso prometido pelo liberalismo no século XVIII.

O jornal *O Carapuceiro*, veículo na difusão das ideias de Lopes Gama, é a fonte primária do estudo. O jornal, um documento histórico de grande valia para a história da educação, foi submetido a análises distintas, elaboradas por historiadores de diferentes áreas de pesquisa que buscaram desvelar aspectos inerentes ao pensamento de Lopes Gama e aos quadros sociais, políticos e econômicos da época. Os jornais *O Aurora Fluminense (1827-1839)* e *o Diário Novo (1844-1852)*, contemporâneos ao *O Carapuceiro* também foram utilizados. A utilização da literatura de apoio, na perspectiva educativa e histórica brasileira, visa construir um quadro ampliado da sociedade, na qual a imprensa exercia papéis definidos no interior dos embates entre grupos político-partidários associados aos interesses econômicos.

Por meio do jornal *O Carapuceiro* Lopes Gama buscou divulgar os valores que considerava condizentes ao novo patamar social do Brasil. Compreendendo-se como agente do processo de construção da nação, propôs

orientar os brasileiros com a divulgação de práticas cotidianas e valorativas que deveriam incorporar aos seus modos de agir. As mudanças comportamentais decorrentes da má compreensão do progresso deveriam ser substituídas por hábitos que corroborassem os interesses coletivos, com a recuperação de preceitos religiosos reguladores das paixões humanas e a instituição de virtudes adequadas à sociedade burguesa. Observou que as consequências da introdução das novas ideias afastavam a população de um modo de vida discreto, praticamente silencioso, dedicado aos afazeres do lar, onde somente os homens se expunham publicamente e as mulheres se restringiam às igrejas e mais raramente a visitas sociais.

O estudo traz a hipótese de que as ideias morais e políticas de Lopes Gama continham preceitos educativos que visavam a formar indivíduos capazes na administração pública do Brasil. Para tanto, acredita-se que essas ideias corresponderam à necessidade de ampliar a participação brasileira nas relações capitalistas da época, com a organização de um Estado forte, conduzido pela classe social economicamente elevada, cujos interesses se definiam no resguardo das prerrogativas políticas e econômicas.

Os embates ocorridos no processo de organização social devem ser apreendidos como fruto de um processo educativo disposto a orientar e conduzir a sociedade, numa luta permanente contra o retrocesso político, um perigo constante e liderado pelo grupo regressista que insistia no retorno à condição político-social dos tempos coloniais. Como veículo de difusão das ideias subscritas aos mais diversos partidos e interesses, parte da imprensa brasileira do século XIX envolveu-se na tarefa de modernizar a sociedade sugerindo aos governantes ações contributivas na conquista da civilidade que conferiria aos brasileiros modos mais avançados de agir e produzir.

Frente a isto, Lopes Gama produziu escritos críticos que condenavam a adoção dos novos comportamentos incompatíveis com a realidade brasileira, decorrente tanto do intercâmbio cultural como da incorporação das teorias filosóficas que pregavam o pensamento secular e o ganho terrestre. Estudiosos como Amaro Quintas (1975) e Montenegro (1943), classificaram seus escritos como essencialmente costumbristas, retratista do cotidiano pernambucano em tom satírico e debochado. Entretanto, é possível observar que, para além da descrição e crítica dos costumes, Lopes Gama divulgou concepções

educativas que visaram solucionar tanto os desvios morais que conferia à juventude como também auxiliar nos problemas políticos da época.

Ao compreender o processo histórico brasileiro como resultado de ações pessoais, atribuiu a cada indivíduo a responsabilidade de transformar seu ambiente particular e suas ações cotidianas. A reforma de caráter privado, dada na modificação dos hábitos diários e das ideias que orientavam as práticas de convívio social era o primeiro passo na concretização do ideal progressista e civilizatório nacional.

Entretanto esse elemento precisava ser corroborado por iniciativas governamentais atentas à necessidade de instrução por meio de oportunidades que fomentassem uma educação sólida, pautada primeiramente nos preceitos morais e religiosas do catolicismo e em conhecimentos científicos e filosóficos inerentes ao desenvolvimento econômico e político da nação.

Ao preocupar-se com as medidas educativas promovidas pelo governo, percorreu sobre as mudanças necessárias à sociedade brasileira. Uma nação civilizada e desenvolvida materialmente exigia o conhecimento e questionamentos das questões da época, entre elas a substituição da mão-de-obra escrava, a luta entre os partidos políticos na construção do Estado imperial e a entrada das literaturas iluministas de cunho materialista e anticlerical. Todos esses elementos apoiariam na instauração da educação institucional, com professores virtuosos e conhecimentos necessários à compreensão dos acontecimentos sociais, como também atuariam no processo educativo iniciado com o melhoramento moral. A ilustração permitiria não somente distinguir os prejuízos decorrentes das ações maléficas como também conquistariam adeptos às ideias promotoras de estado social propício a perpetuação dos bons costumes.

Observa-se que nas suas propostas educativas o ambiente escolar não é o fim último. Em outras palavras, a educação no pensamento de Lopes Gama é estendida aos âmbitos da vida privada e pública, nos quais a procura pelo melhoramento moral e os exemplos decorrentes dessa ação tornar-se-iam fundamentais à educação dos homens.

Assim, procurou-se destacar Lopes Gama como homem de seu tempo, imerso em contradições e que, sem categorizá-lo, soube expressar alguns determinantes sociais e produtivos que orientavam a estrutura da sociedade

brasileira. Dessa maneira, a análise das ideias liberais no Brasil, com suas especificidades, bem como a entrada do pensamento iluminista no cenário nacional, tornou-se fundamental para a proposta educadora de Lopes Gama.

O estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Miguel do Sacramento Lopes Gama e a fundação do jornal *O Carapuceiro*** são expostas as tramas sociais que articularam o nascimento da imprensa no Brasil, o ambiente social e político e o caminho percorrido por Lopes Gama na imprensa. Conta com a contribuição de autores que se dedicaram a análise de seus escritos e a sua trajetória de vida. Da mesma forma, há a apresentação das publicações periódicas como importante agente educativo, cujas ideias eram articuladas à organização da ordem social burguesa. Lopes Gama, por sua vez, visualizou a imprensa como orientadora das práticas cotidianas e do saberes relativos à construção e consolidação do Estado.

O segundo capítulo, intitulado **O cenário brasileiro na primeira metade do século XIX** insere Lopes Gama nas contexturas políticas e econômicas do quadro histórico brasileiro do século XIX, e trata suas ideias políticas e morais como parte de um processo educativo. As contingências históricas da sociedade brasileira, assolada por mudanças na vida pública e privada, exigiram a formação de homens aptos à nova configuração social. O segundo tópico desta parte salienta a articulação entre o pensamento religioso da época com as proposições religiosas e morais predominantes no discurso do redator bem como a justificativa dada para a união entre religião e o pensamento liberal do início do século. Do mesmo modo, verifica-se a tentativa de educar e moralizar a sociedade brasileira da época presente em outros homens da época, como é o caso de Regente Feijó.

O terceiro capítulo, intitulado **Educar para o progresso: as ideias educativas de Lopes Gama** analisa a concepção de educação apresentada por Lopes Gama, relacionando o quadro moral da época com suas proposições educativas e moralizantes. No capítulo identificam-se os esforços realizados em nome da abolição da escravidão e do predomínio do trabalho livre no Brasil bem como as influências que impunha à formação educativa da mocidade, consideradas por Lopes Gama imorais e causadoras do ócio, da vadiagem e superstições. Por fim, exhibe os papéis ocupados por homens e mulheres na

sociedade, a qualidade moral necessárias ao estabelecimento de um Estado progressista e bem conduzido por seus governantes.

O estudo priorizou a análise de uma fonte primária que se acredita conter registros memoráveis à pesquisa em história da educação e nos quais a dinâmica da sociedade do período está revelada nos seus pormenores. A imprensa brasileira do século XIX reclama por estudos dedicados à análise dos debates que veiculou e ao árduo esforço de indivíduos que viam na educação a possibilidade de uma nação progressista, embora capitaneado o processo pela elite social, política e econômica e nos moldes por ela determinado.

2. MIGUEL DO SACRAMENTO LOPES GAMA E A FUNDAÇÃO DO JORNAL O CARAPUCEIRO

2.1. A imprensa e as transformações sociais no século XIX

É salutar o fato de que diferentes campos do saber reconheceram a importância da imprensa como uma fonte de pesquisa para os estudos históricos. A pesquisa historiográfica com utilização de jornais e revistas presentes nos séculos XIX e XX abriu novas perspectivas ao debate teórico-metodológico, descortinando manifestações educativas que contribuíram na construção de uma ideia de nação que vigoraria no Brasil até muito após a Independência.

A imprensa desses séculos, tomada nessas suas especificidades, inscreveu os interesses discordantes entre os grupos políticos e econômicos em ação, entre outros temas. Dessa forma, legou à memória histórica material documental da sociedade de então, inclusive dos aspectos gerais da época, permitindo aos séculos posteriores conhecer os episódios que fizeram a história brasileira, particularmente a sua participação nas disputas quando representava empenhos políticos ou provocava as forças sociais estabelecidas.

A imprensa atuou no sentido de espalhar as luzes opondo-se às superstições religiosas e às tradições vindas do mundo feudal, protetoras que eram de uma prática social incongruente com os novos tempos. A imprensa também primou por difundir as novas concepções oriundas da ciência moderna e do Iluminismo, tornando-se forte aliada dos novos governos representativos que se valiam do caráter pedagógico e informativo da imprensa na divulgação de ideias que melhor expressavam suas aspirações na consagração de seu domínio (ARAÚJO, 2008).

O papel educativo da imprensa é identificado desde o século XV quando os judeus enviaram a Portugal tipógrafos da Alemanha e da Itália com o objetivo de imprimir livros em hebraico como, por exemplo, o *Pentateuco* (1489). Assis refere-se a esse acontecimento asseverando que

[...] o uso da imprensa com finalidade educativa já existia muito antes do século XVIII e era praticado por cristãos e judeus. Os jornais e periódicos, entretanto, são fenômenos exclusivos do século XVIII europeu e do século XIX no Brasil. De fato, a crença no uso da imprensa e dos periódicos como meio educativo também acontecia no Brasil. [...] no Brasil, o objetivo da imprensa era o de proporcionar uma educação mais popular, que fosse capaz de abranger mais pessoas, já que as instituições escolares eram frequentadas, sobretudo por uma elite mais restrita. (ASSIS, 2004, p. 55).

No Brasil a imprensa atuou desde sua inauguração no sentido de instruir os brasileiros sobre as ideias liberais em circulação na Europa, não obstante a censura por parte do governo. Diversos jornais nascidos naquela ocasião apresentavam os fatos ocorridos nas províncias e na corte, mas também, como é o caso d'O *Carapuceiro*, buscavam informar e alertar os brasileiros sobre o novo panorama político e social que exigia novos comportamentos e unidade no sentido de fomentar o progresso da nação (LUSTOSA, 2000).

Em meio a esse propósito muitos periódicos conjugavam um aprofundado debate político com a intenção de promover uma educação moral e religiosa de acordo com a Igreja dominante, enquanto outros desejavam informar sobre as inovações científicas que desenrolavam no continente europeu. Nesses casos, ressaltam-se os jornais *Correio Braziliense* (1808-1822), *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) *O Patriota* (1813-1814), *Malagueta* (1821-1822), e *Selecta Catholica* (1846 – 1847), entre outros.

A arte de imprimir se desenvolveu na colônia brasileira com a chegada da corte portuguesa em 1808¹. No mesmo ano, pelo Decreto de 13 de maio, instalou-se no Rio de Janeiro a primeira prensa tipográfica com a finalidade de publicar legislações governamentais e obras autorizadas pelos censores portugueses. Antes disso, a imprensa não existia em razão do receio do

¹ As tentativas de estabelecimento da imprensa no Brasil datam do início do século XVIII com a empreitada de um negociante que desejava imprimir orações e letras de câmbio. Contudo, isto foi reprimido pela Carta Régia de Junho de 1706 que ordenou o sequestro da prensa e a proibição das impressões avulsas e livros. Antônio Isidoro da Fonseca, um impressor português, fez outra tentativa em 1746, porém foi preso e sua tipografia e material apreendido foram postos a serviço da imprensa régia em Portugal. Entretanto, na vinda da corte portuguesa o futuro conde de Barca, Antônio Araújo trouxe discretamente toda uma tipografia, que montou no porão de sua casa. Sabendo da maquinaria, até então desconhecida, d. João VI ordenou que a tipografia de Araújo prestasse serviço à Imprensa Régia, passando a pertencer interinamente ao governo e ministrada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa. (ASSIS, 2004).

governo português de que livros e jornais influenciariam a mentalidade dos coloniais. Mantê-los afastados das ideias liberais vigentes na Europa era uma estratégia de manutenção do poder português. Na visão de Sodré,

A ignorância realmente constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude. (SODRÉ, 1966, p. 18).

O entendimento das circunstâncias que promoveram a criação da imprensa brasileira exige o resgate de aspectos históricos os quais em princípio não se vinculam à história da educação. Dessa maneira, o pensamento educativo de Lopes Gama, expresso *n'O Carapuceiro*, perpassa necessariamente pelas determinações históricas – universais e singulares- que marcaram e organizaram a transição do regime colonial para o imperial, quando estiveram presentes debates concernentes a ordem e ao disciplinamento social (MIZUTA, FARIA FILHO, PERIOTTO, 2010).

O cenário político brasileiro nas primeiras décadas do século XIX consagrou-se como um período de intensa perturbação social devido aos conflitos que opunha o Brasil aos interesses do Portugal. O avanço das forças napoleônicas sobre a Europa e a proteção oferecida pelo governo inglês à vinda da família real e da corte portuguesa, influenciaram nas disputas entre as potências pelo controle político e econômico dos centros comerciais no mundo colonial. A Inglaterra, envolvida num ciclo de expansão de seu domínio, exigia definição política da metrópole portuguesa a favor de seus interesses, além de fidelidade à coroa inglesa, em oposição ao fato de que os portugueses mantinham relações comerciais também com a França. Essas nações disputavam o apoio de Portugal, cujos domínios se tornaram estratégicos ao projeto de ampliação das relações comerciais e da nova organização social burguesa, o que resultou num choque de forças políticas que buscava impor aos regimes absolutistas as novas formas sociais.

A chegada da corte portuguesa trouxe novas dinâmicas ao Brasil. Essa atmosfera foi interpretada pelos intelectuais da época e exposta em impressos que retratavam os encaminhamentos políticos do governo luso-brasileiro frente às mudanças (LUSTOSA, 2004). Conforme a autora:

Logo após a chegada de d. João ao Brasil, o país experimentou um surto de progresso e crescimento cultural que teve início com a abertura dos portos às nações amigas, medidas que determinou o fim do asfixiante monopólio com Portugal. A implantação dos serviços administrativos da coroa portuguesa no Rio de Janeiro e a série de benefícios que o rei resolveu implementar dinamizaram a vida da colônia, que em 1815 seria elevada à categoria de reino. Uma série de transformações positivas marcaram os treze anos de reinado joanino no Brasil. (LUSTOSA, 2004, p. 18).

O progresso, palavra presente no cenário da época, despontava como agente do desenvolvimento social e se tornava uma meta a ser conquistada ainda naquele século pelos brasileiros. A ideia de progresso datada desde a antiguidade tomou forma acentuada no século XV consagrando-se no século XVIII. Durante esse período, sofreu modificações em seu significado, mas pouco alterou a esperança que intrinsecamente carregava.

As descobertas marítimas, a criação da tipografia por Gutenberg, o nascimento da imprensa, bem como o avanço no conhecimento científico alimentaram a ideia de progresso no mundo moderno. Aliado a isso, a valorização da razão trouxe novos conhecimentos e os homens puderam vislumbrar melhorias em suas vidas, e confiar no progresso científico como estímulo ao aprimoramento do intelecto humano e elevasse os homens a condições sociais onde as desigualdades e os sofrimentos humanos pudessem ser suprimidos. Como assevera Le Goff, a ideia de progresso foi aprimorada pelos avanços materiais, científicos e ideológicos do século XIX:

[...] o século XIX foi o grande século da ideia de progresso, a linha dos dados adquiridos e das ideias da Revolução Francesa. Como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia. (LE GOFF, 1990, p. 256).

No Brasil, esse ar progressista podia ser sentido nas conversações e publicações jornalísticas cotidianas que discorriam sobre os benefícios feitos pelo Príncipe Regente. A natureza abundante do Brasil, a ampliação das relações comerciais, bem como a criação de indústrias e de manufaturas mais

desenvolvidas foram vistas como possibilidades de melhoramento material e moral da nação. Entretanto, como adverte Pimenta, a modernização prometida e concretizada nas medidas administrativas do governo imperial “[...] ao mesmo tempo em que num plano imediato reforçavam a ordem monárquica portuguesa e lhe garantiam sobrevida, aprofundavam a crise geral do sistema” (PIMENTA, 2006, p.17).

A instalação do governo monárquico e da corte exigiu uma estrutura administrativa que permitisse ao príncipe regente exercer as funções reais do mesmo modo que eram desempenhadas na metrópole. A criação de instituições tornou-se indispensável, produzindo, por sua vez, um conhecimento maior do desenvolvimento econômico e cultural que campeava pela Europa. Junto às mudanças acontecidas praticamente da noite para o dia, d. João (1767-1826) fundou a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil, entre outras instituições que auxiliariam administrativamente o governo português:

O ano de 1808 foi o período crítico e decisivo. Logo após seu desembarque, o regente promoveu a fundação de colégios de cirurgia e medicina, no Rio e na Bahia, e de uma academia de cadetes da marinha. Uma imprensa régia começou a funcionar. Nos anos subsequentes, em 1810 e 1811, abriram suas portas uma escola de comércio e uma academia de guerra. Em 1814, foi posta à disposição do público uma livraria, célula inicial de nossa atual Biblioteca Nacional. O Museu Nacional criou-se em 1818, bem como a Escola de Belas-Artes. Com o fito de melhorar os métodos agrícolas, de introduzir e aclimar novas plantas, em 1808 se deu os primeiros passos para a criação de nosso Jardim Botânico de hoje. Revogaram-se leis, regulamentos, e demais atos, que traziam empecilhos à atividade industrial nas capitanias mineradoras. (CALÓGERAS, 2009, p. 78).

As medidas joaninas foram decisivas para o impulso desenvolvimentista que permeou as relações no Brasil no começo do século XIX. Por vezes mal compreendido em virtude de sua biotipologia e constituições psíquicas, o príncipe regente procurou atualizar o Brasil com os valores e conhecimentos científicos em voga no Velho Mundo. Scantimburgo asseverou que d. João VI

Não descuidou da nossa defesa, da nossa economia, das relações diplomáticas, do ensino, da imprensa, das artes, das ciências, em sua, de todos os problemas do governo. Usou de

seus poderes para fazer do Brasil uma nação, datada de aparato jus-político institucionalizado, porquanto não lhe escapava à argúcia que o novo reino procuraria, sem muita demora no tempo, tornar-se independente da metrópole. Seu conselho ao filho, d. Pedro I, confirmava-lhe a intuição. (SCANTIMBURGO, 1998, p. 74).

Além da criação do sistema administrativo notam-se algumas transformações na vida cultural da colônia brasileira. Abrir os portos em 1808 significou o acesso a novas concepções e modos de vida desconhecidos na colônia pela maioria de seus habitantes. Livros e jornais, antes proibidos, puderam circular com maior liberdade, muito embora o governo português fizesse esforços para restringi-los. Outro fator que ampliou o contato com os saberes mais avançados deve-se aos viajantes e estrangeiros de modo geral, que vinham ao Brasil realizar expedições exploratórias nas quais a fauna e a flora eram o interesse ou simplesmente estabelecer moradia e buscar novos meios de ganhar a vida.

Os brasileiros, ao serem apresentados à civilização burguesa, passavam a cultivar, em certa medida, os hábitos cotidianos dos estrangeiros que, por sua vez, auxiliavam na disseminação de condutas e de ideais atuantes no cenário social europeu. Além disso, a luta contra os vestígios do mundo feudal chegava ao Brasil na forma do ideário revolucionário francês, influenciando as agitações separatistas nas províncias brasileiras, a independência nacional, e as discussões políticas da época (CARELLI, 1994).

Apesar dos obstáculos impostos pelas proibições e censura à livre circulação das ideias, o iluminismo, expressão do pensamento liberal encontrou condições propícias à sua absorção no cenário eclesiástico. O acesso às obras filosóficas do século das luzes era franqueado aos religiosos, muito embora quando encontrados os livros “libertários” o governo português os confiscasse, ainda mais se os clérigos estivessem comprometidos com os levantes sociais.

Esse fato explica a grande participação de padres nos movimentos sociais do início e meados do século XIX que, ao incorporarem o ideário francês de liberdade e soberania nacional, promoviam embates entre o pensamento expressivo da ordem social até então vigente e o liberal. Para tanto, a atividade jornalística auxiliou na exposição das ideias divergentes dos grupos políticos: “Pode-se mesmo dizer que, ao lado da discussão, as

situações provocadas por polêmicas jornalísticas influíram na mudança de pensamento e de atitude política [...]” (LUSTOSA, 2004, p. 53).

Vê-se que a contribuição da imprensa no processo de independência brasileira com a divulgação dos acontecimentos na colônia e dos eventos ultramarinos, e na exposição das ideias revolucionárias fortaleceu os movimentos que pleiteavam um novo regime político. Na prática, a imprensa serviu tanto aos defensores do absolutismo como também aos liberais, os quais eram partidários das transformações sociais prometidas pela emancipação política brasileira (PALLARES-BURKE, 1995).

O regime colonial havia se tornado incompatível com o desenvolvimento de então e não possuía mais estrutura capaz de sustentar o novo edifício econômico e social. A entrada do ideário progressista e civilizatório, aliado ao nativismo e ao sentimento de pátria presente no povo desde a colônia, culminou, inevitavelmente, na independência política brasileira e no apelo à regência de d. Pedro I. Esse rompimento de laços políticos havia recebido grande impulso com a chegada da família real em 1808, momento em que as contradições entre o ser colônia e metrópole se intensificaram:

A transladação do Brasil de colônia para reino e de reino para Império operou-se, portanto, de maneira original, por intermédio da própria Coroa, de sua incontestável soberania, do reconhecimento pelo rei e pelo príncipe, de que a *consciência social*, fundamento da *consciência nacional*, já se havia formado. O ato do príncipe revestiu, portanto, em setembro de 1822, o sentido de uma confirmação. (SCANTIMBURGO, 1998, p. 72-73).

A participação ativa da imprensa periódica no processo de construção da Independência corroborou na difusão das ideias que inspiravam as nações industrializadas, compreendidas, pelos homens da época, como modelo político e de bem-estar social. Na concretização dos esforços separatistas, bem como no processo de construção da primeira constituição brasileira, as ideias do século das luzes, espalhadas pela Independência Americana e pela Revolução Francesa exerceram influência direta na transição de um modelo centralizador monárquico para uma monarquia constitucional que contasse com uma necessária participação popular (MERCADANTE, 1980).

Assim, o papel da imprensa no processo da Independência do Brasil foi

de suma importância na medida em que divulgavam as ideias liberais e propagava os interesses dos partidos políticos. A propaganda política impressa, fomentada pela ideia de construir a opinião pública, fornecia elementos necessários ao conhecimento das posições políticas adotadas pelos grupos oponentes ao governo, criando um ambiente propício às agitações populares que reivindicavam maior participação no cenário nacional.

2.2. A criação do jornal *O Carapuceiro*

O jornal *O Carapuceiro*², fundado e escrito por Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama³, foi publicado na cidade de Recife, província de Pernambuco. *O Carapuceiro* circulou entre os anos de 1832 a 1845 com algumas interrupções⁴ e era impresso, primeiramente, na Tipografia Fidedigna, de José Nepomuceno de Mello, situada na Rua das Flores no número 13. Trazia o formato 21x15, contendo 4 páginas com duas colunas cada. Conforme se encontra nos Annes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 1885, cada volume custava ao leitor 80 R\$.

A partir da edição de 7 de julho de 1832 trazia em seu cabeçalho a figura de dois homens em uma chapelaria com a frase “*Hunc servare modum nostrino*”

² Fazer alusões indiretas e apresentar censuras e críticas correspondentes à comportamentos indeterminados pareceu, pela análise da palavra, ser a intenção primária de Lopes Gama. Construir carapuças, e, portanto, ser carapuceiro, demonstrava a intenção de aludir ações e comportamentos que pudessem ser refletidos e caso necessário, suprimidos do cotidiano popular. No primeiro número do jornal, Lopes Gama procurou deixar evidente seu objeto de crítica: os vícios. Estes “[...] são sujeitos sem corpo, nem alma, são assim coisas encantadas (porque encantam muita gente) esses serão os Paladinos que me proponho combater” (*O Carapuceiro*, nº1, 7 abr. 1832). Entretanto, a constante presença de figuras políticas do Brasil e de Pernambuco encontra-se descritas, contradizendo sua primeira intenção.

³ No *O Carapuceiro* e nos estudos realizados sobre este impresso, não há evidências da contribuição de outros jornalistas. Entretanto, reconhece-se a contribuição de grandes pensadores como Rousseau, Voltaire, Adam Smith, entre outros.

⁴ Nesta pesquisa foram utilizados os números publicados entre os anos de 1832-1842. Os números entre 1843 a 1845 foram publicados em outros jornais, não constando na edição fac-similar organizada por Leonardo Dantas Silva (1983).

verelibelli/Parcere persones, dicere de vitiis”, que na língua portuguesa corresponde a: “Guardarei nesta folha as regras boas, que é dos vícios falar, não das pessoas”. Além disso, no cabeçalho apresentava as intenções d’O *Carapuceiro*: *Periódico semper moral, e só per accidens político*.

Lopes Gama observava que as ideias e costumes dos nacionais foram deturpados pela má compreensão das ideias progressistas, e, portanto, a mentalidade brasileira deveria ser orientada em razão das Escrituras Sagradas. Segundo ele, a proposta deste jornal diferia dos demais, pois estes se dirigiam exclusivamente aos debates travados campo político “[...] uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas” (O *Carapuceiro*, nº 1, 7 abr. 1832).

Seus escritos subsidiariam uma necessária reforma dos costumes que, no seu entender, corrompiam a sociedade e comprometiam o ideal de progresso brasileiro. Lopes Gama expôs a luta travada no campo material e no plano das ideias, entre o pensamento burguês modernizante e a consciência colonial. Para ele, toda e qualquer reforma deveria assentar-se nos princípios de “utilidade e honestidade” logo, “[...] devemos ter por boa, razoável e justa toda reforma, que não deslize dos princípios eternos do honesto e útil à sociedade [...]” (O *Carapuceiro*, nº 10, 30 jun. 1832).

Por meio da construção de carapuças de todos os moldes e tamanhos Lopes Gama desfrutou das possibilidades educativas da imprensa já disseminadas pelo movimento Iluminista no século XVIII. Pallares-Burke afirma que Lopes Gama propunha-se educar a partir da imprensa, “[...] liderando uma campanha para a tão necessária reforma dos costumes” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 134). Para além da reforma dos costumes, a intencionalidade educativa esteve presente em razão das novas exigências ao Império, construindo uma nova racionalidade até então inacessível, visto que as bases materiais para efetivas transformações não haviam sido construídas pelo regime colonial. Os alicerces materiais iniciados desde o rompimento do domínio jesuítico no Brasil exigiam como condição para a realização do projeto progressista um povo instruído e educado e formado nos princípios morais, que se constituíam no pilar das reformas educacionais⁵.

⁵ O pensamento ilustrado português buscou igualar Portugal ao desenvolvimento econômico e político dos países avançados. As reformas educacionais e administrativas consistiram no

Os *Annaes* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, redigido em 1885, descreveu o jornal *O Carapuceiro* como⁶:

O periódico é satírico e chistoso. Não se encontram alusões pessoais; seus ataques são feitos aos costumes e aos hábitos pouco morais do povo. Redigido por um padre nota-se claramente no periódico uma constante reação contra o materialismo e as teorias de Bentham, Voltaire, D'Holbach e em geral contra a filosofia do último século. Quando, por vezes, trata a política geral condena o sistema republicano e defende a monarquia. Publicação muito curiosa, tanto sob o ponto de vista biográfico, como sob o ponto de vista histórico. (ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL, 1885, s/n, p.432).

Embora esse documento caracterize o jornal como “satírico e chistoso”, não ocultou sua contribuição à história e aos estudos costumbristas. A ausência de alusões a indivíduos e grupos políticos n’*O Carapuceiro* é refutada pelos estudiosos de Lopes Gama e do jornal. Feldman apontou a constante presença de críticas ao grupo absolutistas denominados Coluna do Trono e do Altar⁷. Da mesma forma Valente afirmou que a grande procura pelo *O Carapuceiro* pode ser explicada nas identificações pessoais veladas feitas pelo padre:

Os responsáveis pelos desregramentos dos costumes aguardavam a circulação de cada número do jornal como se estivessem sob ameaça de uma catástrofe. Era o medo de quem tinha culpa no cartório. De quem vivia sob telhado de vidro, receando pedradas. O sentimento de culpa afligia as próprias damas, que preparavam as cabeças para as carapuças. Quando o jornal parava de circular, não apenas gamenhos e gamenhas, também senhoras, que a crônica social de hoje chamaria de alto gabarito, suspiravam, em sinal de desafogo. (VALENTE, 1969, p. 127).

Além de direcionar suas críticas aos hábitos comportamentais do povo

caminho à concretização de tal objetivo. “A Ilustração em Portugal no século XVIII [...] privilegiou a discussão sobre as reformas educacionais e administrativas, apontando-a como meio para superar os problemas do sistema vigente” (CINQUE, 2007, p. 18).

⁶ Este verbete encontra-se publicado nos *Annaes* da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1883-1834) Volume XI, 1885, organizado pelo bibliotecário Dr. João da Saldanha Gama. http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Anais_BN&PagFis=32853

⁷ *Coluna do Trono e do Altar* era uma sociedade secreta que tinha como principal objetivo auxiliar o Imperador d. Pedro I na administração da sociedade brasileira sem os limites impostos pela constituição. Visavam combater as tendências democratizantes e nacionalistas presentes nos partidos liberal e brasileiro (FELDMAN, 2008).

recifense Lopes Gama expôs no jornal as tramas políticas do cenário brasileiro e provincial pernambucano. A intensa repercussão das críticas sociais e políticas feitas pelo padre eram respondidas por escritos, poemas e artigos jornalísticos nos quais os defensores do absolutismo e do republicanismo ressaltavam as contradições de seu posicionamento ambíguo, num momento defensor de práticas sociais avançadas, noutro defensor de um retorno da educação religiosa e de cunho moral (VALENTE, 1969).

Nos primeiros anos de publicação *O Carapuceiro* conquistou muitos inimigos, públicos, políticos ou jornalistas, desgostosos com a posição sexista do jornal. As críticas partiam de todos os lados, sobretudo pela imprensa, atingindo principalmente o caráter contraditório dos debates políticos de Lopes Gama. A defesa das reformas e a mudança de pensamento quanto ao regime federalista, permitiu-lhe expor os motivos que o levaram a condenar as ações revolucionárias e posteriormente a aceitação e defesa do federalismo. Em resposta ao *Diário de Pernambuco* nº 26, Lopes Gama buscou esclarecer as acusações:

É verdade que eu reprovei muito a federação chanfana com que se saíram alguns estouvados no tempo da memoranda coluna e que hoje escrevo o Federalista, e entendo que já nos convém a federação, e haverá nisto contradição? Os tempos são os mesmos? [...] Nunca aplaudi a revolução de 1824, antes muito a reprovei como podem dizer meus honrados amigos [...]. Eu não duvidei nunca das boas intenções, mas sempre chamei desassissada aquela empresa, tanto assim que no Conciliador tive a franqueza de dizer então que não tinha por crime o que fizeram os Carvalhista, mas sim por loucura. Leiam os Conciliadores desse tempo. (*O Carapuceiro*, nº41, 23 fev. 1833).

No entanto, as incoerências teóricas de seu pensamento são intrínsecas ao processo histórico da época, marcado por abruptas transformações e produtor de descompassos entre modernização e retrocesso. À primeira vista, os contrassensos do pensamento de Lopes Gama sugerem que sua participação política tenha sido marcada para atender seus interesses pessoais, no entanto, tais contradições podem ser percebidas nos discursos proferidos por personalidades da época, os quais manifestavam os conflitos ideológicos implícitos e explícitos nas relações sociais do período.

Os embates políticos realizados contra os liberais radicais e os

absolutistas expressaram sua insatisfação frente às agitações políticas que, no seu entender, exigiam bases concretas ainda inexistentes. A educação moral e política, o conhecimento dos avanços filosóficos e científicos pelos brasileiros, para ele, ainda eram insuficientes na instituição de um regime político de fato democrático. O insucesso da Rebelião Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824 trouxeram a certeza do despreparo material e teórico no Brasil, levando-o a condenar o pensamento revolucionário ao afirmar que:

[...] os senhores republiqueiros suspiram pela desordem, por que desejam pescar na enxurrada. O Brasil de hoje está tão apto para a República quanto esta a Turquia par se tornar católica romana. Em verdade, se o nosso povo ainda era verde para o regime monárquico representativo, que tão acordadamente lhe deram, como terá os precisos elementos para a democracia? O Brasil composto por um só império ainda assim não é por ora grande coisa. O que seria o Brasil retalhado em tantos estados republicanos quantas províncias, e talvez vilas e julgados! [...] Por via de regra só aspira a essas novidades quem nada tem que perder, e espera tudo ganhar. (O *Carapuceiro*, nº 11, 24 mai. 1837).

Olívio Montenegro fez breve referência a Lopes Gama em seu livro *Memórias do Ginásio Pernambucano* (1943) e relata a importante participação que o padre desempenhou na condição de primeiro diretor do antigo Liceu Provincial, hoje Ginásio Pernambucano⁸. Suas decisões administrativas evidenciaram seu posicionamento político frente às deficientes estruturas físicas e pedagógicas. No seu entendimento, a empreitada jornalística de Lopes Gama “[...] não foi só de doutrinação religiosa e política, mas de crítica de ideias e de costumes, fica-se espantado que o seu nome não ocupe um maior espaço na história da nossa literatura nacional” (MONTENEGRO, 1943,

⁸ O Liceu Provincial, atualmente Ginásio Pernambucano, foi fundado em primeiro de setembro de 1825, nas antigas instalações do Convento do Carmo. Os esforços do padre João Ribeiro de Melo de instalar uma escola em Recife foram concretizados pelo governo provincial de José Carlos Mayrink Falcão, o qual nomeou nesta mesma data o então padre mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama. A função exata do Liceu em sua fundação, não está clara. Conforme o relato transcrito por Ruy Bello, o presidente da província anunciava que o Liceu consistiria numa instituição “onde a mocidade do país, desenvolvendo o seu talento natural nos princípios elementares da ciência, se habilite para seguir aquela que melhor lhe convier”. O autor esclarece que a princípio o Liceu preocupava-se em ministrar assuntos “práticos e pré-tecnológicos”, mas seu primeiro currículo “era inteiramente teórico e acadêmico” (BELLO, 1978, p. 85 et seq.).

p. 14). Além disso, *O Carapuceiro* “[...] é capaz de fazer as delícias de qualquer leitor pela muita verve e excelente humor da sua crítica” (MONTENEGRO, 1943, p. 14).

Embora apresente alguns aspectos importantes da vida política de Lopes Gama e destaque sua participação na esfera educacional, Montenegro atribui um caráter doutrinário e religioso à personalidade de Lopes Gama, tangenciando a atividade educativa do padre. Este historiador sinaliza o esquecimento de Lopes Gama na história brasileira, uma vez que:

Enfim não somos um povo tão rico de valores intelectuais para desdenharmos com esse orgulho um autor da expressão do pe. Lopes Gama, que, se hoje, em muito dos seus pontos de doutrina política e religiosa parece arcaico, deu entretanto em muita coisa do que escreveu e praticamente ensinou, sinal de um prodigioso talento de observação e de crítica, que faz da sua obra, infelizmente tão esparsa pelas bibliotecas do Recife e do Rio, não apenas um rico documentário para a vida dos costumes do seu tempo, mas por vários outros aspectos, uma das vivas criações do nosso espírito literário. (MONTENEGRO, 1943, p. 16).

Além do reconhecimento na história literária brasileira, no campo da política e na crítica de costumes, Lopes Gama contribuiu com o campo educativo ao expor as necessidades sociais imprescindíveis ao estabelecimento no antigo mundo colonial das relações sociais já predominantes. Preocupava-se com a possibilidade de relações progressistas serem instaladas sem que, no Brasil, encontrassem condições de civilidade adequadas aos novos tempos. Essas condições referiam-se a uma possível entrada desordenada das leis progressistas, capazes de dar continuidade à expansão capitalista, mas, ao mesmo tempo, levarem os brasileiros a adotar costumes, maneira de agir e pensar tidos por incoerentes com uma vida regrada, de obediência e respeito às Sagradas Escrituras.

O estudo de Waldemar Valente denominou *O Carapuceiro* como retratista da sociedade pernambucana do período regencial e expositor de caricaturas grotescas e de costumes e hábitos avessos à civilidade. Para Valente havia o intuito de, ao criticá-los, reparar os erros de conduta moral praticados pela sociedade de então. Para este estudioso a forma adotada na apresentação das críticas além de pouco contribuir para o aperfeiçoamento das

virtudes desejadas, sequer conseguia eliminar os vícios:

Em lugar de alívio para as feridas sociais, o que suas palavras faziam era cortar feito navalha. Nelas não havia a boa compreensão da generosidade caridosa que mais do que condenar sabe perdoar. Nem o terno poder de persuasão. Suas ironias feriam fundamente. Suas sátiras tinham gosto de fel ou causticavam com ferro em brasa. Sua maneira de mostrar os erros da sociedade e corrigir os desvios dos bons costumes dificilmente podia dar resultados desejáveis. (VALENTE, 1969, p. 76).

Essa análise referenda o conceito de Lopes Gama como crítico dos costumes brasileiros, principalmente da sociedade recifense. O reconhecimento do papel político d'*O Carapuceiro* é suavizado pela ênfase da crítica dos costumes, pois, para o autor, o jornal “revela os costumes e os estilos de vida” dos recifenses (VALENTE, 1969, p.95).

Entretanto, sua exposição engrandece os atributos intelectuais de Lopes Gama chegando a caracterizá-lo como superior ao moralista francês La Bruyère⁹: “[...] nenhum desses caricaturistas verbais, nem mesmo o admirável Gregório de Matos, pode equiparar-se ao Padre Lopes Gama [...]”. Seus temas e personagens “[...] tão bem retratam o cotidiano e imprimem ao circunstancial sentido de permanência e de intemporalidade, que chegam a dar a impressão de que foram escritas nos jornais do dia” (VALENTE, 1969, p. 42).

O acentuado caráter costumbrista d'*O Carapuceiro* ocupa um lugar de destaque nos estudos de diferentes pesquisadores da história brasileira, especialmente aqueles que o utilizam como fonte da história social do século XIX. Gilberto Freyre valeu-se das análises realizadas n'*O Carapuceiro* em seu livro *Casa-grande & Senzala* (1933), caracterizando Lopes Gama como crítico e caricaturista social– tese que foi apropriada e desenvolvida por Valente (1969) (FREYRE, 1969).

As apropriações d'*O Carapuceiro*, feitas minuciosamente por Freyre

⁹ Em diversas páginas d'*O Carapuceiro* Lopes Gama fez referência ao moralista francês Jean de La Bruyère, confessando ser seu discípulo e admirador das ideias e da forma da escrita. La Bruyère ficou conhecido pela publicação de um único livro intitulado *Les Caractères ou Les Mœurs de cesiècle* (Personagens ou costumes do século). Ao assumir a cadeira de deputado na Assembleia Geral Legislativa em 1840 o jornal *O Despertador* apresenta-o como *La Bruyère do Brasil* (MELLO, 1996).

sobre o comportamento dos brasileiros na primeira metade do século XIX, buscam desvendar as influências dos estrangeiros e dos próprios escravos africanos na cultura brasileira. O caráter cultural do jornal sobressai frente às questões políticas e educativas e dá a tônica à análise de Freyre sobre o conteúdo e importância para a história social do jornal *O Carapuceiro*.

Nesse livro, Gilberto Freyre descreve as críticas publicadas n'O *Carapuceiro* concernentes à linguagem dos meninos brasileiros, influenciada pelo modo de falar da escravaria. Após a expulsão dos Jesuítas por Marquês de Pombal no século XVIII a responsabilidade pela educação fora dada aos padres-mestres, os quais criticavam severamente a influência dos escravos na linguagem portuguesa¹⁰:

Para frei Miguel - padre-mestre às direitas - era com os portugueses ilustres e polidos que devíamos aprender a falar, e não "com tia Rosa" nem "mãe Benta", nem com nenhuma preta da cozinha ou da senzala. Meninos e moças deviam fechar os ouvidos aos "oxentes" e aos "mi deixe" e aprender o português correto, do reino. Nada de expressões bundas nem caçanjes. (FREYRE, 2011, p. 417).

Ao contestar o posicionamento do Lopes Gama Freyre afirmou que:

[...] a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhôs-moço, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa. (FREYRE, 2011, p. 417).

¹⁰ Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras - o Marquês de Pombal (1699-1782) fora nomeado como primeiro-ministro de Portugal no reinado do rei d. José I (1747-1777). Teve por objetivo realizar reformas sociais na sociedade portuguesa e ficou marcado na história portuguesa e brasileira pelas ações que visavam organizar a economia nacional frente a dependência estabelecida com a Inglaterra. No campo educativo Pombal recebeu destaque pela expulsão da Companhia de Jesus em 1759, cessando as aulas de humanidades e instituindo das aulas régias (MELLO, 1996).

A edição fac-similar d'O *Carapuceiro* (1832-1842)¹¹ organizada por Leonardo Dantas da Silva possibilitou aos leitores o acesso às publicações que permaneciam restritas às bibliotecas públicas e, especialmente, aos acervos particulares. Na apresentação, o organizador exibiu um pequeno panorama da vida política e jornalística de Lopes Gama caracterizando-o como “[...] crítico dos costumes, analista social de seu tempo” e concluiu, “[...] foi, sobretudo um retratista dos hábitos da sociedade de sua época” (DANTAS SILVA, 1983, p. 8). A respeito d'O *Carapuceiro* compreende-o como “[...] o mais importante documentário crítico de costumes da primeira metade do século XIX no Brasil” (DANTAS SILVA, 1983, p. 8).

Em 1996 Evaldo Cabral de Mello publicou uma coletânea de textos d'O *Carapuceiro*. Ao apresentar sua obra, o autor esclarece: “[...] constitui uma seleção de 48 crônicas escolhidas exclusivamente entre os artigos de crítica social, quase diria entre os artigos de feitio costumbristas” (MELLO, 1996, p. 8). Observa-se que o caráter costumbrista permanece sustentando as escolhas do autor, mesmo após reconhecer a importância de Lopes Gama na vida política e educacional de Pernambuco. Para ele o padre “[...] não se contentou em comentar a luta dos partidos de sua província no período regencial e realizou igualmente um trabalho de crítica social [...]” (MELLO, 1996, p. 7).

Mais recentemente Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke procurou demonstrar que o retrato das mulheres brasileiras presente n'O *Carapuceiro* era composto por contribuições do jornal inglês *The Spectator* (1711-12 e 1714). Como defende a autora, O *Carapuceiro* apresenta textos extraídos integralmente ou parcialmente do jornal inglês, efetuando uma tradução cultural. Para ela, nos 180 artigos publicados por Lopes Gama com críticas e recomendações à mulher brasileira, 38 deles possuem marcas expressivas do jornal inglês, com adaptações que “perfumaram-no com o ar tropical brasileiro”.

A Lopes Gama era conveniente usar o texto inglês, não apenas porque este lançava mão de retórica semelhante de prescrição e denuncia, sob aparência de descrição, como também porque as virtudes e vícios enfatizados pelo *Spectator* praticamente não diferiam muito dos que ele próprio

¹¹ Esta edição é composta pelos artigos de 1832 a 1842, não constando as publicações d'O *Carapuceiro* em outros jornais, que se estenderam até 1845.

tinha intenção de discutir no Brasil. (PALLARES-BURKE, 1995, p. 163).

Alguns estudiosos d'O *Carapuceiro* contestam a tese de tradução cultural, no qual Lopes Gama “[...] prescrevia de acordo com poderosas convenções e estereótipos que formavam parte de um quadro mental internacional, fácil de transportar apesar das barreiras linguísticas, nacionais e culturais” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 164). Ariel Feldman, ao defender a centralidade política do jornal, assevera que o número reduzido de publicações extraídas do *The Spectador*- 38 em 180-, dificulta a afirmação de tradução da cultura inglesa para a brasileira. Além disso, o número de artigos que reproduziram o jornal inglês é inexpressivo se comparado aos 427 artigos presentes nos 10 anos de publicação d'O *Carapuceiro* (FELDMAN, 2008).

Neste trabalho Feldman avaliou as contribuições d'O *Carapuceiro* para o campo político. No seu entender, Lopes Gama escreveu um jornal essencialmente político e que é ingenuidade acreditar que ele empreendeu a tarefa de fazer um jornal essencialmente costumbrista. Compreende que o padre teria aproveitado o caráter moral para realizar a defesa de seus ideais e expor a dominação exercida pelas importantes alianças políticas pernambucanas e nacionais:

Entendemos ser ingenuidade acreditar que o objetivo principal do autor dessa gazeta fosse ‘reformat os costumes, por lhe parecerem perigosamente subversivos’. [...] O humor e a sátira não foram empregados de maneira exclusivamente idealista-tiveram também o caráter de afirmação política. O humor e a sátira tiveram, enfim, a capacidade de legitimar ideias [...]. O humor de Lopes Gama fortaleceu suas propostas políticas. (FELDMAN, 2008, p. 6).

A leitura de alguns estudos realizados por autores contemporâneos sobre O *Carapuceiro* permite analisar a importância do jornal para a história brasileira. No entanto, outro aspecto entre os já citados carece de exploração: o educativo. Além de expor as contradições internas do processo de consolidação da sociedade burguesa no Brasil, Lopes Gama fez a defesa dos interesses liberais em um jornal reformista. As críticas que fez sobre a incivilidade dos brasileiros e a defesa das ideias avançadas serviram como preparação de terreno para a inserção brasileira no movimento capitalista

mundial, de maneira que as concepções de homem, de sociedade e de educação foram rearranjadas em função das novas características sociais que assentavam no Império, dando-lhes o caráter liberal predominante nas nações industriais.

2.3. Origem e formação de Lopes Gama

Na historiografia brasileira, Miguel do Sacramento Lopes Gama é visto como um intelectual cujo pensamento apresenta incoerências em razão de um inconstante posicionamento político e do retorno corriqueiro à forma de ser referente ao tempo colonial e as antigas práticas religiosas. Contudo, as contradições presentes em seu pensamento estiveram marcadas pelas condições históricas, nas quais as intensas manifestações das lutas sociais e das mudanças que alteravam a dinâmica social produziram o conteúdo de suas inquietações.

Desde o primeiro número d'O *Carapuceiro* em 1832, evidenciou-se a preocupação com as transformações sociais e as consequências causadas no cotidiano da população com a introdução de ideias filosóficas materialistas que modificavam os modelos comportamentais e as concepções de homem e de sociedade. Talvez como estratégia, definida em busca de um público leitor fiel, as mudanças sociais eram registradas por meio de linguagem jocosa, no que estudiosos de seu pensamento definem como característica da sua jovialidade. Sua personalidade produziu algumas caracterizações da sua figura, tais como padre-mestre de “bom senso e de amor à tradição” (FREYRE, 1942), e “crítico dos costumes temperamentalmente impulsivo e arrogante” (VALENTE, 1969).

Os estudiosos de *O Carapuceiro* e da pessoa de Lopes Gama reconhecem a importância de seu pensamento ao constatarem a clareza com a qual expunha as mudanças que chegavam a Pernambuco, especialmente a Recife. A participação na vida social da província e na Corte forneceu ao padre jornalista subsídios na elaboração de vigorosa análise social, política e econômica, apresentando julgamentos específicos tanto em relação aos

provincianos como de forma geral aos brasileiros, cuja contribuição pedagógica torna-se evidente na apresentação de um modelo de homem e de sociedade que supunha ser condizente a realidade brasileira (VALENTE, 1969).

São diversas as interpretações feitas a respeito do pensamento de Lopes Gama. A partir da localização e apresentação do jornal feita por Gilberto Freyre nas primeiras décadas do século XX os escritos do padre jornalista deu-se partida para estudos elaborados nas mais diversas vertentes historiográficas. A contribuição desse jornal na perspectiva da história da educação carece de estudos, de forma a demarcar o esforço empreendido no século XIX na construção da nação brasileira e dos conteúdos propalados para esse fim. Esse processo de construir a nação foi, antes do mais, educativo, na medida em que o projeto civilizatório contava com a participação de indivíduos adequados aos novos tempos e ações que elevassem o Brasil ao patamar de desenvolvimento social europeu.

Lopes Gama nasceu no Recife no dia 29 de setembro de 1791 e faleceu na mesma cidade no dia 9 de dezembro em 1852¹². A sua vida esteve voltada à religião, viveu nela e para ela. Porém, no jornal foi que melhor expressou as suas aptidões de analista crítico e de religioso fiel às tradições católicas, seja em razão das tentativas de realinhamento da Igreja ao poder de Estado, seja como indivíduo preocupado com a educação dos futuros dirigentes do Império.

Lopes Gama era filho do português João Lopes de Cardoso Machado, formado em medicina pela Universidade de Coimbra em plena época das reformas ilustradas de Pombal, iniciada no final do século XVIII. João Lopes fora convidado a ocupar o cargo de delegado da Real Junta de Protomedicamento de Pernambuco e ao chegar ao Brasil casou-se com Ana Bernarda do Sacramento Lopes Gama, pertencente à família dos Gama (FELDMAN, 2008).

Para Amaro Quintas a influência familiar foi de suma importância para a formação religiosa de Lopes Gama, pois foi por meio do pedido de seu tio-avô José Fernandes Gama que ele ingressou no Mosteiro de São Bento de Olinda

¹² Há divergência entre os estudiosos de Lopes Gama quanto ao seu nascimento, pois pouco se conhece sobre sua vida antes de sua aparição no cenário educacional pernambucano de 1817. Mello afirma que seu nascimento ocorreu no dia 29/09/1793, enquanto Valente apresenta seu nascimento como 29/09/1791 (VALENTE, 1969; MELLO, 1996).

(QUINTAS, 1975). Teve por irmãos Josefa Senhorinha Lopes Gama, Caetano Maria Lopes Gama¹³, Ana Beneditina Boaventura do Carmo. Após a morte de sua mãe em 1801, a irmã Ana Beneditina assumiu as funções maternas.

A atuação da família Gama no cenário político-administrativo pernambucano e as transformações ilustradas realizadas em Pernambuco permite compreender o ambiente intelectual vivenciado por Lopes Gama.

A organização familiar do século XIX ainda tinha por princípio a inserção dos filhos nas ordens religiosas, pois acreditavam que além de contribuir para o fortalecimento da Igreja, a participação clerical dos filhos traria prestígio social e graças divinas, impedindo, assim, as aflições que porventura atingissem suas famílias:

Mandando os filhos para o seminário, acreditavam as famílias que se credenciavam à recompensa divina, confirmando o conceito místico de que a presença de um padre na parentela atraía as bênçãos de Deus, com o perdão de erros e pecados. A família que não possuía um padre era como se estivesse mais exposta às sanções e castigos do Céu. A concepção mística religiosa fazia do padre, na família que o possuía, uma espécie de salvo-conduto infalível para a entrada no Paraíso. (VALENTE, 1969, p.70).

Acredita-se que a imposição familiar conduziu Lopes Gama a aderir à vida religiosa. O início dos estudos aconteceu no mosteiro de São Bento de Olinda em 1805, depois, no ano de 1807 transferiu-se para o mosteiro de São Bento da Bahia localizado em Salvador¹⁴. Em 1834 solicitou a Roma

¹³ Caetano Maria Lopes Gama teve importante papel para a história brasileira. Participou ativamente da vida política da província de Alagoas. Muitos pesquisadores confirmam a influência de Caetano Maria nas eleições de Lopes Gama como deputado de Alagoas (QUINTAS, 1975; FELDMAN, 2008) De acordo com o *Diccionario Biographico* Caetano Maria “foi ministro por diversas vezes, ocupando as pastas do Império, justiça, estrangeiro; foi deputado à Assembleia Geral Legislativa” (DIAS DA SILVA, 1871, p.28).

¹⁴ Em 1582 o primeiro mosteiro beneditino foi criado em uma Ermida dedicada a São Sebastião. O Mosteiro da Bahia foi elevado a Abadia no ano de 1584, iniciando a estruturação das atividades que lhes seriam correspondentes. Com a consolidação do Mosteiro da Bahia, os habitantes das cidades de Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo solicitaram a construção de novos mosteiros. Em 1596, o Mosteiro da Bahia recebe o título de Arquienóbio do Brasil, e com a autonomia conquistada em relação à Congregação Lusitana, tornou-se Congregação Brasileira da Ordem de São Bento em 1827. De acordo com Lose: “Pautando-se pela Regra de São Bento (texto escrito no séc. VI), as atividades dos monges se desenvolveram de forma gradativa e contínua. O aperfeiçoamento e a implementação sistemática dos trabalhos ocorreram em diversas áreas: divina liturgia; canto gregoriano e polifônico sacro; artes (música, arquitetura, pintura, escultura); agricultura e pecuária; trabalho intelectual (estudos, pesquisas, ensino); serviço religioso (catequese,

autorização para secularizar-se, desligando completamente da Ordem Beneditina no mesmo ano. Em razão disso, suas atividades nos campos da política, educação e jornalismo intensificaram-se, o que permitiu o sustento de seus familiares.

De acordo com Valente o ingresso na vida monástica no Brasil do século XIX esteve mais relacionado a imposições sociais da época do que propriamente uma vocação. A visão anticlerical de vários padres chamou atenção dos setores da sociedade, inclusive do próprio Lopes Gama¹⁵, pois compreendia que o decoro social e a imagem da Igreja encontravam-se ameaçados por comportamentos não condizentes ao sacerdócio. No seu entender, as atribuições do bom padre passavam, essencialmente, pelas virtudes cristãs de perdão, caridade, espírito de renúncia e sacrifícios e, dificilmente, eram incorporados por aqueles que não tinham gosto pela religiosidade.

No livro *O Padre Carapuceiro: crítica de costumes da primeira metade do século XIX* (1969), Waldemar Valente fez um esboço da personalidade de Lopes Gama e dos costumes que vigoravam na época da publicação d'*O Carapuceiro*. Para ele, Lopes Gama delimitou seu estudo aos campos dos hábitos e costumes, descrevendo a tradição cultural que orientava os comportamentos individuais e coletivos dos provincianos. Nessas análises caracterizou o padre jornalista de duas formas: crítico dos costumes e caricaturista social. Ao descrevê-lo, afirmou que o padre não possuía as qualificações necessárias ao sacerdócio, pois sua personalidade forte, sua fala despojada, com pouco controle, tiravam-lhe todas as características benevolentes necessárias à atividade religiosa:

Lopes Gama era temperamentalmente impulsivo e arrogante. Sua combatividade, áspera e agressiva. Nos seus escritos,

pregação, realização dos sacramentos, aconselhamento espiritual); trabalho de assistência social" (LOSE, 2008, p. 2).

¹⁵ Esse tema ocupou grande espaço nas críticas de Lopes Gama, para ele "Há nada mais cômico, mais burlesco e risível, do que ver um frade, que professou tal desapego das vaidades do mundo, que pelo seu instituto anda amortalhado em vida, apresentar-se no meio da rua com um chapéu de forma esquisita, alteroso como uma fragata, com o hábito todo arrepanhado para trás, a fim de deixar ver a vontade o esbelto do seu corpinho feiticeiro. [...] Quem há quem se converta com semelhante pregador?" (*O Carapuceiro*, nº 16, 11 ago. 1832).

sempre maliciosos, sempre ferinos, sempre irreverentes e impiedosos, faltava o tempero da caridade cristã. Na política partidária, como na crítica de costumes, não parecia ajustar-se à condição de autêntico padre católico. (VALENTE, 1969, p. 75).

Contrapondo-se a esta tese, Freyre aclara que a dupla jornada de Lopes Gama vivida entre o sacerdócio e o espaço público não determinou a inaptidão à vida sacerdotal. A grande influência da religiosidade pode ser observada claramente nos seus escritos, sendo, portanto, difícil desprender suas críticas sociais dos valores religiosos. Para o autor, os artigos d'*O Carapuço* apresentavam os ensinamentos cristãos, o que reflete a ativa participação das Sagradas Escrituras nas prescrições de Lopes Gama (FREYRE, 1969).

A atuação de Lopes Gama fora dos domínios religiosos esteve marcada por seu conservadorismo e ideias contrárias às tendências revolucionárias da época, característica que lhe garantiu alguns cargos públicos. O seu não envolvimento com a Rebelião Pernambucana (1817) rendeu-lhe o primeiro cargo público: lente de retórica no Seminário de Olinda, nomeado pelo Capitão-Geral Luiz do Rego Barreto em 1817¹⁶. Nesse período conturbado, o Seminário era um grande berço do ideário burguês, transportando as ideias de independência e republicanismo promulgados pelos movimentos sociais revolucionários estrangeiros. A contratação de professores tornou-se necessária “[...], pois o Seminário se encontrava bastante desfalcado, devido ao grande número de padres que participaram da Revolução e que, ou foram mortos, ou foram presos e remetidos à Bahia” (FELDMAN, 2008, p. 20).

A participação de Lopes Gama no campo educacional foi extensa e de grande prestígio. No ano de 1825 ocupou os cargos de visitador das escolas públicas, diretor e lente de retórica do Liceu Provincial. Logo em 1835, assumiu

¹⁶O Seminário de Olinda foi fundado pelo bispo de Olinda Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho em 1799 e inaugurado em 1800 com trinta e dois alunos matriculados, ocupando o prédio de um antigo colégio e igreja jesuíta. A formação ilustrada de Coutinho, ainda que de forma branda, como podemos perceber o Iluminismo português, desenvolveu um maior interesse nas ciências profanas (economia e políticas). Tal fato contribuiu para a estruturação de um seminário que não atendia diretamente a formação de um clero voltado às diretrizes papais, cuja função deveria consistir na formação de sacerdotes virtuosos e seguidores fiéis da doutrina católica. No ano de 1817, na efervescência da revolução pernambucana, com a presença de professores e aluno no movimento, o seminário foi fechado, sendo reaberto precariamente em 1822, e encerrado novamente em 1849. Somente em 1866, com a posse de Dom Manoel de Medeiros, o Seminário passou por reformas e iniciando novamente suas atividades (BELLO, 1978).

a direção do Colégio dos Órfãos e do Curso Jurídico de Olinda, aposentando-se como professor do Colégio das Artes em 1839. Em 1847 retornou como diretor ao Curso Jurídico de Olinda e pela segunda vez assumiu a cátedra de diretor do Liceu Provincial. Finalizou sua carreira educacional como diretor geral da instrução pública em Pernambuco em 1851.

Para Montenegro, a vocação ao magistério manifestou-se logo no Mosteiro de São Bento da Bahia onde estudava, sendo foi convidado a ministrar aulas. Além disso,

Foi sempre magíster: na cátedra, na tribuna religiosa, nos seus livros e nos vários jornais que dirigiu, sem excluir o “O Carapuceiro”, onde os golpes agudos e vibrantes de verve nem sempre escondem o certas vezes prolixo e áspero gosto pela doutrinação e pelo conselho. (MONTENEGRO, 1943, p. 15).

O seu prestígio pode ser confirmado pela carta emitida pelo presidente provincial José Carlos Mayrink Ferrão quando da sua escolha para diretor do Liceu Provincial:

Concorrendo na pessoa do Rev. Sr. Fr. Miguel do Sacramento Lopes, as qualidades necessárias para bem dirigir a economia e arranjo interno do Liceu, esperando do seu zelo prudência e saber, que empregará todos os meios que estiverem ao seu alcance para que aquele estabelecimento prospere, como convém ao bem da Província e ao serviço de S.M.I. (FERRÃO [18--], apud MONTENEGRO, 1943, p. 9).

Na cadeira de diretor do liceu, Lopes Gama ditou, tanto aos alunos quanto aos professores, normas que evidenciaram seu posicionamento político e o patriotismo que por anos divulgou em seus jornais. O padre defendeu o estado monárquico e constitucional como o melhor caminho para o progresso no Brasil, o que lhe trouxe críticas quanto à sua capacidade de administrar as questões pedagógicas do Liceu¹⁷. Afirmo Montenegro que na realização da

¹⁷ A crítica mais contundente sobre a pouca capacidade pedagógica de Lopes Gama na direção do Liceu pode ser encontrada no texto de Ruy Bello. O autor afirmou categoricamente, que as atuações pedagógicas de Lopes Gama não iam de encontro às esperanças do governador Mayrink Ferrão, uma vez que este desejava uma instituição próspera e condizente à província e ao Imperador, com a direção de um homem prudente e zeloso. Com base nos estudos de Valente, Bello afirmou que “[...] coube ao padre Lopes Gama apresentar ao governo o plano geral da nova casa de ensino. Também aí se revela que o magistério não era a vocação do Padre nem a Pedagogia o seu forte, pois em vez de traçar as linhas mestras do Liceu, que representava uma grande novidade no sistema escolar da Província, limita-se o diretor a questiúnculas de rotina na vida de qualquer escola” (BELLO,

matrícula, Lopes Gama exigia uma certidão que comprovasse o juramento à constituição do Império brasileiro. Já aos professores, atribuiu-lhes a tarefa de enviar anualmente relatórios ao governo constando o desempenho e a evolução dos alunos (MONTENEGRO, 1943).

A sua importância política é ressaltada quando da acusação feita por seus adversários políticos de que faltava às aulas do Liceu para realizar atividades jornalísticas sem a perda dos vencimentos. As acusações não pararam por aí, como a denúncia de ser remunerado e defender, pela imprensa, o governo do liberal Chichorro da Gama (1844). A querela não ficou sem resposta:

Eu espero que a Câmara me faça justiça de não acreditar em semelhante imputação; do contrário, eu me comprometeria, se não confiasse na honra e probidade da augusta câmara, a provar por um documento autentico a calúnia e falsidade desse advogado: esse documento nada menos é, senhores, o ponto do liceu. Se por este documento mostrar que não faltei às aulas senão quando alguns dias estive doente, terei desmentido o caluniador. (GAMA, 1846, apud QUINTAS, 1975, p. 41-42)¹⁸.

A sua atuação na imprensa teve início em 1822 com o jornal o *Conciliador Nacional*, juntamente com a direção do *O Diário da Junta de Governo*. A carreira de periodista acompanhou-o até os últimos anos de vida, além de traduções e publicações de livros¹⁹. Atuou na política brasileira como deputado geral por Pernambuco em 1840, e por Alagoas em 1845.

Ao assumir a cadeira de deputado na Assembleia Geral Legislativa no Rio de Janeiro Lopes Gama foi convidado pelo jornal *O Despertador* (1830-1849) a publicar *O Carapuceiro na Corte*. A chegada do *La Bruyère* do Brasil no Rio de Janeiro foi destaque nos jornais locais, evidenciando o alcance de seus

1978, p. 86).

¹⁸ Discurso realizado na Câmara dos Deputados em 1846 e extraído do livro de Amaro Quintas (1975)

¹⁹ Livros da autoria de Lopes Gama: *Lições de eloquência nacional* (1846), *Observações críticas sobre o romance do Sr. Eugênio Sue*, *O Judeu errante* (1850). Obras traduzidas: *Memória sobre quais são os meios de fundar a moral de um povo*, de Destut Tracy; *Refutação completa da pestilencial doutrina do interesse propalada por Hobbes*, de Torombert; e *Princípios gerais de economia política e industrial*, de Turanne; *Uma lição acadêmica sobre a pena de morte*, de Carmignani; *Os deveres de homens*, de Silvio Pellico (MELLO, 1996).

escritos naquela província:

Ninguém há que não tenha lido os escritos desse insigne brasileiro, ninguém há que não tenha admirado a habilidade da pena com que o Carapuceiro tenha flagelado o egoísmo, a má criação, a irreligiosidade. Ninguém que não dê ao ilustre escritor um dos mais súbitos lugares entre os literatos que tem honrado a nossa Pátria. Esperaremos que na Câmara de que vai ser digno ornamento adquira ele novos louros, preste novos serviços à Pátria. (*Jornal o Comércio*, nº 10, jun. 1840 apud DANTAS SILVA, 1983, p. 16).

Contudo, a consagração de Lopes Gama na história pernambucana ocorreu devido aos seus escritos jornalísticos, principalmente pelo *Carapuceiro*. Além desse periódico, foi responsável por outros jornais: *O Constitucional*, *O Sete de Setembro*, *O Harmonizador*, *A Ratoeira*, *O Popular*, *Os Federalistas*, *O Pernambucano*. Além disso, publicou no *O Diário de Pernambuco* com alguns escritos, dirigiu o jornal *O Conciliador Nacional* e *O Diário do Governo de Pernambuco*, órgãos oficiosos que publicavam e defendiam as ações do governo monárquico (VALENTE, 1969; QUINTAS, 1975; MELLO, 1996).

Amaro Quintas no livro *O padre Lopes Gama: um analista político do século passado* (1975) ofereceu uma nova interpretação de seu pensamento: a atuação política no cenário brasileiro. Este estudo, utilizando como fonte o jornal liberal *O Sete de Setembro (1845-1846)*, apresentou as concepções políticas de Lopes Gama, que, sem melindre, denunciava as mazelas sociais da elite e das camadas populares já naquele órgão. Durante a empreitada jornalística, Lopes Gama expôs ideias sobre os problemas sociais da nação, traçando ao mesmo tempo soluções políticas que orientassem aos governos em direção às sociedades avançadas (VALENTE, 1975).

Quintas apresenta Lopes Gama como o precursor dos estudos sociológicos no Brasil, quer pelas análises sociais que empregou, quer por apontar possíveis resoluções aos conflitos entre o povo e a elite rural. Para o autor, as análises do padre foram profundas e superiores aos estudos realizados por outros intelectuais até aquele momento. Na análise do jornal *O Sete de Setembro*, Quintas eleva-o ao status de antecessor da teoria da luta de classes apresentada por Marx somente em 1848:

Há, em o nº 17, de 4-11-1845, uma apreciação de Lopes Gama sobre as diferenças entre as classes sociais que o coloca como um verdadeiro precursor- lembrem-se que o jornal é de 1845, enquanto que o Manifesto Comunista é de Fevereiro de 1848 – da teoria da luta de classe de Marx. (QUINTAS, 1975, p.31).

Ariel Feldman, por sua vez, enfatizou o teor político do jornal ao afirmar que Lopes Gama elaborou um discurso no qual a monarquia constitucional seria o melhor caminho a ser seguido pelos brasileiros. Lopes Gama procurava “[...] promover a manutenção do sistema político vigente. O Brasil deveria se desvincular do Antigo Regime, não de maneira brusca e revolucionária, mas lenta e gradual” (FELDMAN, 2008, p. 64).

É interessante observar que Lopes Gama vivenciou um período conturbado da história brasileira, onde a colônia lusitana tornou-se, como nunca antes visto o centro de poder, transferindo as funções anteriormente executadas em Portugal para o Brasil, invertendo assim, o papel que por mais de três séculos havia sido solidificado (LUSTOSA, 2004).

O aparato administrativo monárquico transferiu aos coloniais um novo modo de produzir a vida, manifestado nas formas de organizar a estrutura política e na adoção de comportamentos da burguesia europeia. Diante disso, o primeiro passo foi dado para a inserção do Brasil na rota dos interesses capitalistas, no qual a luta travada entre Inglaterra e França pelo controle do comércio mundial exprimiu as novas diretrizes traçadas ao mundo.

Nesse processo coube realizar mudanças que atingiram a organização social do Império. O intercâmbio entre nacionais e estrangeiros, especialmente franceses e ingleses, logrou trazer ideias revolucionárias ao cenário nacional, movimentando, assim, a ação política dos opositores do regime monárquico, o que pode ser evidenciado pelas rebeliões ocorridas por todo seu território, e com o estabelecimento do regime monárquico constitucional representativo. Além disso, observou-se um entusiasmo generalizado, onde as ideias de progresso e de desenvolvimento econômico encontraram terreno fértil em uma sociedade marcada pela verticalidade das relações entre as classes.

A transição política brasileira de colônia para nação independente acarretou à província de Pernambuco transformações significativas que foram sentidas por Lopes Gama, principalmente em relação às condutas

concernentes ao âmbito público e privado. Pode-se asseverar que a formação de Lopes Gama no mosteiro de São Bento da Bahia e de Olinda transmitiu-lhe bases necessárias para elaborar análises políticas econômicas e críticas sociais, bem como a fundamentação das propostas reformadoras.

No Brasil, a participação da Igreja Católica nas decisões políticas e no controle do comportamento individual já se encontrava em declínio. A decadência do poder clerical quanto ao domínio político-administrativo era evidente. A atuação dos padres liberais nas rebeliões desde 1789 até 1842 – defendendo a soberania nacional - fora interpretado como subversivos à ordem e a unidade da nação. O poder político e religioso exercido pela Igreja se esvaecia, o que pode ser evidenciado pelo enfraquecimento estrutural das ordens religiosas. De acordo com Carvalho:

A decadência era mais óbvia entre as ordens religiosas, fato reconhecido pelos próprios bispos que aplaudiram a decisão do governo em proibir a admissão de noviço até que reformassem os conventos. Mas os próprios seminários episcopais sobreviviam penosamente e se viram obrigados a recorrer a padres estrangeiros para dirigi-los e encarregar-se do ensino na falta de elementos nacionais adequados. (CARVALHO, 1996, p. 170).

Reconquistar o poder político da Igreja Católica, diminuído no processo transformador e manter prosseguimento ao domínio da religião em relação à vida privada, foi também objetivo perseguido n’*O Carapuceiro*. Entretanto, ressalta na obra do padre Carapuceiro a necessidade de enfrentar os obstáculos trazidos pelo progresso. Não se tratava de negá-los, mas de conformá-los aos ditames da religião, numa estratégia de não permitir o alargamento dos prejuízos da Igreja e de manter o povo crente na superioridade da providência divina. Os meios particulares a esses intentos passavam pela definição de uma educação que civilizasse, mas, que, ao mesmo tempo, esbarrasse nos limites da civilidade cristã e ali permanecesse convicta do acerto da escolha educativa.

2.4. As influências intelectuais do pensamento de Lopes Gama

A intelectualidade brasileira nos séculos passados teve sua reflexão marcada pelo pensamento ilustrado do século XVIII. Conforme Alves, essa afirmação requer a discussão do amplo plano que circunda o pensamento iluminista: o processo de consolidação do pensamento burguês na transição do período feudal ao capitalista entre os séculos XVII e XVIII, e seu reflexo no Brasil (ALVES, 1993).

O século XVIII, conhecido como Século das Luzes, congregou as elaborações teóricas da ciência moderna e da filosofia natural do século XVII, tendo como expoentes Bacon, Galileu, Descartes, Locke, entre outros. Com esses pensadores “[...] a natureza começou inevitavelmente a parecer menos o cenário de peregrinação espiritual do homem e mais o campo para o exercício do poder humano” (BAUMER, 1990, p. 80). Contando ainda com a presença de elementos religiosos e da teologia seus escritos, essas contribuições impulsionaram a nova visão de mundo iluminista, a qual se entregou à busca da verdade, excluindo as qualidades espirituais da natureza e do homem por meio da difusão das luzes da razão e dos métodos científicos.

Embora o movimento intelectual e cultural Iluminista, ou Ilustração, tivesse o modelo francês como referência, é importante ressaltar os diferentes iluminismos. O movimento de explicar o mundo por meio da razão não recebeu a mesma aplicação nos países como Portugal, Espanha e Itália, cuja construção de características específicas o diferencia do modelo iluminista francês, principalmente frente ao grande predomínio do catolicismo nas decisões espirituais dos homens e políticas do Estado (CAEIRO, 1979).

Encontrava-se nesse processo de “fornecer as luzes”, característico em Portugal, um elemento marcante que definia sua diferença do modelo francês: embora produtos da mesma época histórica e inseridos num contexto amplo de debate político os intelectuais iluministas portugueses do século XVIII não possuíam o elemento antirreligioso. A presença marcante da Igreja nas determinações políticas consistia, ainda, numa barreira que comprometia o novo modo de pensar a sociedade e o mundo.

Ainda que o iluminismo português seja denominado de iluminismo

católico, devido à grande participação de pensadores católicos no movimento, pode ser apontada uma característica comum ao iluminismo francês: percebe-se um ar otimista sobre o futuro dos homens. Diante de uma prática social ligada aos laços do passado, mas em esfacelamento, e o desconhecimento do que preparava o porvir aos homens, havia naquele momento, um considerável entusiasmo e confiança na capacidade da razão. A experimentação, os progressos no campo da física, as descobertas astronômicas, a expansão das fronteiras geográficas e o desenvolvimento de teorias filosóficas correspondentes às exigências do plano político e econômico, gestaram, na mentalidade da época, uma confiança no futuro promissor dos homens, tendo sempre como demarcador a ideia de progresso infinito. Além disso, a concepção de educação perpassa a ideia de progresso, tornando, cada vez mais, uma forma laica, que retirava do ensino das ciências naturais o elemento religioso que ainda mantinha os homens ligados à tutela da religião e do Estado (BAUMER, 1990).

Essa ideia de progresso despontou como orientadora das novas práticas sociais no continente europeu, fornecendo significativa importância à produção da ciência burguesa, fundamentada, desde sua origem, no utilitarismo²⁰. Ao homem coube, por meio das conquistas científicas, a promoção do progresso material, compreendido como extensão do avanço intelectual dos próprios homens. A educação despontou como estratégia de consolidação das novas práticas de vida, uma vez que, submetendo a fé católica às novas descobertas científicas, promovia o controle do mundo material.

O livre-pensador iluminista sempre identificou a ação da Igreja Católica com o obscurantismo. Não por acaso, o projeto social burguês da Revolução Francesa implicava, quanto à educação, a subtração das escolas do controle clerical. A permanência dos padres no interior das escolas representaria a perpetuação

²⁰ Alves, ao explicar o domínio do burguês nas ciências afirma: “O domínio dos negócios burgueses associa-se, diretamente, ao próprio domínio do mundo material. Por isso, quando começa a se desenvolver a ciência baseada na observação e na experimentação, é o burguês o seu maior beneficiado. Os recursos que ela coloca em suas mãos viabilizam o maior controle de seus negócios. Os instrumentos, que, passam a medir as relações do homem com a natureza e com outros homens, dinamizam os empreendimentos burgueses [...] “Essa obsessão permanente se revela como visão prática, que focaliza qualquer coisa a partir da utilidade que possa ter em face daquele domínio” (ALVES, 1993, p. 64; 65).

do obscurantismo e o estímulo à manutenção dos preconceitos, incompatível com a necessidade republicana de elevar todos os homens ao domínio das luzes, mediante colocada, reduzia-se, para o *livre-pensador*, a um obstáculo para a realização humana, assim como para a viabilização de uma nova sociedade que deveria ser construída, ela própria, segundo os imperativos da razão. (ALVES, 1993, p. 123).

Todavia, a compreensão do ideário burguês não ocorreu de forma uniforme pela Europa e pelas terras do além-mar. O movimento cultural não foi obra de políticas ou idealizações do Estado ou de homens agindo solitariamente, mas, uma resposta ao novo modo de vida e das mudanças relativas ao processo de produção material instituída ao longo dos séculos. Deste modo, no caso específico de Portugal, com seus reflexos no Brasil, pode ser percebida a conciliação dos interesses entre burguesia e aristocracia (CINQUE, 2007). Vale ressaltar a presença do déspota esclarecido que, ao buscar manter o regime monárquico, aliou os novos anseios sociais às suas políticas com a introdução de elementos filosóficos do iluminismo e do liberalismo econômico e político nas ações administrativas.

Esse caráter conciliador tornou-se peculiar a Portugal. Impedida de efetivar seu domínio político, a burguesia lusitana aliou seus interesses ao pensamento reformista da nobreza e do clero. Assim, o pensamento iluminista ganhou outras características nesse território que, pelas limitações concretas, impossibilitaram a defesa das concepções revolucionárias pertinentes ao movimento francês:

Isso não quer dizer, contudo, que o pensamento burguês deixou de ser produzido nesse extremo da Península Ibérica, mas, sim, que esse pensamento revela-se “impuro”, pois mescla-se com o pensamento feudal e ganha configurações ambíguas. [...] Em Portugal, por força do atraso material, o Iluminismo não pode brandir, com igual vigor, as bandeiras defendidas pela burguesia revolucionária contra a nobreza e o clero feudais. (ALVES, 1993, p.18).

A difusão do iluminismo no Brasil era consonante ao estágio em que se encontrava o iluminismo português. A bandeira burguesa de progresso e modernização portuguesa exigiu que sua colônia mais lucrativa participasse desse processo. A expulsão da Companhia de Jesus em 1759 foi uma das

expressões do avanço das ideias burguesas, pois retirou o domínio educativo sobre os brasileiros e os indígenas²¹. As reformas administrativas e educacionais empreendidas por Pombal representaram os anseios da burguesia portuguesa, uma vez que se acreditava que uma reforma social que introduzisse uma nova ordem cultural seria o ponto de partida para mudanças na ordem econômica e política.

A influência de inovadoras formas de compreensão do mundo pode ser confirmada nas ações e ideias de intelectuais e administradores portugueses conduzidos por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782) e Luís Antônio Verney (1713-1792)²². Tais personagens trouxeram as propostas iluministas para Portugal proclamando o avanço material e intelectual do país como resultado das reformas na estrutura administrativa.

É importante salientar que Pombal e Verney tinham por preocupação a inserção de Portugal nos moldes das nações industrializadas, tendo como referência a Inglaterra e a França. Para tanto, era necessário organizar a economia portuguesa e a educação dos homens para as exigências que os avanços científicos e tecnológicos apresentavam, capacitando-os para cargos administrativos e burocráticos condizentes ao recente espírito reformador que impulsionava Portugal.

Assim, os intelectuais iluministas expuseram as relações nascentes da luta entre as classes sociais pelo controle político e econômico das antigas nações. Já como integrantes do movimento capitalista, as ordens religiosas no Brasil foram influenciadas pelas transformações na sua estrutura e nos seus ideais. A ordem de São Bento, na qual Lopes Gama iniciou e concluiu seus estudos, tinha a intenção primeira de criar “[...] uma escola de perfeição na

²¹ Conforme Azevedo “A educação da mocidade reinol e colonial, monopolizada pelos padres, orientavam-se, sem dúvida, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas; os métodos, autoritários e conservadores até a rotina; e, além de não incluir o ensino de ciências, esse plano de estudos, excessivamente literário e retórico [...]” (AZEVEDO, 1976, p.48).

²² Luiz Antônio Verney vivenciou quase todo o século de efervescência do Iluminismo. Considerado como “estrangeirado”, isto é, como homem responsável por difundir as luzes em Portugal, Verney contribuiu para a reforma social portuguesa por meio da educação, influenciando diretamente as reformas educativas em Portugal e no Brasil executadas por Marquês de Pombal no século XVIII. A principal obra que teve repercussão nas reformas pombalinas foi o *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746 (CAEIRO, 1979).

prática da santidade evangélica” (HERNANDEZ, 2009, p. 26).

Entretanto, quando se observa a atuação da ordem beneditina, a conclusão é a de que a sua importância revelou-se diferente em diversos momentos da história. Em alguns deles orientou os governos absolutos, e empreendeu a tarefa de educar os jovens e em outras, promoveu ações sociais em benefício das camadas populares.

No Brasil as ordens religiosas participaram nos eventos políticos e sociais. A lista dos religiosos envolvidos nos movimentos sediciosos é extensa. Caeiro afirma encontrar as ideias do iluminista Verney nas ordenações religiosas e que essas atuavam decisivamente na orientação pedagógica dos seminários. O Seminário de Olinda, reduto da intelectualidade pernambucana nas primeiras décadas do século XIX, era uma das instituições que utilizava algumas ideias do modelo pedagógico desse iluminista.

A proposta reformista de Verney descritas n’ *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746) influenciou diretamente as reformas educativas portuguesas elaboradas no governo de Pombal, podendo ser vista tanto nos estudos menores, de 1759, quanto à da Universidade em 1772. De acordo com Ruckstadter as cartas que compõem *O Verdadeiro Método de Estudar* apresentam

[...] uma crítica à organização dos estudos em Portugal, aos métodos utilizados, sobretudo pelos padres jesuítas. Tratava-se de um plano de reformulação na normatização dos estudos para servirem à Igreja e à República, e, atender, dessa maneira, às modificações que urgiam serem feitas na sociedade portuguesa para sua inserção econômica, política e cultural no mundo europeu das Luzes (RUCKSTADTER, 2012, p. 66).

É possível observar no jornal *O Carapuceiro* a presença dos autores ilustrados, compondo seu pensamento e delimitando as suas propostas (Rousseau e Voltaire, por exemplo). A matriz do pensamento que construiu estava relacionada a uma ideia de religiosidade ainda pertinente ao mundo colonial, a qual vinculava as descobertas e as ações humanas aos ditames divinos.

Após a secularização ocorrida em 1834, não há registros que evidenciem a participação indireta de Lopes Gama na ordem Beneditina ou

diretamente nas ações da Igreja. Embora estivesse divulgando ideias de cunho iluminista, recriminadas pela própria Igreja, vê-se que em nenhum momento se afastou dos ensinamentos morais e religiosos adquiridos em sua formação religiosa e intelectual. O seu pensamento, exposto n'O *Carapuceiro*, é a evidência de que se manteve fiel àqueles ensinamentos e doutrina, muito embora o caráter de crítica social e política tivessem prevalecido no debate por ele realizado.

A contradição de seu pensamento católico e ao mesmo tempo liberal pode ser percebida quando se vislumbra as diretrizes papais que condenavam o uso de literaturas ilustradas na publicação de jornais religiosos (ASSIS, 2004). O *jornal O Carapuceiro* era um jornal de fé católica, mas não agia interligado aos interesses da Igreja. Sua ambição era a de ser um disseminador das máximas cristãs na orientação das ações cotidianas e, ao mesmo tempo, de esclarecer os abusos cometidos em nome da religião no campo político e das vivências sociais.

Como tema recorrente, as discussões sobre as ações políticas da época evidenciaram tanto a intencionalidade política de seu jornal, como a educativa. Entretanto, para a análise de seu pensamento torna-se importante compreender as tramas políticas que envolveram o período regencial uma vez que agitaram o imaginário social da época.

3. O CENÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: A REFORMA MORAL EM QUESTÃO

3.1. A divulgação do ideário liberal na imprensa e em novos espaços

O pensamento de Miguel do Sacramento Lopes Gama, exposto no jornal *O Carapuceiro*, analisado em consonância com a História da Educação, exigiu o conhecimento dos processos históricos que nortearam a sociedade brasileira no século XIX. As questões apresentadas pelo padre-jornalista, alicerçadas nas estruturas sociais operantes daquele século, voltaram-se a um projeto educativo no qual a educação moral-religiosa esteve no centro da formação dos indivíduos e na consolidação da nação brasileira.

A historiografia brasileira compreende Lopes Gama como um crítico dos costumes. Entretanto, por ter registrado as intensas lutas políticas que movimentaram o período regencial e o início do segundo império é considerado também um crítico social, notadamente por ter captado as ideias e conflitos políticos, sociais e religiosos atuantes no cenário brasileiro em geral, e na província de Pernambuco em particular.

As ideias liberais difundidas na época podem ser observadas e contrapostas às ideias conservadoras que permaneceram na mentalidade e nas relações sociais da antiga colônia. A adoção do estatuto da modernidade era correlata à necessidade de alterações nas antigas instituições que vigoraram até então, bem como o próprio modo de produzir a vida, conduzindo os indivíduos no conhecimento das formas de conceber o mundo e produzir cristalizadas no Velho Mundo.

Partindo do pressuposto de que o ideário liberal não parecia tão claro aos homens da época, tornou-se necessário observar as contradições e a forma de compreensão do ideário burguês no Brasil, visto que a mentalidade colonial permanecia guiando principalmente as relações políticas e econômicas do Império (LARA, 1988). No entanto, os comportamentos cotidianos

gradualmente foram alterados, causados tanto pelo crescimento urbano, com novos espaços de sociabilidade como, por exemplo, as sociedades literárias ou políticas, quanto pelas novas práticas cotidianas geradas pela presença estrangeira e pelos avanços filosóficos e econômicos.

Assim, as ideias de liberdade e democracia disseminadas pelo ideário burguês conquistavam adeptos à nova realidade social, motivados pelo princípio de liberdade individual, em oposição ao poder absoluto. Para Delgado:

A permanente aspiração humana de uma organização social em que se incorporem os eternos ideais de justiça configurava-se para aquela mentalidade e naquela época, em uma defesa das liberdades individuais contra os poderes que se tinham feito absolutos. Era um ideal a ser atingido mediante a submissão de tais poderes a uma legalidade escrita cujo núcleo seria uma Constituição, uma lei suprema, elaborada não pelos reais e seus assessores, mas pelo povo através dos seus representantes [...]. (DELGADO, 1980, p. 67).

Desde meados do século XVIII as ideias iluministas e liberais vigentes na Europa puderam ser observadas nas insurreições e rebeliões sucedidas em diversas províncias brasileiras. Dentre elas pode-se citar a Inconfidência Mineira em 1789, a Inconfidência Carioca em 1794 e o Movimento Baiano em 1798, que traziam o propósito de insuflar os colonos contra as medidas metropolitanas e almejavam maior autonomia política e econômica do Brasil em relação a Portugal.

Embora os movimentos revoltosos tenham sido sufocados pelo governo monárquico, as ideias iluministas republicanas e federalistas não perderam adeptos. Pernambuco, que durante muitas décadas havia sido determinante na economia colonial, como esteio dos gastos da corte, manteve grandes esferas de sociabilidade, onde os partidários das concepções revolucionárias reuniam-se e organizavam suas ações.

Esses espaços, como as sociedades literárias, políticas ou de encontros casuais, como bares e botequins, causavam temor naqueles que buscavam conservar a ordem estabelecida. Lopes Gama, temerário da radicalização, não admitia os espaços que pudessem possibilitar a aglomeração de pessoas contrárias ao regime político, visto que eram ambientes de divulgação tanto de ideias filosóficas subversivas como de agitação da população:

E o que direi dos botequins? [...] Ali se discutem e decidem irremissivelmente as mais intrincadas questões de direito natural e de direito publico. [...] Ali de volta com a política com as incessantes queixas contra o governo, que num é bom para eles, com o labéu de aristocratas, imposto a tudo quanto tem alguma coisa de seu. E não anda entupindo botequins, ou defendendo teses pelas esquinas, vão também seus ápodos contra a Religião [...] Promovidas à desordem, quem é que padece gravíssimos prejuízos? Serão os vadios estafermos de botequim, que vivem por milagre dos descuidos da polícia? Não certamente: são os cidadãos pacíficos, é o comercio que para imediatamente, são os miseráveis agricultores cujos gêneros não há quem compre, ou descem de tal forma o preço que melhor fora botá-lo ao mar. (*O Carapuceiro*, nº 2, 14 abr. 1832).

Além dos espaços públicos e comércios, outras associações tiveram papel importante nos levantes sociais e na conscientização política da elite imperial. As lojas maçônicas, por exemplo, articuladas pela burguesia, difundiram as ideias democráticas e racionalistas que se materializavam na França²³.

Durante o século XVIII os estudantes brasileiros que retornavam das universidades portuguesas já reformadas por Pombal, assim como das universidades francesas e inglesas, auxiliaram na entrada e permanência do pensamento maçom no Brasil. Atribuiu-se à ordem maçônica o auxílio na propagação dos ideais iluministas que contestavam não só as bases políticas e econômicas do sistema colonial, como também a fundamentação teórica que justificava a monarquia absolutista e domínio religioso da Igreja sobre o Estado (BARATA, 1994).

Entre a passagem do século XVIII e início do século XIX, motivados pelos princípios ilustrados e liberais, a maçonaria brasileira confrontou-se com as medidas metropolitanas que objetivavam cercear a liberdade individual e a autonomia da colônia portuguesa. O caráter “antimetropolitano” da maçonaria brasileira pode ser encontrado no grande envolvimento de maçons nas revoltas

²³ Embora haja divergências quanto à formação da instituição maçônica, o estabelecimento da Grande Loja de Londres em 1717, marcou a fundação das características modernas da maçonaria. Desenvolvida em maior ou menor grau nos depois países europeus e americanos, devido principalmente, à censura e controle estabelecido pela Igreja Católica, a maçonaria teve sua consagração na França, com a fundação da Loja em Paris em 1725 (BARATA, 1994).

emancipacionistas, e nos debates jornalísticos que evidenciavam as contradições entre o pensamento democrático e a manutenção da monarquia absoluta (BARATA, 1994).

Até início do século XIX a província de Pernambuco possuía um importante papel no desenvolvimento econômico brasileiro, por conseguinte, de Portugal. Devido à divisão das terras em grandes propriedades rurais²⁴, o comércio e a produção de açúcar e algodão prosperaram, elevando o Nordeste a principal fornecedor de matéria prima para a metrópole. Além disso, Recife possuía um importante porto, catalisador comercial e de escoamento das mercadorias agrícolas produzidas nas províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (LEITE, 1988).

As províncias nordestinas, sobretudo Pernambuco, privadas constantemente dos lucros produzidos pela agricultura local, tornaram-se o centro de constantes conflitos nacionalistas e separatistas que tinham por objetivo ora desenvolver relativa autonomia econômica e política, ora romper drasticamente com o poder central, fortalecendo os grandes latifundiários e proprietários de escravos.

A rebelião de 1817 foi uma das insurreições pernambucanas mais significativas do início dos oitocentos. Os revoltosos questionavam os monopólios fundados no período colonial e os altos tributos a favor da manutenção das províncias sulistas e da corte, práticas que os prejudicavam no processo de produção e na exportação das mercadorias. Essa rebelião que estabeleceu o regime republicano com a permanência dos rebeldes no controle político pôs fim ao regime monárquico e a situação colonial por apenas 70 dias (LEITE, 1988).

Na década de 1820 houve grande rivalidade entre o grupo de Manoel Carvalho Paes de Andrade (1774-1855) e Francisco Paes Barreto (1779-1848),

²⁴ Leite afirmou que apropriação das terras em Pernambuco ocorreu por “[...] doação por parte da coroa, transmissão por herança, por compra, pagamento de dívidas por hipoteca e por apropriação de terras ocupadas por índio” (LEITE, 1988, p. 46). No final do século XVIII e início do século XIX, exigia-se que as terras doadas em sesmarias permanecessem nas mãos dos primeiros beneficiários, sendo herdadas ou vendidas somente com a autorização prévia da Junta da Fazenda Real. Além disso, a venda não poderia ser concedida a instituições eclesiásticas sem os mesmos tributos cobrados dos seculares. Com o crescimento econômico da província e o descumprimento dessas normas, muitas terras tornaram-se alvo de lutas, vindo a concentrar nas mãos de grandes proprietários de terras e escravos (LEITE, 1988).

o que culminou em embates físicos e em disputas jornalísticas com o objetivo de controlar a política e a economia da província. Enquanto os Paes de Andrade apresentaram-se contrários às políticas imperiais, o grupo de Paes Barreto aliou-se ao governo, realizando medidas que repreenderam e sufocaram os conflitos armados. Tais embates, movidos por diferentes interesses entre liberais e conservadores, desencadearam em 1824 a Confederação do Equador, entendida pelos historiadores como “[...] uma radicalização desesperada, o desdobramento trágico das tentativas de tomar o poder feito pelas facções das elites que não queriam se aliar ao projeto centralista e autoritário vindo do Rio [...]” (CARVALHO, 1998, p. 10).

Assim, pode-se afirmar que a entrada do pensamento ilustrado e liberal no Brasil encontrou diversos espaços para sua divulgação, dentre eles, a imprensa. Salienta Lustosa que a formação educativa da elite passou, necessariamente, pelas mãos talentosas dos jornalistas imbuídos pelo espírito missionário outorgado aos homens letrados, os quais pretenderam orientar os brasileiros a respeito das ações adotadas pelo governo imperial e as ideias burguesas que rondavam o Velho Mundo (LUSTOSA, 2004).

3.2. O *Carapuceiro* e as lutas políticas do período regencial

Lopes Gama apresentou nas páginas d’*O Carapuceiro* conflitos de ordem política, cultural e econômica atuante no período de publicação de seu jornal (1832-1842). Todavia, descolar seus escritos da realidade histórica a qual pertenceram, compromete e inviabiliza a análise dos fatos que, concatenados às ideias liberais, organizaram a estrutura administrativa e social brasileira. Dessa forma, um retorno ao início do processo de construção do estado independente permite compreender as lutas promovidas pelas contradições inerentes à realidade em vigor no Brasil naquele período.

A independência política do Brasil, nascente dos diferentes interesses entre Portugal e Brasil, não modificou a estrutura produtiva predominante. A produção agrícola com mão-de-obra predominantemente escrava, base da colonização portuguesa, manteve-se praticamente inalterada até 1889, quando

não mais se conseguiu conter as pressões inglesas pelo fim da escravidão e ampliação do mercado consumidor.

Os tratados estabelecidos entre o Brasil e a Inglaterra no início do século XIX apresentaram indícios das novas necessidades decorrentes da ascensão do sistema capitalista que se solidificava. A aceitação dos princípios liberais exigiu adaptações ao contexto peculiar brasileiro que, marcado pelo predomínio político e econômico de grandes barões do café e senhores de engenho confrontava-se com os fundamentos político-ideológicos da burguesia europeia.

Os princípios de liberdade civil e política, de propriedade privada e igualdades dos homens, causou encanto na população brasileira, atravessando as barreiras impostas pelas distâncias, até chegar às grandes fazendas (MERCADANTE, 1980). Mas, aliados às defesas das liberdades econômicas e políticas trazidas pelos ventos liberais, os senhores rurais mantiveram a economia escravista. As contradições de tal pensamento não lhes causavam estranhamento, pois, para eles, o trabalho cativo era necessário à continuidade do processo produtivo brasileiro. Além disso, outro motivo para o não estranhamento pode ser pequena porcentagem de trabalhadores assalariados, o que impossibilitava o confronto entre as duas formas de produção.

Os benefícios da cisão entre Brasil e Portugal foram sentidos principalmente por grupos dominantes do período. Alicerçados, sobretudo nas monoculturas do norte e nordeste brasileiro, os grandes proprietários rurais ambicionaram e alcançaram o controle do fluxo comercial do mercado interno e, principalmente, externo. Tendo sido o Brasil criado para “vida internacional”, as limitações exportadoras impostas pelo pacto colonial e os tratados portugueses, comprometiam a igualdade de direitos e liberdade comercial defendida pelos liberais economicistas dos séculos anteriores (BETHELL, 1976).

A incompatibilidade entre os fundamentos liberais e o trabalho servil iniciou-se com maior vigor em meados do século XIX. Os ingleses pressionavam o tráfico de escravos embrenhando-se pela costa brasileira no intuito de conter o desembarque dos negros, por outro lado senhores de escravos prejudicados pela instabilidade da carga, queixavam-se do alto custo a que chegavam. Nesse sentido, vigorou “[...] os interesses de certos grupos de

senhores rurais a favor de medidas impeditivas do tráfico” (MERCADANTE, 1980, p. 157).

Assim, o trabalho livre assalariado, já dominante no Velho Mundo, não encontrou bases materiais para sua efetivação no território brasileiro. Apesar da independência, o Brasil manteve a mentalidade patriarcal e escravista do período colonial. Concomitantemente, o liberalismo radical de cunho jacobino, que se expressara nos grupos revolucionários do início do século XIX, renunciou a alguns de seus principais fundamentos, adaptando suas ideias ao contexto escravista (MONTEIRO, 1990).

Embora não houvesse condições objetivas para o abandono e substituição do trabalho escravo nas grandes propriedades, os esforços abolicionistas tiveram adeptos. O regente Feijó, anteriormente citado, foi um deles. Mas, apresentando uma nova visão sobre a escravidão brasileira, Lopes Gama aliou-se aos ventos liberais que predicavam o fim da escravidão e, defendendo a causa educativa, responsabilizou os escravos pela deturpação moral dos indivíduos²⁵. No artigo *A má-criação* (*O Carapuceiro*, nº 2, 21 fev. 1840) Lopes Gama afirmou:

É este um dos principais males do nosso Brasil. Nós, infelizmente nascidos no meio de escravos africanos somos pela maior parte e quase inevitavelmente malcriados. As brutais maneiras, as grosserias, os vícios dessa raça infeliz insensivelmente se tem inoculado no nosso povo, e eis o germe da nossa tão geral imoralidade. (*O Carapuceiro*, nº2, 21 fev. 1840).

Essa visão traz indicativos de que a história brasileira encontrava-se em movimento, buscando adequar-se à nova ordem mundial. Assim, em Lopes Gama havia a apologia ao trabalho livre em oposição aos malefícios acarretados pela dependência do escravo nas atividades cotidianas. Outra crítica de Lopes Gama endereçada à manutenção do trabalho escravo, que o insere nos debates oitocentistas a favor do capitalismo, dizia respeito às

²⁵ Ao debater essa questão n’*O Carapuceiro* a preocupação de Lopes Gama, como se poderá ver no capítulo correspondente à análise, em expor a necessidade de substituição do escravo pelo trabalhador livre se devia mais ao aspecto moral que envolvia a educação dos jovens. Dessa maneira, a crítica feita às transformações sociais que presenciava tinha sempre presente o intuito de definir as ações educativas que menos prejuízos trariam à formação moral dos indivíduos.

vantagens adquiridas pela Inglaterra durante o processo de consolidação da Independência e da construção da ordem nacional. Para ele, as vantagens obtidas pelos tratados comerciais estabelecidos com a Inglaterra e a França comprometiam o avanço das relações de trabalho, mantendo uma população sem campo de atuação. A importação dos produtos europeus desfavorecia o desenvolvimento da indústria no Brasil, criando dependência e desiguais vantagens comerciais.

Creio que não há estado, reino ou império sobre a face da terra onde se permita que estrangeiros vendam a retalho enriquecendo-os e privando os nacionais desse meio de subsistência [...] [Nos tratados comerciais] podem os senhores franceses e ingleses não só trazer-nos as suas manufaturas se não vende-las a retalho assim como nós brasileiros podemos ir fazer o mesmo por lá por essas Europeias, isto é, que toda vez que quisermos podemos carregar com os nossos abanos, cocos torneados cuias pintadas, esteiras de peperí e cordas de imbirá e abrir lojas dessas preciosidades em Londres e Paris. Que tal a igualdade? [...] Tragam os franceses as suas manufaturas [...] mas vendam-nos o grosso. (*O Carapuceiro*, nº 25, 6 out. 1832).

As aspirações republicanas disseminadas pelos liberais nos primeiros decênios do século XIX produziram assombro nos círculos do poder da época. Ainda vinculados às consequências da Revolução Francesa (1789-1799), muitos jornalistas, políticos e intelectuais fizeram oposição ao modelo social republicano, entre os quais José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito José da Costa. Alegando o despreparo dos brasileiros para esse ambicioso projeto social, Lopes Gama apontava a necessidade educativa exigida para a construção de um estado sólido e republicano:

Enquanto não se cuidar muito atentamente na educação da mocidade, enquanto não houver um impulso verdadeiramente heróico dado à observância da religião, derramando pelos povos um santo e ilustrado temor de Deus, não teremos senão muito panfrotório, enxurradas de teorias, e nada sólido e seguro. Um povo bem-educado, um povo religioso é matéria apta para tudo quanto é bom e botem para cá com essas qualidades, que eu, apesar de ser um piegas, mostrarei imediatamente o melhor dos estados republicanos. (*O Carapuceiro*, nº 5, 26 mai.1832).

Desde o início da constituição e da consolidação do Estado brasileiro em 1822, houve tentativas de controlar os impulsos radicais do liberalismo político de tendências republicanas. Temendo a desintegração do território e da quebra da autoridade central fortalecida na monarquia, foi posta na ordem do dia as campanhas contrárias aos levantes que estremeciam as províncias de norte a sul do Império. Para isso, o Brasil contou com o apoio externo, principalmente britânico, para o fortalecimento da ordem e da unidade nacional, uma vez que tais movimentos poderiam comprometer o escoamento da produção brasileira e a entrada das mercadorias produzidas na Inglaterra (BETHELL, 1976).

Delgado assegura ter havido nesse período um conflito de doutrinas que orientaram as organizações políticas e sociais de todo império. De um lado, encontravam-se as ideias liberais radicais que promulgavam a mudança das estruturas internas de produção. Do lado oposto estavam os moderados e conservadores que receavam as possíveis consequências das iniciativas radicais no quadro agroexportador, sobretudo na abolição da escravatura (DELGADO, 1980).

O primeiro reinado esteve marcado pela incompatibilidade de interesses entre os partidos políticos. A luta expôs as contradições existentes no regime colonial, as quais retiravam quaisquer possibilidades de melhoramento das classes populares, clareando as necessidades sociais emergentes oriundas do discurso progressista e de desenvolvimento nacional. O embate político realizado pelos diferentes partidos evidenciou os limites das ideias liberais apreendidas e assimiladas no Brasil, no qual não havia uma junção perfeita entre o liberalismo do plano econômico e das propostas liberais políticas.

No período surgia no cenário brasileiro o grupo liberal moderado que no final do governo de dom Pedro I tomaria forma mais acentuada, representando, sobretudo os interesses da elite agrário-escravocrata²⁶. Mediando os interesses

²⁶ As tendências partidárias tomaram contornos mais definidos após a abdicação de Pedro I. Durante o período regencial houve grupos reunidos em torno do partido liberal moderado, liberal exaltado e caramuru. Os liberais moderados organizaram-se em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, representando os interesses de senhores proprietários de terras e escravos da região nordeste e sudeste. Buscaram manter a ordem pública e a manutenção da hierarquia social e da escravidão. Os liberais exaltados, organizados nas Sociedades Federais, tinham por objetivo promover a federação e a moralização do povo. Este grupo representado por homens da camada média urbana e da massa popular estiveram divididos em duas tendências: “[...] os liberais puros de inspiração jeffersoniana como Borges da Fonseca e Teófilo Otoni, e, de outro lado, o agitador que toca nos ressentimentos da classe rasa, acenando com promessas de uma ordem social”

dos absolutistas e dos exaltados, os moderados introduziram-se lentamente no poder, organizando medidas que, durante o período regencial, puderam ser legitimadas e utilizadas como bandeira de ordem e controle social (MONTEIRO, 1990).

O liberalismo defendido por Pedro I foi questionado desde 1821, quando a tropa aquartelada obrigou-o a jurar a Constituição lusitana. Os decretos, liberais para Portugal, e conservadores para o Brasil, geraram ondas de insatisfação e temor, em que o fracionamento territorial e a recolonização tornaram-se o ponto forte dos embates nos espaços públicos e nos jornais.

Tais posicionamentos geraram a união de grupos opositores em torno de dom Pedro I, instigando-o à Independência e, mais adiante, a criação da Assembleia Constituinte. Durante a elaboração da primeira constituição brasileira, dom Pedro I deu os primeiros indícios de seu frágil apoio às causas liberais. Acreditava-se que a sua educação, baseada nos princípios monárquicos, pudesse orientá-lo no momento de decidir ser absolutista ou constitucional. Os brasileiros confiavam que o poder absoluto assegurado pela sucessão do trono português fosse mais atrativo à d. Pedro I do que o poder meramente ilustrativo acenado pelo Brasil (MONTEIRO, 1990).

No artigo intitulado *Novas reflexões sobre a restauração que está eminente* (*O Carapuceiro*, nº 75, 19 out. 1833) Lopes Gama confirmou as aspirações restauradoras da sociedade secreta pernambucana chamada Colunas do Trono e do Altar, aliados aos caramurus (absolutistas) e liderados por José Bonifácio. Registrou as desconfianças quanto ao liberalismo de Pedro I confirmadas no final de seu reinado:

O Príncipe, que a atraçoada, pelo que, e por sua incapacidade moral tornou-se incapaz de nos reger. E quem o duvida? D. Pedro sempre foi, e é todo lusitano. Para subir ao trono, ainda vivo seu pai, tomou a máscara de brasileiro, *jesuitizou* um pouco, mas breve depôs o artifício, e mostrou-se qual era. O empenho, e o calor, que tem desenvolvido sobre os negócios de Portugal, bem mostram que seu coração é

(WERNET, 1982, p. 47). Os caramurus unidos pela formação da Sociedade Conservadoras da Constituição Jurada no Império do Brasil congregava os antigos restauradores, os quais recusavam reformas constitucionais, defendendo uma monarquia forte e centralizada. Este partido era composto por homens ligados à administração imperial, brasileiros adotivos, sobretudo, comerciantes, e homens ligados ao grupo dos Andradas (WERNET, 1982).

inteiramente português, e que tal disposição guarda não pode servir o Brasil. (*O Carapuceiro*, nº 75, 19 out. 1833).

A dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 reforçou as desconfianças quanto aos interesses de Pedro I. As efêmeras alianças que estabelecera com os brasileiros no momento da proclamação da independência passaram a ser questionadas ao longo de seu reinado, o que foi causado, principalmente, pelas alianças políticas realizadas com portugueses e absolutistas. Por meio da oferta de cargos administrativos, títulos de nobreza, acordos político-econômicos nacionais e internacionais²⁷, Pedro I buscou assegurar e consolidar o poder absoluto de Imperador.

A insatisfação rondou todo o primeiro reinado. A crise refletiu nas agitações populares por todo território e nos confrontos de cunho partidário realizados pela imprensa. As longas disputas entre a ala liberal e a conservadora no parlamento nacional evidenciaram o tumultuoso percurso pelo qual se instituiu o sistema monárquico-constitucional. A participação constante dos portugueses no governo, a proibição da imprensa e dos privilégios concedidos aos lusitanos levaram a crer na tentativa sorrateira de retorno à condição colonial. Com isso, abria-se e desenvolvia-se rapidamente um distanciamento do imperador dos interesses dos brasileiros.

As medidas ministeriais promovidas pelo ministro José Bonifácio, braço direito de Pedro I, reforçaram as tendências conservadoras do Imperador. O controle e vigilância de “pessoas suspeitas”, a retenção pelo correio das cartas “perniciosas” e a criação de tribunais para delitos de imprensa tiveram como objetivo favorecer a permanência de aliados do Imperador, retirando de cena os principais líderes do pensamento liberal (MONTEIRO, 1990).

Como resposta ao encerramento das atividades constituintes, algumas províncias se manifestaram contrárias ao arbítrio do Imperador. Apesar da aceitação dos limites impostos pela Constituição de 1824 por grandes centros agroexportadores, a província de Pernambuco se opôs a essa tendência (LEITE, 1989). A Confederação do Equador tornou-se símbolo do desentendimento entre governo imperial e os grupos locais, que defendiam as

²⁷ Pode-se citar o Tratado de Paz e Amizade estabelecido entre Brasil e Portugal, o Tratado anglo-brasileiro de 1826 para o encerramento do tráfico negreiro (MONTEIRO, 1990; BETHELL, 1976).

“[...] liberdades individuais contra os poderes que se tinham feito absolutos” (DELGADO, 1980, p. 67).

Nessa rebelião de intuitos republicanos, os líderes locais foram motivados pelo enfraquecimento da autonomia anteriormente conquistada e o receio dos desdobramentos das políticas centralizadoras do governo imperial. Além disso, outro fator contribuiu para o avanço do movimento: o desprestígio da economia local frente ao desenvolvimento cafeeiro da região sul.

A perda de prestígio do Imperador pôde ser observada principalmente pelas manifestações da imprensa brasileira opositora. Aliado a isso, três fatores contribuíram para comprometer a permanência de Pedro I no governo:

[...] o assassinado do jornalista Líbero Badaró, em São Paulo, o processo aberto pelo governo contra o jornalista Borges da Fonseca, editor de *O Republico*, e a descoberta de um carregamento de armas, comprado secretamente pelo ministro José Clemente. (MONTEIRO, 1990, p. 24).

A ação do monarca foi insuficiente para conter os movimentos oposicionistas que se alastraram por todo o império. Como resultado das tramas na imprensa, dos conflitos no parlamento, das sociedades secretas e das revoltas nos quartéis – que cumpriram importantes papéis nas relações políticas do primeiro reinado e no período regencial – Pedro I abdicou do trono, atribuindo a direção do império a seu filho, que contava com apenas cinco anos.

A busca da construção da ordem e do fortalecimento da monarquia constitucional representativa gerou insurreições, embates políticos, jornalísticos e motins, pois as medidas tomadas, como por exemplo, o aumento tributário e controle da política econômica, levaram os que haviam perdido seus privilégios a recorrer aos ataques diretos ao governo provincial e regencial.

A abdicação de Pedro I no dia 7 de abril de 1831 promoveu abalos na organização política do império e no imaginário social dos brasileiros. Lopes Gama, que iniciara a publicação de *O Carapuceiro* exatamente um ano após a saída do monarca descreveu nos primeiros números do jornal e por um longo

tempo o sentimento de revolta reinante no Império e o receio constante da restauração²⁸.

Inimigos desta no tempo do poderio do Déspota que felizmente nos deixou, conjurados para volver-nos ao julgo do absolutismo português. A queda do tirano, o desbarato de suas tentativas não foram bastante a quebrantar-lhes os ânimos, e porfiosos continuaram em seus planos infernais, até que se desmascararam de todo, e deram o grito de revolta no norte no dia 14 do corrente mês de abril. (*O Carapuceiro*, nº 3, 28 abr.1832)²⁹.

Tido como ingrato, Pedro I deixou para trás o temor de uma possível recolonização. Constantemente os absolutistas estimulavam o povo a apoiar o retorno de Pedro I à coroa brasileira, divulgando na imprensa e nas ações do próprio Parlamento o apoio com a proposição de ações que revertissem tal quadro. Lopes Gama apresentou os esforços realizados por esses grupos na divulgação de uma possível tentativa de restauração no dia 12 de outubro de 1832:

Fala-se por ai, e muito que por todas as províncias do Império giram emissários do ex-Imperador, (...) ³⁰ deslembados colunas (boa laia de suplicantes) trabalham com todas as forças para a restauração, e por *faz*, ou por *nefas* querem reentronizar no Brasil o Príncipe menos azado para governar-nos, assim pela sua imprudência, como pela proteção que (...) ³¹ absolutistas. Fala-se mais que para essa nova encamisada está mareado o dia de 12 de outubro próximo, que já estão prontos e enfeitados os andores [...]. (*O Carapuceiro*, nº 19, 29 ago. 1832).

No entanto, nos anos subsequentes, o vazio deixado pela saída do Imperador promoveu uma luta incessante das organizações políticas

²⁸ O início da publicação d'*O Carapuceiro*, no dia 07/04/1832 suscita algumas dúvidas quanto à intenção do jornal. Para Feldman o jornal "semper moral e *so per accidens* político" camuflou sua intenção verdadeira: apresentar as questões políticas efervescentes na sociedade, por meio de uma linguagem jocosa que permitisse àqueles ausentes do debate político, participar e reconhecer as tramas que envolvia todo Império e particularmente na província de Pernambuco (FELDMAN, 2008).

²⁹ Lopes Gama se referia ao movimento revoltoso ocorrido em Pernambuco denominado de Abrilada, o qual tinha como objetivo reconduzir Pedro I ao trono brasileiro.

³⁰ Palavra ilegível.

³¹ Palavra ilegível.

opositoras³². Os exaltados e os moderados que estabeleceram alianças na saída de Pedro I passaram, a partir daí, disputar ferinamente o controle político do Estado nas eleições para representante tanto ao cargo de Regente quanto na Câmara e no Senado. Os moderados, que anteriormente estavam no centro do debate político, conseguiram ocupar prontamente o comando do império por se encontrarem politicamente melhor estruturados (BASILE, 2009).

Em 1831 o grupo dos moderados, composto por indivíduos ligados à produção agrícola e comercial das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, participou da Regência Trina Provisória por três meses após a abdicação. Esse grupo nomeou o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, os senadores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos para exercê-la. A exclusão dos exaltados do poder político é confirmada pela escolha da regência trina permanente composta essencialmente por moderados. Assumiram as cadeiras de Regente os deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho, e permaneceu o brigadeiro Francisco Lima e Silva (MARTINS, 2007).

No mesmo ano o mesmo grupo nomeou Diogo Feijó para a pasta de Ministro da Justiça, cargo estratégico que promoveria o controle social e restabeleceria a ordem pública, intensamente ameaçada por rebeliões populares, bem como por levantes militares e manifestações por meio da imprensa exaltada (MONTEIRO, 1990; BASILE, 2009)³³.

Entretanto, a participação de Diogo Feijó no ministério da justiça foi curta. As diversas agitações que sucediam pelo Império e as crises financeiras causavam instabilidade e dificuldade ao controle político e social. Sem possuir total autonomia para combater as agitações, autonomia essa anteriormente requisitada à Regência, Feijó renunciou logo após a revolta ocorrida na corte

³² De acordo com Carvalho “Até 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas, tais como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar” (CARVALHO, 1996, p. 184).

³³ A inserção de Feijó no Ministério da Justiça foi estratégica: “A simples escolha de Feijó denunciava claramente a intenção de conter o movimento que levava o Imperador à abdicação, conhecidas que eram suas tendências, de que não fazia segredo e não o fez, nem mesmo quando do convite, pois exigiu que aceitassem condições escritas, e este foram aceitas. Assumiu, assim, com amplos poderes” (SODRÉ, 1969, p. 204).

em 3 de abril de 1832, movimento atribuído aos Andradas e aos Caramurus.

As primeiras políticas adotadas durante a Regência Trina permanente (1831-1835), e posteriormente na regência de Diogo Feijó (1835-1837) beneficiaram os grupos locais que controlavam o poder político e o processo de produção agrícola nas províncias. Nesse período, foram iniciadas reformas constitucionais que buscaram promover a descentralização dos poderes, anteriormente reunidos nas mãos do Imperador. O receio de novas tentativas de recolonização, frente à intensa presença absolutista no Senado e na Câmara, levou à criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831³⁴. Inspirada na instituição francesa “milícia cidadã”, teve por objetivo controlar os impulsos anárquicos do exército e a manutenção da integridade nacional (MARTINS, 2007).

O possível uso das forças armadas e exército nas aspirações absolutistas e alguns dos argumentos utilizados pelos liberais contrários à manutenção dos exércitos, quanto àqueles favoráveis ao seu fortalecimento são apontados por Carvalho:

O primeiro dizia a respeito do papel desses exércitos na sustentação dos regimes absolutistas europeus. Na situação americana, diziam os liberais, exércitos fortes levariam ao surgimento de pequenos Bonapartes, como já acontecia em outros países, com a Argentina (Rosas) e o México (Santa Anna). O segundo era de que um grande exército proporcionalmente semelhante ao francês, o Brasil deveria ter em armas 40.000 homens, em vez de 4.000 que efetivamente tinha. Em terceiro lugar. Em função ‘dos elementos mesmo de que é composta’, a tropa tendia a ser antes fator de anarquia do que de ordem, pois, tendia a unir-se à população. Na prática, após a Abdicação, o último argumento era o que mais pesava e foi ele que justificou a quase extinção da tropa de linha. (CARVALHO, 1996, p. 173).

As antigas aspirações centralizadoras do Imperador foram postas em questão, com os parlamentares apontando a necessidade de reformas

³⁴ Os exércitos haviam participado de movimentos revoltosos liderados pelos liberais e restauradores. Apesar da utilização de militares como membros do governo, os eventos nos quais o Exército envolveu-se, principalmente na Abdicação de Pedro I geraram desconfianças no governo, organizando-se, portanto, na redução e transferência de militares para conter a tendência anarquista que se encontrava no interior das organizações militares (MONTEIRO, 1990).

constitucionais principalmente no poder judiciário. Havia, assim, intentos declaradamente descentralizadores, que ampliariam consideravelmente o poder dos grupos e das famílias locais. Essa tendência, apoiada pelos liberais e rechaçada pelos conservadores, pretendeu dilatar a liberdade política e o controle econômico e social das províncias, tendo como fundamento as ideias liberais (BASILE, 2009). Assim, juntamente com a Guarda Nacional encontram-se os juízes de paz que, ao se elegerem, eram utilizados na representação dos interesses das elites provinciais. Como salienta Monteiro, o trabalho do juiz de paz tornara-se basicamente repressor, “[...] com os quais os senhores intimidaram e neutralizavam seus adversários” (MONTEIRO, 1990, p. 34).

Ao analisar o esquema institucional defendido pelos abrilistas – grupo de indivíduos defensores da monarquia constitucional, instituído após a abdicação de Pedro I (moderados) – Challandes compreendeu que as medidas descentralizadoras promovidas por esse grupo eram fundamentadas no esquema microcosmo-macrocosmo. Ou seja, as províncias e os municípios estariam alinhados às diretrizes nacionais, uma vez que eram partes constituintes da nação, todavia dispunham de autonomia para legislar a favor de suas particularidades: “Assim, as posturas municipais deveriam estar de acordo com as decisões legislativas provinciais e com a constituição, enquanto as leis provinciais emitidas pelas assembleias deveriam permanecer compatíveis com a própria constituição” (CHALLANDES, 2003, p. 74).

Para os adeptos das políticas descentralizadoras os representantes – presidente e prefeitos – “[...] seriam vistos como os emissários, diante da autoridade superior, das queixas comunicadas e dos problemas observados na esfera de atuação” (CHALLANDES, 2003, p. 74). Essa concepção também é presente nos escritos de Lopes Gama, entretanto, sem tamanha fé no auxílio da corte às províncias. No artigo intitulado *Os alvitristas (O Carapuceiro*, nº 3 set. 1832), Lopes Gama defendeu uma política autônoma do poder monárquico, sem que isso significasse um projeto republicano.

Ao contrário, em seu discurso ofertou ao Imperador os devidos préstimos e fidelidade. A harmonia entre monarquia e federação tornou-se clara, pois sendo a Corte inábil para manter econômica e politicamente as necessidades e particularidades provinciais, deixaria que elas próprias direcionassem as políticas locais:

Nós vemos por todo o Brasil, levantarem-se Sociedades Federais, conhecemos a necessidade que tem as províncias de subtrair-se em muitas coisas a pesada tutoria da Corte. Sabemos que na Câmara dos Deputados já foi reconhecida a necessidade de reformar, no sentido federativo. Entretanto, há alvitristas que propugnam pelo regime unitário, que sustentam que o Brasil não quer Federação, e que nossa vontade está em sermos em tudo, e por todo, dependente do Rio de Janeiro. Tomara que me convencessem de tais vantagens, porque a falar com franqueza, eu observo que as províncias devem contar com seus próprios recursos. Aquela Corte mal tem para as suas precisões, como acudirá as nossas? As nossas queixas e reclamações ou chegam lá muito tarde, ou raras vezes são atendidas. (*O Carapuceiro*, nº 24, 3 set. 1832).

Por outro lado, essas medidas descentralizadoras foram diversas vezes criticadas por Lopes Gama. Ao acreditar no predomínio dos interesses particulares sobre o bem comum, ele demonstrou temor na participação de homens despreparados e destituídos de posses nos órgãos do governo que, por não possuírem bens e negócios que necessitassem da manutenção da ordem e da unidade nacional, não temiam os prejuízos de suas ações e poderiam tomar medidas prejudiciais ao desenvolvimento político e econômico do Brasil.

As ideias reformistas atemorizavam aqueles indivíduos envolvidos principalmente com os princípios monárquicos. Para conter o avanço das ideias e posições liberalizantes os restauradores mantiveram-se alinhados aos posicionamentos inibidores do projeto liberal, dificultando aprovações das medidas contrárias às suas concepções. Dessa forma, caracterizar Lopes Gama como restaurador ou como um absolutista ortodoxo, exige alguns cuidados, uma vez que seu pensamento transita entre as ideias conservadoras e moderadas³⁵.

As tentativas liberais para a modificação da constituição encontravam-se presentes desde o projeto Miranda Ribeiro³⁶. Recusado pela maioria do

³⁵ Ao analisar a composição partidária das primeiras legislaturas da Câmara, Basile identificou somente 89 dos 123 deputados, conclui que 47 eram moderados, 35 caramurus e 7 exaltados. Ao fazer referência à Lopes Gama caracteriza-o como caramuru (restauradores) (BASILE, 2009, p. 63).

³⁶ O projeto de caráter exaltado teve por objetivo combater os resquícios absolutistas e implementar as propostas liberais. Nele constava: "A transformação do Senado vitalício em temporário, a extinção do Conselho de Estado e do Poder Moderador; fazia-se uma concessão aos federalistas, com a transformação dos Conselhos Provinciais em

Senado, Bernardo de Vasconcelos apresentou um novo projeto de reforma constitucional³⁷ que, aprovado, entrou em vigor no dia 12 de agosto de 1834³⁸. A composição do Ato Adicional buscou moderar os ímpetos das facções políticas, elaborando uma emenda que conciliasse seus interesses³⁹ e permitisse “[...] liberdades às províncias, mas sem colocar em risco a ordem pública e a integridade nacional” (BASILE, 2009, p. 81).

Para complementar as propostas descentralizadoras já iniciadas nos primeiros anos da regência, ambiciosas do enfraquecimento do poder central, o Ato instituiu a monarquia federalista⁴⁰, promulgando a regência única, a supressão do Conselho de Estado, e a criação das Assembleias Provinciais (MERCADANTE, 1980).

Essa descentralização não foi vista com bons olhos pelos caramurus. Para eles, as medidas descentralizadoras, ou o bairrismo - como define Lopes Gama-, geradas pelo Ato adicional de 1834, poderiam promover a divisão do Brasil e a queda da monarquia constitucional. Cinco anos após a efetivação

Assembleias Provinciais Legislativas” (MONTEIRO, 1990, p. 30).

³⁷ Bernardo Pereira de Vasconcelos, mineiro de Vila Rica nasceu em 1795 e faleceu em 1850, vítima de febre amarela. Participou ativamente da construção cursos jurídicos em Olinda e São Paulo. Como representante da nação, atuou como deputado, senador e ministro do Império. Além disso, escreveu em 1825 o jornal *O Universal*, concebendo a imprensa como veículo, sobretudo, educativo (MURASSE, 2006).

³⁸ Sodré apresentou uma interessante informação sobre o parecer de Vasconcelos a respeito de seu projeto. “Conta-se, que entregando aos seus companheiros a redação final, o autor do anteprojeto afirmara: ‘Entrego-lhes o código da anarquia’ O fato é contestado, mas, cinco anos depois, em discurso no Senado, ele afirmara: ‘Entendi que o Ato Adicional devia ser aprovado tal qual o redigi e apresentei (...). Não consegui o meu desejo; fizeram-lhe consideráveis emendas que o podem tornar, como eu receava, a carta da anarquia” (SODRÉ, 1969, p. 211).

³⁹ A política conciliadora dos moderados permitiu que os interesses dos grupos de oposição pudessem ser contentados, na medida em que a manutenção da ordem nacional estivesse garantida. Para evitar a perda da primazia do direcionamento da sociedade aos exaltados ou para os caramurus, os moderados incorporaram um espírito reformados que anos depois evidenciaram as propostas reais dessa facção. Como afirma Carvalho “O acordo básico permitiu o processamento não-traumático dos conflitos constitucionais relativos à organização do poder, e também dos conflitos substantivos oriundos do choque de interesses materiais” (CARVALHO, 1996, p. 38).

⁴⁰ Mercadante e Basile diferem quanto à instituição da Monarquista federalista (MERCADANTE, 1980; BASILE, 2009). Basile explica que o ato adicional de 1834 não estabelecia a monarquia propriamente federalista, pois “[...] continuavam os presidentes a serem escolhidos pelo poder central e as províncias impedidas de ter Constituições próprias”. No entanto, continua Basile, “[...] o ato adicional descentralizou a administração e conferiu mais autonomia as províncias, com a criação as assembleias provinciais e a divisão das rendas públicas” (BASILE, 2009, p. 81).

desse ato, Lopes Gama revelou os impasses construídos por tais medidas e, ao mesmo tempo, fez um apelo por sua reforma:

Daqui o infernal bairrismo desunindo a grande família brasileira, dali as Assembleias provinciais do modo porque as organizou o Ato Adicional, e pela confusão dos poderes de que as revestiu. Caminhando a passos largos para a dissolução, de acolá a importação da escravaria africana, de outra parte o fim o espírito republicano, e a enorme dívida pública, tudo, tudo me assusta, e me leva a desconfiar muito do futuro que nos aguarda. (*O Carapuceiro*, nº 20, 30 mai. 1839).

Embora nos primeiros anos da publicação d'*O Carapuceiro* Lopes Gama defendesse o regime federativo, após a consolidação do Ato Adicional em 1834 esta discussão ficou ausente no jornal. Feldman, ao discutir o desaparecimento de uma das questões mais discutidas durante os primeiros anos de publicação, supôs ser causada pelo receio de que as revoltas regências separatistas ocasionavam na unidade e integridade da Nação (FELDMAN, 2008).

Adepto da autonomia tributária e administrativa Lopes Gama esteve longe de defender uma descentralização total dos poderes. A ideia de soberania popular não era bem vista por ele, devendo ocupar os altos cargos do governo indivíduos instruídos e moralmente aptos, em outras palavras, a elite. Para ele o povo, incapaz de estar à frente do país, fora utilizado como instrumento de ascensão ao poder pelas classes dominantes. Convocado a participar das revoltas em defesa da liberdade, no momento seguinte foi rechaçado da participação nas ações políticas. Lopes Gama afirmava que os discursos de representação popular nada mais eram que “[...] a expressão do partido dominante” (*O Carapuceiro*, nº 55, 5 out. 1837):

Além disso, façam os espertalhões os elogios, e zombadas que quiseram ao povo [...] o certo é que o povo só é soberano de fato no ato das revoluções, fora disso sempre menino; pelo que em vez de darmos ao srs. deputados e senadores o nome de representantes, o que não passa de mera ficção, mais acertado, mais próprio e mais justo me parece que sejam chamados de Tutores, e curadores do povo que lhe é sempre pupilo. [...] O tutor faz sempre pelo o que entende, sem se importar com a vontade do pupilo. E não é isso que fazem os nossos chamados representantes? (*O Carapuceiro*, nº 55, 5 out. 1837)

No ano de 1834 os ímpetos liberais encontravam-se em oposição aos interesses recolonizadores e absolutistas dos caramurus que, pregando a volta do duque de Bragança, atemorizavam os brasileiros com rebeliões e propostas que visavam à centralização do poder nas esferas mais altas. Os ideais federalistas promovidos pelo grupo exaltado puderam ser sentidos nas reformas descentralizadoras, promovidas pelo ato adicional, e conforme Lopes Gama encontram-se na constituição “[...] as sementes desse regime, isto é, em os conselhos Provinciais está o germe da Federação” (*O Carapuceiro*, nº 28, 9 ago.1834).

Em 1835, a ação dos moderados na eleição de Diogo Feijó para regente, tornou-se necessária “[...] sob pena de dissolverem os laços ainda frágeis da unidade nacional [...]” (SODRÉ, 1969, p.218). Contudo, sua entrada causou uma divisão na própria organização do partido, possibilitando a aliança com a oposição (ex-exaltados e caramurus)⁴¹. Essa união oposicionista deu início à chamada obra do Regresso que posteriormente articulou-se ao Partido Conservador, ou Partido da Ordem⁴².

O projeto regressista encontrava-se em expansão. Mercadante ressaltou que as propostas durante a regência de Feijó desagradaram, principalmente, a “maior força econômica” do país que, temendo que os discursos antiescravistas de Feijó pudessem comprometer o desempenho produtivo, iniciaram um trabalho de centralização política e manutenção das forças escravistas (MERCADANTE, 1980). Foram constantes as disputas políticas do Regente nas Assembleias Legislativas com os deputados e senadores que se aliaram ao programa regressista, os quais afirmavam que somente medidas mais enérgicas e centralizadoras poderiam defender a unidade da nação. Os

⁴¹ Importante observar que os defensores das ideias liberais divulgadas desde a abdicação de Pedro I, promoveram projetos e alianças políticas que tiveram como base a reestruturação da autoridade central buscando submeter as Províncias ao projeto adotado pelo grupo regressista. Paim atribui essa transição ideológica ao desgaste dos confrontos gerados desde o início da Revolução do Porto em 1820, que exigiu dedicação exclusiva à política dos grandes líderes liberais e restauradores. Apoiando-se em Octavio Tarquínio de Souza, Paim afirmou que houve “uma certa saturação do monopólio e do fascínio da política” (PAIM, 1998, p. 66).

⁴² Os regressistas, conforme Wernet “Cuidaram de uma reforma das leis, no sentido de reforçar a autoridade e preservar a unidade Nacional e o regime de produção latifundiário-escravista para ‘deter o carro da Revolução’ [...] e terminar com os excessos de descentralização dos primeiros anos do Período Regencial” (WERNET, 1982, p.68).

pronunciamentos de Feijó, afirmando-se inimigo do trabalho escravo e seu incessante empenho junto à Inglaterra no encerramento do tráfico negreiro desgastaram seu governo, culminando com sua renúncia em 18 de setembro de 1837.⁴³

Ao sair em defesa da unidade nacional o Regresso tomou medidas reformistas que almejavam controlar os graves conflitos populares e retroceder os intuitos absolutistas e federalistas. A sucessão de Feijó pelo pernambucano Araújo Lima iniciou o ministério das “capacidades”, composto por Bernardo de Vasconcelos, Miguel Calmon, Maciel Monteiro, Rodrigues Torres e Sebastião do Rego Barros (MERCADANTE, 1980)⁴⁴. A integridade nacional era a pauta defendida e, para garanti-la diversas medidas foram tomadas: Lei de interpretação do Ato Adicional (12 de maio de 1840), Lei de restauração do Conselho de Estado (23 de novembro de 1841), lei que reformou o Código de Processo Criminal (3 de dezembro de 1841), lei 602 que reformou a Guarda Nacional (19 de outubro de 1850).

Embora se posicionado contra as “facções políticas que se denominam e se estadeiam de Regressistas”, por acreditar que suas pretensões eram retorno à monarquia absolutista ou ao colonialismo, Lopes Gama esteve de acordo com as medidas reformistas propostas por esse partido, principalmente naquelas que tangem o código de processo penal. Dizia ele que a reforma das leis penais eram necessária, pois “[...] só tem servido para apadrinhas os abusos e dar larga ao crime” (*O Carapuceiro*, nº 43, 14 jul. 1838).

As reformas, assim, pareciam-lhe consensuais. Tornava-se forçoso reorganizar a administração brasileira, reformulando poderes e desprezando as ideias republicanas que persistiam em permanecer nos debates políticos:

⁴³No final da década de 1830 era observado o crescimento do domínio econômico pelas elites agrárias do sul brasileiro, com a expansão do plantio café. A perda de poder dos liberais exaltados, desde as conciliações políticas, permitiu que os conservadores se fortalecessem gestando no interior desse grupo, novos personagens políticos. Desde a expansão da produção cafeeira, os interesses materiais desses grupos passaram a sobrepujar os de outros setores sociais. A fim de manter as forças produtivas, a aliança dos latifundiários com a elite política nacional promoveu a renúncia ao ideal liberal (SODRÉ, 1969).

⁴⁴Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) atuou no ministério do Império e da Justiça; Antônio Peregrino Maciel Monteiro, o barão Itamaracá (1804-1868) atuou como ministro de Negócios Estrangeiros; Sebastião do Rego Barros (1803-1868) foi ministro da Guerra e da Marinha; Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí (1802-1872) atuou como ministro da Guerra e da Marinha ao lado de Rego Barros; Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes (1796-1865) foi ministro da Fazenda (MONTEIRO, 1990).

Concluirei afirmando que a Monarquia Constitucional Representativa será o meu norte, como sempre foi. Reformem-se sim pelos tramites legais e instituições que a experiência nos tem mostrado defeituosas ou incompatíveis com as nossas circunstancias. Vamos pouco a pouco remendar os nossos males e sejam [...] ⁴⁵ boas de salvação a Religião Católica, a Constituição e o Imperador. Nada mais, nada menos. (*O Carapuceiro*, n.º 40, 20 jun. 1838).

Fazendo oposição ao Regresso encontravam-se reunidos em torno do Partido Liberal os antigos moderados, exaltados e alguns caramurus. Os membros desse grupo “defendiam a fidelidade aos ideais (moderados) do movimento de sete de abril, a autonomia provincial, a prevalência do Legislativo sobre o Executivo e a ausência ou restrição do poder moderador” (BASILE, 2009, p. 93). As sucessivas crises enfrentadas por Araújo Lima e as agitações que se seguiram – Cabanagem (1835-1840), Farroupilha (1835-1845), Balaiada (1838-1840) e Sabinada (1837-1838) – enfraqueceram seu aparato político, retirando-lhe a autoridade necessária ao gerenciamento e manutenção da ordem.

Portanto, o revezamento do poder realizado pelos grupos não foi suficiente para combater as revoltas que se estenderam por todo período e o início do segundo reinado. O Partido Liberal, aproveitando-se da instabilidade política vivenciada pelos regressistas no final da década de 1830, articulou um golpe de estado que teve por anseio conter os avanços das políticas conservadoras. Mesmo tendo minoria no congresso e no senado, a assunção de Pedro II ao governo nacional sobrepôs-se às divergências. O desejo dos liberais de tomar o poder fez com que ocorresse uma mobilização social: “Em poucas palavras: para afastar o Regente, utilizava-se o menino-Imperador” (DELGADO, 1980, p. 121).

Embora o Partido Liberal tivesse saído vitorioso nas eleições e na instituição da maioria em 1840, a obra regressista continuou no controle político brasileiro, recuperando medidas conservadoras anteriores ao golpe. As revoltas lideradas pelos liberais contra o retorno conservador no poder o

⁴⁵ Palavra Ilegível

levaram à clandestinidade e somente após o choque entre conservadores e Pedro II, retornaram ao governo, permanecendo até 1848 (MALERBA, 1999).

Os anos seguintes à maioria foram marcados pela busca do controle político pelos proprietários rurais, com medidas que evitassem alterações políticas e favorecessem a expansão comercial, sobretudo a cafeeira. Ambos partidos buscaram alinhar as políticas imperiais aos interesses e tendências políticas da classe dominante de cada província.

3.3. Religião e moral no pensamento de Lopes Gama

Lopes Gama, n' *O Carapuceiro* apontava as mudanças em processo na sociedade oitocentista e buscava manter vivos os antigos códigos de moralidade em destruição perante as transformações sociais do período. Embora defendesse o progresso material como um meio de inserir o Brasil entre as nações civilizadas, a relutância em aceitar as alterações comportamentais esteve associada, segundo ele, ao estágio moral em que se encontravam os brasileiros. Ou seja, os avanços nas relações objetivas deveriam ser acolhidos na medida em que auxiliassem no crescimento moral da sociedade. Na sua visão, essa possibilidade era inerente ao processo de modernização das relações políticas e na educação cristã dos homens.

Assim, ao conquistar para os indivíduos uma educação moral, a sociedade brasileira entraria efetivamente na rota do progresso. A educação moral – entendendo-a como códigos comportamentais apoiados na religião – auxiliaria no discernimento do justo e correto. As incertezas provocadas pelas transformações sociais levaram-no a buscar os conteúdos da boa educação aliando-a aos preceitos religiosos, entendidos como imutáveis e verdadeiros, de forma que o progresso vislumbrado desde o Século das Luzes poderia ser conquistado se houvesse a permanência de valores morais que anteriormente nortearam a sociedade. Seu pensamento exprimiu as mudanças na estrutura social e econômica da época, entretanto, não pôde compreender que toda

forma social “[...] desenvolve seu pleno potencial e em seguida se transforma em um obstáculo a um novo progresso” (ASH, 1965, p. 91).

Lopes Gama definiu os princípios construtores da educação dos jovens, amparado na observação das condutas cotidianas de seus contemporâneos. Ao fazê-lo, chegou à conclusão de que eram obstáculos para a construção de um modelo de indivíduo capaz de alcançar não somente a inserção no novo regime político, mas também na melhoria do governo.

Para Lopes Gama, a ordem e o controle das práticas cotidianas por meio da utilização dos preceitos morais do cristianismo eram vistos como fundamentais ao desenvolvimento material. A tarefa de preparar os jovens para uma vida futura e regada pelos bons costumes, seria efetuada pela educação que, enquanto processo civilizador, engendraria comportamentos sociais individual e coletivamente aceitáveis.

O pensamento de Lopes Gama, sedimentado nos preceitos religiosos da doutrina católica e ao mesmo tempo no ideário iluminista, não divergiu das ideias de progresso e civilização inerentes ao pensamento moderno que reorganizaram as concepções de homem e de natureza e anularam o caráter meramente contemplativo do homem e seu saber. Ao tornar-se protagonista da história com acúmulo e desenvolvimento do saber, o homem moderno buscou dominar e subordinar a natureza às aspirações e necessidades humanas, confrontando as ideias teológicas ao retirar de Deus o domínio das leis universais da natureza (ROSSI, 2000).

Com isso os pilares da sociedade europeia medieval foram contestados pela ordem burguesa. Seus valores e códigos morais foram rebatidos, substituindo-os pela valorização dos indivíduos e de suas potencialidades racionais que, alheias às opressões religiosas estabeleceriam códigos morais articulados pelo próprio homem, livre das concessões divinas ou das autoridades religiosas terrenas.

As relações humanas soerguidas pela forma burguesa e as relações mantidas com a natureza confrontaram-se com as interpretações do pensamento católico. A ameaça de uma “nova verdade”, pautada no indivíduo e na capacidade de autogovernar-se, promoveu uma reação antiliberal e

antiburguesa que, no Brasil, puderam ser concretizadas nas reações do clero no final do século XIX, principalmente na Questão Religiosa⁴⁶.

A proteção e o caráter religioso fornecido pela Santa Fé às empreitadas colonizadoras e exploratórias lusitanas foram determinantes no fortalecimento do império português, uma vez que reconhecia o direito político e econômico de Portugal sobre as regiões recém-descobertas. No século XVI, quando a monarquia lusitana já se encontrava fortalecida, o papa Leão X, no intuito fortalecer as missões religiosas, não somente concedeu os bens eclesiásticos ao monarca D. Manoel, como incorporou à Ordem de Cristo a jurisdição das Igrejas estabelecidas além-mar. Diante disso, foi concedido, por meio do compromisso entre a Santa Fé e a Coroa, o direito de padroado, tornando o rei, ao mesmo tempo, uma figura política e religiosa (AZZI, 1987). O Padroado:

É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006).

Durante o período colonial o pensamento católico português constituiu-se determinante no projeto colonizador, e, por meio da evangelização, impunha aos nativos e colonos os padrões culturais da metrópole. O fundamento do Estado Cristão, ou Crisandade, articulou tanto os interesses da Igreja, quanto da monarquia. Assim, pelo discurso da expansão da fé, a ordem política e social, fato necessário à expansão econômica e do domínio português no Brasil, pode ser resguardada, uma vez que,

⁴⁶ A Questão Religiosa caracterizou-se como uma tensão entre Igreja e Monarquia causada pelo veto dos membros das lojas maçônicas à ordem religiosa, promovendo a reestruturação da Igreja e uma reação contraditória contra a Monarquia, pois “[...] Acirrou as críticas a este último, tornando clara, na consciência dos liberais, por exemplo, a fraqueza das autoridades monárquicas para mandar a ordem no interior do país. Em seguida, ela teve de compartilhar com o regime pelo qual lutava a imagem de poder a ser derrubado” (ROMANO, 1979, p. 84).

Se o projeto de expansão colonial era especificamente econômico, a religião era utilizada para dar a esse projeto legitimação de cunho sacral. O empreendimento econômico se transformava assim numa missão de caráter tipicamente religioso. [...] Era o próprio chefe da Igreja que oficializava a ampliação comercial lusa como uma conquista espiritual. (AZZI, 1987, p. 33).

O pensamento católico durante três séculos esteve articulado na organização política, cultural e social da colônia portuguesa, tendo a Companhia de Jesus como maior agente de difusão cultural. O monarca, como chefe da Igreja teve por competência administrar a estrutura interna, tanto nas questões financeiras e jurídicas quanto nas questões do campo religioso com indicação direta de padres e bispos aos cargos eclesiásticos. “Assim, a Igreja Católica no Brasil tornou-se algo de realmente estranho no mundo católico. Era quase uma Igreja estatal” (LARA, 1988, p. 27).

Essa relação implicou em benefícios e prejuízos tanto ao Estado quanto à Igreja. Como religião oficial do Estado, a Igreja detinha o monopólio da educação, com a primazia na formação espiritual dos colonos, além de ter mantida sua estrutura física e seus ordenados, uma vez que os religiosos se constituíam como parte do funcionalismo do reino. Por outro lado, o Estado retirava dessa aliança o controle social necessário à manutenção da estrutura monárquica, e, ao mesmo tempo, “[...] o monarca detinha os privilégios de arrecadar e aplicar as receitas obtidas com o principal imposto direto da época, o dizimo, em princípio destinado à Igreja” (NEVES, 2009, p.383).

No entanto, tal situação acarretou à Igreja perda do poder religioso no Brasil com a diminuição de sua influência espiritual sobre a população, por meio de medidas governamentais que cerceavam sua atuação. O Estado, buscando delimitar o controle da Igreja, retirou-lhe os serviços públicos anteriormente ligados à sua estrutura, como a educação, saúde, obras assistenciais entre outras. Apesar disso, “[...] a Igreja conservava sua identidade e o sistema de dupla lealdade era fonte potencial e permanente de conflito” (ROMANO, 1979, p. 82).

A articulação entre a Igreja e o Estado contribuiu para justificar o domínio colonial lusitano, aliado ao discurso expansionista da fé católica e do reino de Deus. No século XVIII a crise da cristandade tornou-se mais evidente,

abalando significativamente o fundamento teológico que sustentava a ordem social, bem como as medidas mercantilistas que abasteciam a metrópole (AZZI, 1987).

As redefinições no plano político e econômico mundial, com a modernização das técnicas de produção requeriam que Brasil e Portugal se adequassem às novas condições sociais impostas pela ordem burguesa. As “luzes” trazidas pelas reformas do Marquês de Pombal no final do século XVIII procurou inserir Portugal no processo modernizador burguês. No Brasil, o ideal progressista e liberal articulado, promoveu questionamentos sobre as bases constitutivas da organização colonial, dentre elas, a estrutura acumulativa e escravagista do sistema mercantil.

Naquele quadro, a busca pela centralização da educação pela coroa, com a expulsão dos padres jesuítas das escolas e das universidades, foi o resultado de um movimento gradual de laicização da cultura e da secularização do Estado, desvinculando-se dos vínculos papais estabelecidos desde a formação portuguesa no século XII. Emancipar a educação de Portugal e de suas colônias significou muito mais do que um conflito entre Estado e Igreja, representou a tentativa de superar um método educativo compreendido como livresco e autoritário, e de pouca utilidade, causador do atraso em que se encontravam o reino português e suas colônias (ASSIS, 2004).

A perda da força religiosa foi observada por Lopes Gama e descrita nas páginas d'O *Carapuceiro*. A ofensiva liberal, com a ideia de liberdade e democracia incitou muitos eclesiásticos - inclusive Lopes Gama - a defenderem uma aliança entre religião e liberalismo. Por meio dessa união houve a grande participação de padres e frades nas rebeliões e sedições que transcorreram no Brasil no século XIX.

Para Lara, a expansão do liberalismo político e econômico não entrou em choque com o catolicismo da primeira década do século XIX. O ecletismo realizado na busca de conciliar as ideias políticas, econômicas e liberais, evidenciou “[...] um não questionamento em nível mais profundo” (LARA, 1988, p. 23).

Essa compreensão permite analisar o cenário histórico do período imperial por meio de outros aspectos. O liberalismo europeu, marcadamente composto por uma classe burguesa, chegou ao Brasil com uma roupagem

própria alinhada às particularidades brasileiras, logo articuladas ao discurso religioso. Embora tenham ocorrido conciliações, o ideário político e econômico liberal não deixou de promover transformações estruturais na sociedade brasileira.

A valorização da capacidade racional pelo ideário iluminista enfraqueceu o domínio estabelecido pelas ideias tradicionais religiosas, o que contribuiu para o desprestígio da religião e das ordens religiosas, sobretudo dos jesuítas em meados do século XVIII. Esse enfraquecimento pode ser observado tanto na retirada dos inacianos de Portugal, quanto nas restrições impostas à formação de noviços nas ordens religiosas. Para contribuir com esta situação, alguns seminários que entraram em contato com escritos iluministas⁴⁷, formaram um grupo que se distinguiria na atuação religiosa e se envolveria em diversos movimentos políticos (NEVES, 2009):

Como consequência, o clero ao final do século XVIII era em todo o Brasil reconhecidamente malformado e de costumes pouco acordes com a disciplina eclesiástica. Excetuava-se apenas uma minoria do chamado alto clero, formado em Coimbra como os magistrados. [...] Quer isso dizer que boa parte do clero era formada de elementos locais, com educação precária, embora sem dúvida acima da média. (CARVALHO, 1996, p. 166).

Ao observar comportamentos de desrespeito com a religião, bem como a má formação dos padres e frades nos cânones católicos⁴⁸, Lopes Gama teceu críticas que evidenciaram sua insatisfação e, além disso, trouxeram à tona as transformações ocorridas na estrutura da sociedade brasileira. Para Lopes Gama o “relaxamento do século” pode ser explicado tanto pelas entradas das ideias materialistas dos filósofos iluministas, como pela imoralidade que o clero difundia:

⁴⁷ Pode-se observar a intensa participação do Seminário de Olinda na disseminação do ideário liberal, bem como a grande participação de seus membros nas rebeliões de 1817 e 1824. O Seminário de Olinda fundado por Azeredo Coutinho é considerado como reduto da intelectualidade liberal do século XIX, cujo programa educativo tinha como princípio a união dos conhecimentos profanos e das teorias teológicas (DELGADO, 1980).

⁴⁸ A Ignorância da população em geral era compreendida por Lopes Gama. Tanto a manifestação de imoralidade quanto a falta de conhecimento terrenos poderia ser toleradas, mas aos eclesiásticos, tais práticas eram repugnantes. O envolvimento de padres e frades na facção absolutista parecia-lhe um despropósito, contrários a qualquer desejo de melhoramento da nação (*O Carapuceiro*, nº 16, 11 ago. 1832).

Em verdade é para lastimar que entre os mesmo ministros da religião, entre aqueles que deverão ser os primeiros exemplos da modéstia e dos bons costumes, apareçam gamenhos que tanto injuriam o seu sagrado Mistério, quanto se desacreditam e menosprezam a si próprios. (*O Carapuceiro*, nº 16, 11 ago. 1832).

Os seculares que convivem, suciam, e vão de acordo com o frade ou padre gamenho, que o convidam para broégas e londuzadas, são os mesmo que, na ausência mais os censuram, e assentam-lhe o arco da rabeca com mais conhecimento de causa. *Por mais filosófico que se diga o mundo*, ele não quer ver um frade ou padre tocando e cantando em todas de senhoritas. [...] Feliz ainda são aqueles eclesiásticos que chegam a cair em si e se emendam com tempo desses devaneios. (*O Carapuceiro*, nº 16, 11 ago. 1832, grifo nosso).

A má formação do clero nos princípios religiosos e nos conhecimentos de ordem humana eram para Lopes Gama uns dos motivos da imoralidade do povo. Exemplo dos bons costumes e verdadeiros representantes de Deus, os padres e frades deveriam observar em suas condutas privadas e nos seus posicionamentos políticos os princípios da religião. Em outras palavras, o eclesiástico deveria atentar para um posicionamento moral inatacável, tanto público quanto privado. Instigar o povo contra a ordem, sendo partidários dos movimentos liberais radicais ou restaurados, iria contra os princípios religiosos de igualdade e liberdade, e principalmente, contra o princípio do melhoramento da pátria. A religião católica, única doutrina capaz de promover os bons costumes e consequentemente, o progresso brasileiro, deveria ser respeitada pelos religiosos.

As perdas da Igreja Católica, haja vista a supressão das ordens e a retirada de bens pelo Estado conduziram os novos membros às formações precárias, com instruções em desacordo com os cânones católicos. Neves confirma o quadro apontado por Lopes Gama quanto ao comportamento do clero no início do império:

[...] o bom padre dessa época, se não deixava faltar os sacramentos que pavimentavam a estrada dos fieis para o céu, dificilmente portava batina, participava com gosto das festas populares, dedicava-se a negócios e empenhos que buscavam elevar sua condição econômica e social e, com

muita frequência, matinha mulher e filhos, por todos reconhecidos e aceitos, enquanto conservasse as boas relações com a comunidade. (NEVES, 2009, p. 385).

Incomodava a Lopes Gama esse quadro clerical. Afirmava: “Da devassidão, e desleixo em que vivem muitos eclesiásticos é que nasce em grande parte o menor preço que hoje se faz de um estado, aliás, tão respeitável” (*O Carapuceiro*, nº 16, 11/ago.1832). No entanto, ainda que as transformações que ocorriam no Brasil estivessem presentes na exposição n’*O Carapuceiro*, seu entendimento limitou-se às questões puramente individuais. Em outras palavras, Lopes Gama entendia as mudanças da época, que o “Século das Luzes” havia chegado, mas a responsabilidade pela decadência da Igreja era própria dos indivíduos que a compunha. Era a falta de moralidade e compromisso do clero nas questões religiosas e na vida privada que conduzia a descrença na religião e o desprestígio do divino:

E por onde há de começar a reforma? Pelas pedras? Pelos bosques? Pelos brutos? Pelas coisas insensíveis? Não certamente. Deve-se começar pelos homens. Larguemos todos nós os nossos maus hábitos, abramos mãos dos nossos caprichos, reformemos enfim os nossos costumes que tudo irá bem. (*O Carapuceiro*, nº 21, 7 set. 1832).

Embora os embates entre o Estado e a Igreja estivessem em evidência, a religião ainda mantinha seu grau elevado de importância: constituía-se como fundamento moral da sociedade (NEVES, 2009). A liberdade religiosa, intensamente debatida nas Assembleias Legislativas Provinciais imperava como fundamental ao desenvolvimento e enriquecimento da nação. A necessidade de povoamento era evidente, e o impedimento posto aos protestantes de estabelecerem vínculos familiares com os católicos e professarem suas crenças no país, comprometia sua transferência e permanência no Brasil.

Em contrapartida, a liberdade religiosa era vista por muitos políticos como desnecessária e capaz de promover uma instabilidade social que, no fim, afetaria toda a unidade conquistada. Seguindo essa perspectiva, a religião católica era a personalidade do povo brasileiro, e retirar essas bases parecia radical e impensável. O Estado, portanto, desejava que a Igreja permanecesse

subordinada e, concomitantemente, continuasse o seu domínio essencialmente espiritual. Era a procura por uma harmonia (NEVES, 2009).

Essa harmonia, jamais conquistada, manteve-se à sombra dos conflitos por décadas, desembocando na ruptura drástica no final do século XIX. Durante esses anos, a Igreja Católica permaneceu no controle educacional-religioso da população apesar das investidas imperiais.

O início desse movimento fora percebido com propriedade por Lopes Gama já na década de 1830. O projeto de recristianização iniciado no final do império com a retomada de princípios ortodoxos nada mais significou que o avanço de um processo que se fazia presente desde o início da colonização (ROMANO, 1979). Ao considerar essa afirmação, as constantes investidas de Lopes Gama passaram a ganhar sentido.

Ao mesmo tempo em que Lopes Gama se apresentava como favorável ao controle da Igreja no âmbito público e privado, seu discurso liberal identificava-o como representante do pensamento burguês. O liberalismo era visto por Lopes Gama como um corpo de doutrina que buscava defender as liberdades, em especial, a liberdade civil, ao esclarecer os elementos que justificavam a dominação de uma classe sobre a outra. Tal concepção passava, necessariamente, pela esfera da Religião. Dizia ele que Jesus Cristo tinha sido o primeiro liberal, uma vez que defendia a igualdade e a liberdade dos homens e lutava contra as desigualdades com seu principal princípio: a caridade (*O Carapuceiro*, nº 10, 5 abr. 1834). Esta concepção era justificativa da unidade entre religião e liberalismo:

Se sou liberal é porque estou convencido que Jesus Cristo foi o primeiro liberal que veio ao mundo, foi quem veio nos ensinar a doutrina da verdadeira e bem entendida igualdade, foi quem restituiu o homem a sua original dignidade, foi em uma palavra, quem trouxe a liberdade aos homens. [...] de maneira que se me perguntarem quem é o verdadeiro liberal não hesitarei um minuto em responder que é o verdadeiro cristão. Bom cristão e homem livre são sinônimos. [...] (*O Carapuceiro*, nº 10, 5 abr. 1834).

Os liberais que defendiam a queda da Igreja e a supremacia do homem eram compreendidos por Lopes Gama como falsos liberais, comprometedores da dignidade da causa:

Eu que me apregoo extremado-liberal, por exemplo, alardeio de menosprezar a Divina Religião de meus pais. Faço garbo de nunca ouvir a missa, chamo publicamente a Confissão Sacramental de artimanhas eclesiásticas, solto [...] ⁴⁹. a respeito das devoções populares, insinuo o materialismo [...] O povo observa as minhas ações e ouve os meus imprudentes e desarrazoados discursos [...]. (*O Carapuceiro*, nº 64, 24 ago. 1833).

A visão moderada de Lopes Gama sobre a política e práticas cotidianas, criticados pelos excessos de todos os matizes, é compreendida quando se analisa uma corrente de pensamento desenvolvida pelos liberais moderados no período regencial, anteriormente à vitória do Regresso na política brasileira. O sistema regencial por eles implantado encontrava-se em derrocada e, por isso, submetido a severas críticas por restauradores e liberais.

O período regencial esteve no centro de diversas rebeliões, que expressavam o descontentamento da população e das elites provinciais. O temor da desintegração territorial tornava-se cada dia mais presente e medidas restritivas foram executadas. Para conter tal panorama político e social, os membros do partido moderado lançaram um projeto que não se limitou a fazer oposição aos aspectos puramente constitucionais, mas sim, para organizar um estatuto moral e educacional (CHALLANDES, 2003).

Esses homens articulados principalmente em torno da figura do padre Regente Feijó compreendiam que a estrutura por eles pensada era condizente com as tendências mais avançadas e se encontraram apropriadas à especificidade brasileira. As falhas do sistema não estavam em seu interior, mas naqueles que o regiam, ou seja, nos indivíduos mal formados moralmente. Partidário desse princípio, Lopes Gama produziu um discurso educativo no qual vigorava a articulação entre moral religiosa e o progresso do país. As carapuças que construía tinham, nesse sentido, um objetivo claro:

O interesse que tomo, pelo melhoramento do meu país natal tirou-se pela vontade a que escrevesse este pequeno periódico, tendo por mira a correção dos maus costumes, porque estou inteiramente convencido que sem boa moral não há legislação que medre, nem instituição sociais que possa

⁴⁹ Palavra ilegível.

tirar a limpo os seus desígnios por mais bem concebidos que eles sejam. (*O Carapuceiro*, nº 30, 19 nov. 1832).

O interesse pelo aprimoramento da pátria conduziu-o pela trajetória educativa que desenvolveu n' *O Carapuceiro*. A busca pelo progresso moral e espiritual dos indivíduos levaria à promoção de condições ideais para a concretização de políticas que visavam conduzir o Brasil à conquista da civilização. Apenas bons homens, formados nos princípios da Santa Igreja e nos valores patrióticos conduziram a nação ao verdadeiro progresso:

A geração presente do Brasil (com mágoa eu digo) não é capaz de fazer os melhoramentos todos de que havemos mister, porque isto opõe-se, de uma parte a ambição de uns, de outra, os interesses mal entendidos de alguns, os vícios inveterados de outros e a ignorância de muitos. A plena felicidade da nossa pátria está guardada, a meu ver, para a geração futura. (*O Carapuceiro*, nº 26, 13 out. 1832).

No seu entender, faltava aos brasileiros uma educação que priorizasse os interesses nacionais e, ao mesmo tempo, unisse as vontades particulares ao bem comum: o progresso da nação. Para ele, ao contrário disso, era comum encontrar no interior do Estado, tanto na política quanto nos mais elementares cargos, indivíduos que ao aceitarem um emprego público “[...] não cuida em estudar as obrigações que lhe são anexas para as bem desempenhar, não lhe ocorre o benefício que a Pátria deve tirar dos seus bons serviços. Sua mira é informar-lhe logo de quantos lhe ode render o ofício” (*O Carapuceiro*, nº 26, 13 out. 1832).

Sobre os interesses particulares e a sua importância Lopes Gama afirmava:

Eu não censuro o interesse privado. Eu sei a força e o império que ele exerce sobre a maioria dos homens. Mas também não ignoro que ele pode combinar-se e, de certo modo, neutralizar-se com o interesse público, e é só então que ele se torna justo e muitas vezes proveitoso. [...] Fiquemos por uma vez persuadidos que a coisa pública entra no interesse de cada particular, porque se o país prospera, a felicidade geral direta ou indiretamente reparte-se por todos, assim como nas misérias e calamidades públicas não há quem não seja mais ou menos aquinhado, quem mais ou menos deixe de padecer e queixar-se. (*O Carapuceiro*, nº 26, 13 out. 1832).

Assim sendo, a fonte dos prejuízos materiais e espirituais da nação era, ao final, resultado da má educação moral de homens e mulheres. Embora ambos os sexos possuíssem funções distintas na sociedade, poderiam contribuir na construção de um Estado civilizado e desenvolvido. Comportamentos inadequados no âmbito privado, incompatíveis com o espírito de um verdadeiro cristão, deveriam ser condenados e reformados, construindo-se em seu lugar virtudes concordes às Sagradas Escrituras:

Desenganemo-nos por uma vez que o Brasil não será tranquilo e feliz enquanto se não generalizar a boa moral e esta só pode se sustentar na religião. Seja esta bem observada, haja prêmio para as boas ações e pronto castigo para os crimes sem distinção de pessoas que tudo tomará insensivelmente o verdadeiro caminho. A sociedade prosperará em todos os seus ramos e o Brasil poderá então dizer que é livre porque está em virtudes (*O Carapuceiro*, nº 6, 8 mar. 1834).

Portanto, vê-se como o amor à nação era proclamado por todos os que buscavam defender o sistema monárquico constitucional. O homem adequado às condições brasileiras seria o patriota. Moralmente educado no bem comum, evocava-se esse indivíduo como o único capaz de promover o progresso do país e, que, ao por seu interesse privado em segundo plano e elevando a causa da liberdade à sociedade, seria o agente do progresso (CHALLANDES, 2003):

Ser patriota, enfim, seria usar de maneira apropriada a liberdade e compreender sua essência moral, ou seja, a predominância do todo sobre as partes e do bem comum sobre o interesse individual. Nesse sentido, patriota seria aquele que tem plena consciência do seu próprio lugar e papel na sociedade nacional – o avalista da liberdade e da justiça – assim como do lugar dessa sociedade nos desígnios da Criação. (CHALLANDES, 2003, p. 80-81).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as ideias educativas presentes n' *O Carapuceiro* manifestavam as modificações sofridas pela sociedade brasileira. Embora a participação da Igreja estivesse durante o período colonial subjugada ao controle da coroa portuguesa, a entrada das ideias liberais foram decisivas para o esfacelamento de sua força política e religiosa.

Do mesmo modo, o projeto político desenvolvido pelos liberais moderados no período regencial contou com a participação de Lopes Gama, procurando retirar quaisquer dúvidas quanto ao regime político adotado. Atrelar o fracasso social ao indivíduo corrompido parecia mais coerente ao programa educativo apresentado. Percebia, então, que buscar explicação para a instabilidade social e política vivenciada nas instituições estatais não era a solução ideal. As causas excediam aos problemas do Estado.

Assim, o funcionamento correto do regime exigia somente educação e paciência (CHALLANDES, 2003). Mas essa educação devia chegar com primazia para a classe dirigente, uma vez que era a detentora das condições materiais necessárias ao direcionamento social. O povo, “a gente menos notável da sociedade” não saberia qual o sistema que melhor lhe conviria, pois submerso nos maus costumes, conduziria o país ao esfacelamento e a imoralidade (*O Carapuceiro*, nº 18, 9 ago.1834).

O capítulo seguinte apresentará com maior clareza os intuitos educativos de Lopes Gama, bem como as ideias que fundamentavam sua concepção de educação. Ao reconhecer a necessidade de mudanças no cenário social de sua época, expôs uma gama de conhecimentos e valores inerentes ao novo homem. Para ele, o progresso estava em curso, clamando por indivíduos moralmente preparados e dispostos a frear suas paixões em nome do bem comum.

4. EDUCAR PARA O PROGRESSO: AS IDEIAS EDUCATIVAS DE LOPES GAMA

4.1. Educação e instrução: caminhos para o progresso do Brasil.

A participação de Lopes Gama nos debates de cunho político, econômico e social em Pernambuco no século XIX foi marcada pela observação e análise pormenorizada do cotidiano daquela província. Ao manifestar-se sobre diferentes assuntos que envolviam a realidade provincial e propor uma ação reformadora, o padre jornalista demonstrou profundo conhecimento dos problemas que afligiam particularmente a província pernambucana.

Por meio da imprensa Lopes Gama buscou disseminar ideias e valores que visavam propagar concepções morais e cristãs e contribuir com um tipo de formação que acreditava ser o mais apropriado ao caráter dos jovens que se dedicariam no futuro à administração política do império.

O cenário geral brasileiro parecia-lhe desanimador. A imoralidade e a ignorância filosófica e religiosa que via moldar o caráter dos indivíduos o levou a defender reformas sociais, principalmente por entender que o progresso da nação dependia da superação das más atitudes por meio de condutas pessoais sedimentadas em comportamentos sóbrios e balizadas pelas Sagradas Escrituras.

Na sua visão a união entre o progresso material e a reforma moral parecia-lhe indissociável. Uma nação próspera e feliz deveria ter como base os preceitos morais da religião católica, e, com menor importância, a instrução decorrente da ciência moderna. A base de todo arcabouço social constituía na educação moral, que ausente, provia a destruição dos antigos valores e, ao mesmo tempo, impedia o progresso material do Brasil:

Para tornar virtuosa uma Nação é mister que a Moral seja o fim principal de todas as ciências e que se ensinem à mocidade,

por isso que todas a seu modo devem contribuir para fazer homens justos, humanos e sociáveis, e benéficos a seus semelhantes. A religião é o mais sólido fundamento da moral, é o primeiro ensino que revela aos meninos, a qual lhes inculca essas mesmas virtudes ordenadas pelo Autor da natureza tão bom e benéfico para conosco. A história deve ensinar-lhes os terríveis efeitos que hão produzidos sobre a terra as paixões desregradas e os desejos dos homens imorais. (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 mar. 1840).

O quadro moral exposto no jornal *O Carapuceiro* reforça relatos de viajantes estrangeiros do século XVIII e XIX⁵⁰. Ao percorrerem as províncias para conhecer a diversidade das riquezas do Brasil, os viajantes registraram suas impressões sobre a vida cotidiana dos brasileiros, a organização da sociedade e contribuindo com a transmissão de ideias e valores fundamentados no ideal de civilidade europeia. Por outro lado, os registros sobre o modo de vida brasileiro, o predomínio das práticas coloniais quando já existia o império ficaram guardados na memória historiográfica e permitem hoje aos estudiosos reconhecer os séculos anteriores.

Os hábitos e costumes provenientes de um continente em franco desenvolvimento foram incorporados e vivenciados por muitos brasileiros. Os franceses motivaram mudanças no âmbito da vida privada e fomentaram com suas ideias de liberdade movimentos sociais e políticos contrários à ordem estabelecida, podendo ser considerados como “[...] uma espécie de fonte de inspiração cultural em um estado nativo” (LYRA TAVARES, 1979, p. 121).

O que se via nas primeiras expedições exploratórias no século XVI era a imagem do “bom selvagem”. Ao longo das décadas a ampliação e a contraposição desses ideais foram tomando contornos distintos, retirando dos discursos literários e dos diários de viagem as concepções de bondade inata e de potencial social do Brasil. No século XVII o Brasil transformou-se para muitos exploradores e viajantes num centro de riqueza e felicidade. Assim, a

⁵⁰ Recenhece-se que as opiniões de Lopes Gama e dos viajantes europeus da época referentes ao comportamento e a imoralidade da sociedade pernambuca em particular, e brasileira em geral, são emitidas a partir da visão de mundo e dos objetivos que pretendiram atingir. Lopes Gama como religioso e político, professor e jornalista, estabeleceu suas críticas a partir de critérios analíticos próprios de uma sociedade preocupada com o progresso e ao mesmo tempo, com os requícios da cultura colonial. Deste modo, não é descartada interpretações que dissoam da concepção de Lopes Gama. Pretende-se, entretanto, apresentar que as observações realizadas por Lopes Gama estiveram também nos relatos de outros homens do período.

ideia do Brasil constituído pelo “bom selvagem” carente de evangelização, foi sendo substituída no século XVII pela ideia de terra fértil e próspera, justificando, em todas as épocas, a necessidade de expedições francesas ao Brasil (CARELLI, 1994).

No ano de 1714 o comerciante francês Le Gentil la Barbinais visitou o Brasil e deixou um painel minucioso das cidades visitadas. Descreveu a economia local e os habitantes, em especial os da região nordeste. Desabituaado à pequenez da vida local e à restrita vida social dos provincianos, La Barbinais destacava que a diferença fundamental entre os nacionais e europeus era a imoralidade e os maus hábitos que imperavam. Caracterizou os portugueses como homens pouco atraídos ao trabalho e os brasileiros como “essencialmente brutais”:

Os costumes neste país são corrompidos e os homens não ruborizam por nada. As mulheres não são menos debochadas e publicamente, vivem de maneira completamente desregrada. Os religiosos e os padres seculares, além de ignorantes ao extremo, mantêm relações públicas com as mulheres, a ponto de muitos serem conhecidos não pelos seus sobrenomes, mas pelos de suas senhoras. Impudicos, quando escutam os pecados de uma mulher no confessionário, parecem antes incentivar a conduta do que inspirar nela sentimentos de constrição e piedade. Durante a noite, andam travestidos, alguns de mulher, outros de escravo, armados de punhal ou de arma ainda mais perigosa. Mesmo os conventos, casas supostamente consagradas a Deus, servem de abrigo para mulheres públicas. [...] Os portugueses naturais do Brasil preferem possuir uma negra ou mulata do que a mais bela mulher. Perguntei-lhes diversas vezes de onde provinha um gosto tão bizarro, mas eles mesmos ignoram. Creio que a inclinação vem do leite, pois os portugueses do Brasil são amamentados e criados por escravas (LA BARBINAIS, 2012, p. 537-538).

Em 1840, outro viajante francês, Conde de Suzannet, em viagem ao Brasil, deixou um relato esmiuçado do cotidiano, da dinâmica social e das formas de produção econômica. Durante sua estadia Conde de Suzannet percorreu as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco. Sua descrição da sociedade pernambucana consiste em uma das mais aproximadas às críticas de Lopes Gama. Para ele, a falta de civilidade e a ignorância quanto à forma de governar o Brasil favorecia o estado

de coisas presenciado: dependente da economia das nações europeias e estagnação cultural e produtiva da nação (SUZANNET, 1954).

Outro aspecto que mereceu atenção de Suzannet se refere à vida privada, cuja dinâmica contribuiu para expor o quadro das relações cotidianas que pareciam fugir à compreensão do viajante francês e evidenciavam, para os padrões da época, um tipo de moral pessoal contrário à civilidade:

Como as mulheres não exercem nenhuma influência multiplicam-se as relações entre os senhores e suas escravas. Ouvi contar casos de revoltante desumanidade. [...] nunca ouvi um brasileiro culpar um fazendeiro pelos seus abusos de poder; fala-se dos fatos como se fossem muito naturais. Parece que a esta população falta o senso moral. Nela surpreende menos a maldade profunda do que o desconhecimento do bem e do mal. A libertinagem é desculpada, os assassinos ficam impune. [...] Em Pernambuco, mais do que em qualquer outra parte, chama a atenção este estranho estado moral. Esta cidade é célebre pelo número de assassinados que nela são cometidos. [...] Estes hábitos indignos de uma nação civilizada revoltam o viajante europeu; mas o exemplo parte de tão alto, e é forçoso reconhecer que é impossível qualquer repressão. (SUZANNET, 1954, p. 204-205).

Para os estrangeiros, a pacata vida social, a contínua adoção de mão-de-obra vinculada à prática escravocrata, a exígua oportunidade de trabalho livre e a dificuldade de mudança da hierarquia social evidenciavam o despreparo do Brasil frente às mudanças vividas no velho continente. Na mentalidade de diversos viajantes do século XVIII a sociedade brasileira encontrava-se num patamar inferior às nações europeias, tanto pelas condições físicas e comerciais das cidades, quanto por degenerados hábitos cristalizados em todas as camadas sociais (FRANÇA, 2012).

A grande presença da mão-de-obra escrava era um dos aspectos da sociedade brasileira que chocava aos europeus por ser incompatível com os interesses comerciais. A escravidão era vista como um obstáculo ao progresso nacional, pois além de comprometer o desenvolvimento do espírito industrial também era responsável pelo atraso moral dos brasileiros, além de que, para eles, a manutenção da prática escravocrata expunha os mais terríveis vícios humanos e a carência de princípios morais (FRANÇA, 2012).

Desde o século XVII a imoralidade que grassava na sociedade brasileira, tanto na vida privada como as relativas aos negócios era constantemente

relatada por europeus, gerando uma imagem dos nacionais como homens selvagens, brutais, preguiçosos e libertinos⁵¹. Essa visão sobre os brasileiros incomodou Lopes Gama que, a todo o momento, alertava-os para a avaliação de seus comportamentos diante da ideia de civilidade que buscavam construir fomentado pelo modelo de civilização europeia, sobretudo, francesa.

É importante ressaltar que no período da publicação d'*O Carapuceiro*, o conceito de civilização estava associado as ideia de desenvolvimento e de liberdade cunhadas na estrutura cultural e social do velho mundo (BENEVIDES, 2008). Embora Lopes Gama se preocupasse com a construção e consolidação de hábitos e comportamentos próprios dos nacionais, as ideias e os costumes considerados, segundo ele, como civilizados e moralmente aceitos, eram dos europeus.

Assim, esta estratégia de apontar, criticar e exigir reflexões dos brasileiros era utilizada em todos os artigos por meio da presença de anedotas, diálogos entre personagens fictícios e fábulas⁵². Lopes Gama questionava sobre os mais diversos temas do cotidiano, imprimindo alertas aos problemas mais destacados na época. Solicitava aos brasileiros o comprometimento nas decisões da nação por meio de mudanças cotidianas favoráveis ao controle das paixões e, sobretudo, na negação de ideias que poderiam alterar ainda mais a sociedade.

⁵¹ Mario Carelli aponta que a imagem criada pelos discursos narrativos dos viajantes, em especial os viajantes franceses, estava vinculados à primazia da descrição realista. Ao utilizar os relatos de viagem, alerta que por muitas vezes “[...] negligenciamos as imagens que, em sua dimensão iconográfica, dizem muito ao mesmo tempo sobre o Brasil e sobre o olhar europeu”. O pintor-viajante tinha como maior preocupação a pintura dos hábitos brasileiros e dos costumes que para eles eram desconhecido e diverso, destacando com profundidade a “[...] realidade brasileira, de sua variedade étnica, da onipresença das devoções religiosas, do ritmo indolente de uma sociedade instalada no conforto da escravidão”. A importância da pintura para a construção da nacionalidade e da civilidade brasileira é evidente. Carelli cita que o grande pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) fora convidado por d. João VI e d. Pedro I para pintar a história brasileira, “[...] nas cenas solenes que pontuam o nascimento da nação [...]” (CARELLI, 1994, p. 71 et seq.).

⁵² A presença de fábulas e o reconhecimento da utilidade pedagógica deste gênero textual por Lopes Gama atribuem claramente a concepção educativa de seus escritos. O autor reconhecia que o teor moral das fábulas de La Fontaine, La Florian, entre outros, promoviam a reflexão das penas e recompensa das ações. As fábulas como nenhum outro modo de comunicar conselhos, permitiam que o homem reconhecesse por si mesmo seus defeitos e buscasse corrigir suas ações. “A moral insinua-se imperceptivelmente por meio da Fábula. Nela aprendemos e sem o percebemos nos tornamos mais prudentes e melhores [...] ao passo que seguimos as luzes de outrem, nos julgamos dirigir a nós mesmo” (*O Carapuceiro*, nº 60, 11 nov. 1837).

A expressão “não quero me comprometer” era inaceitável. Para Lopes Gama, o Brasil clamava por homens que defendessem os interesses nacionais dos flagelos que comprometiam o progresso e a autonomia do Estado. Confiava aos brasileiros o poder de libertar a nação dos resquícios aristocráticos que ameaçavam a construção da nação independente, civilizada e religiosa:

Esse princípio de que não se quer comprometer quando se trata de uma causa verdadeiramente nacional é o mais detestável, o mais criminoso que poderá haver em um Estado. Antes um inimigo declarado, antes um Pinto Madeira, do que um egoísta destes que não arrisca nada e ganha sempre no jogo ou os dados lancem sorte, ou lancem azar [...]. (*O Carapuceiro*, nº 6, 2 jun. 1832).

A intenção de estimular a opinião pública em favor de práticas progressistas apontava a necessidade de reforma gradual e duradoura. As mudanças na presente atmosfera ocorridas desde a independência até a instituição da regência com a expulsão de Pedro I em 7 de abril de 1831, pedia atitude firme do povo e dos representantes da nação para conservação da liberdade.

O desejo de civilização, pontuado na repetição dos brasileiros de comportamentos próprios aos franceses e ingleses, esbarrava em condutas pouco adequadas a esse intento. Essas se exprimiam por imoralidade do clero, ausência de religiosidade na condução das práticas cotidianas, manutenção do regime escravista, libertinagem, furtos e “pescaria” nos serviços públicos, má educação da mocidade, superstição e imoralidade presente na escravaria, descumprimento dos deveres patrióticos, entre outros.

Para esses vícios de ordem pública e particular a sociedade brasileira deveria buscar a reforma profunda das suas instituições e o aprimoramento delas e das legislações, sempre levando em consideração o fundamento moral do cristianismo.

Lopes Gama reconhecia que o regime monárquico constitucional representativo era o apropriado ao estado brasileiro, mas a participação do governo deveria se estender à reforma moral dos indivíduos. A monarquia constitucional era, na sua visão,

[...] a coisa melhor que se podia inventar a respeito de política, mas a experiência me tem feito conhecer que na época sempre gloriosa da nossa Independência do Brasil não estava apto para receber proveitosamente uma reforma tão considerável e que por havermos sobressaltos tantos degraus de nossa civilização é que as coisas saíram de seus eixos e andam de maior parte tortas e deslocadas. É excelente o regime representativo, nós é que não prestávamos ainda para ele em tanta latitude, porém tem-se assentado de macaquear tudo quanto fazem os franceses e ingleses de maneira que a alguns respeitos não devêramos levar a mal que nos chamassem palhaços das constituições europeias e até dos Estados Unidos. Olhamos o nosso povo como se fora o povo de Paris, de Londres e Nova Iorque e queremos que arremede tudo que por ali se pratica e para isso o que temos feito? (*O Carapuceiro*, nº 14, 2 jun. 1837).

Dessa forma, a atuação do governo era imperativa no avanço moral e material dos homens, e na edificação de instituições que implicariam diretamente na diminuição da ignorância e da imoralidade. Concebia que o papel das instituições escolares era fundamental para combater a ausência de conhecimentos filosóficos e científicos acumulados. Além disso, essas instituições deveriam agir junto à Igreja como um reduto de educação moral e de correção dos hábitos impróprios ao cristão. A escola, portanto, prepararia os homens para as mudanças sociais e, por conseguinte, obedientes às leis divinas e terrenas.

Para tanto, Lopes Gama preocupou-se com a formação dos diretores e professores, no domínio dos conteúdos e a boa moral que possuíam dentro e fora da instituição⁵³. A atuação dos professores de primeiras letras e das aulas maiores lhe desagradava principalmente pela forma como conduziam a dinâmica de ensino. Apoiados em métodos arcaicos e obsoletos os professores não consultavam “[...] os progressos que vão fazendo a ciência, quer física, quer morais e políticas” (*O Carapuceiro*, nº 14, 2 jun. 1837). A forma de ensinar não se modificava nas distintas disciplinas, o que para ele demonstrava tanto o despreparo dos professores quanto a falta de interesse em promover, de fato, a aprendizagem dos alunos. No campo moral, o ensino religioso era ainda pior:

⁵³ Em um dos relatórios do governo provincial enquanto visitador das escolas de Pernambuco, Lopes Gama expôs o quadro de despreparo de muitos professores, em especial aos professores de Latim (MONTENEGRO, 1943).

Se hão de desvelar-se por plantar nos corações de seus pequenos discípulos a pura moral do evangelho, a crença da Santa Igreja; se lhe hão de explicar muito clara e sumariamente os augustos mistérios da nossa religião santíssima, obriga-os a decorar, repetir o material e rotineiramente o catecismo, e julgam se muito pagos do seu trabalho, quando os menos sabem papaguear prontos e espevitados um embrulho de coisas que eles chamam de reza. (*O Carapuceiro*, nº 14, 2 jun. 1837).

A atuação de Lopes Gama no campo educativo como visitador das escolas públicas, diretor e lente de retórica do Liceu Provincial, forneceu os instrumentos para a crítica do sistema educativo de Pernambuco. Em 1825 o número de escolas era pequeno em relação ao número de habitantes: 36 escolas para 450.000 habitantes. Lopes Gama relatou a estrutura precária de algumas instituições, com professores pouco virtuosos e alunos que não possuíam uma instrução adequada para iniciar os ensinamentos mais avançados. Nos relatórios enviados ao governo provincial a demonstração do despreparo dos professores torna-se evidente, uma vez que desconheciam os elementos rudimentares da gramática e da ortografia portuguesa, comprometendo assim, a educação da mocidade desde os tenros anos (MONTENEGRO, 1943).

A atenção dedicada à educação institucional não parou por aí. Enquanto diretor do Liceu Provincial seu trabalho de adequação e modernização da estrutura física ficou registrado nas literaturas referentes à instituição. A situação precária do Liceu denunciava o descaso do governo com a educação da mocidade e com as condições materiais mais elementares para o funcionamento da instituição. Logo após a inauguração do Liceu Provincial em 1825, Lopes Gama relatou ao presidente da província João Carlos Mayrink Falcão a necessidade de melhoramento das instalações, deixando claro o despreparo físico para a instalação de uma instituição escolar. No entanto, ao contrário das instalações precárias do Liceu, o quadro docente era composto por homens de renome, sendo padres e jornalistas do campo político e literário da época, com a presença de indivíduos envolvidos diretamente com as rebeliões de 1817 e 1824 (BELLO, 1978; MONTENEGRO, 1943).

Embora curta a participação de Lopes Gama como diretor do Liceu, pois logo em 1826 precisou abandonar a diretoria, sua atuação nas instituições escolares foi estendida até o fim de sua vida, finalizando seu percurso

educativo como diretor geral da instrução pública pernambucana. No entanto, a sua contribuição no campo educacional não se restringiu aos saberes escolares. Vislumbrou, sobretudo, uma educação que superasse as barreiras institucionais, embora não negasse a importância dos conhecimentos seculares. A atenção à educação da mocidade esteve presente por todo jornal *O Carapuceiro*, explicitando tanto a preocupação com os conhecimentos do campo da ciência quanto com a apropriação de uma educação moral, religiosa e política.

Naquela época, as denúncias de corrupção e de favorecimento dos interesses pessoais dos funcionários públicos eram constantes. Tal situação, dizia o redator, demonstrava a ausência de preceitos morais nos mais altos cargos da sociedade. Para a supressão destes problemas era necessária maior atenção do governo tanto para a educação pública já instituída como também à construção de instituições que fornecessem uma formação adequada aos homens da época. Porém, toda essa empresa não teria efeitos significativos na mocidade se a moral, compreendendo-a como a base de toda sociedade que deseja a felicidade geral, não fosse disseminada a todos:

Crie quantas instituições quiserem, estabeleçam as melhores leis, se os seus executores não tiverem boa moral, tudo será letra morta, tudo é inútil e os males irão progressivamente de mal a pior. [...] Eu não conheço outro senão arraigar nos corações da mocidade a pura e santa religião dos nossos pais, não religião de [...] ⁵⁴, sanctimonias e superstições ridículas, se não a moral limpa e extrema, que nos deixou o Divino Mestre (*O Carapuceiro*, nº 6, 8 mar. 1834).

Ao divulgar suas ideias educativas Lopes Gama não deixou de salientar a importância dos “interessantes ramos do conhecimento humano” para o progresso material da nação, visto que para a existência de bons governos era imperioso o fornecimento de uma educação que os instrísse nas ciências humanas e nos valores religiosos. A ignorância consistia em um dos maiores prejuízos àquelas nações que desejavam a felicidade e prosperidade, pois era uma causa dos vícios e da estagnação espiritual dos indivíduos. Somente a união entre educação institucional e religiosa poderia conduzir o Brasil às

⁵⁴Palavra ilegível.

idênticas condições materiais das nações industriais (*O Carapuceiro*, nº 12, 13 mar. 1839).

Outra origem da imoralidade no Brasil residia, a seu ver, na incorporação de ideias disseminadas pelos pensadores iluministas. As teorias que retiravam a superioridade divina e difundiam o domínio dos homens nas ações terrenas estiveram em pauta em muitos artigos por estarem presentes nas instituições escolares e também nas conversações cotidianas.

Estas teorias gestadas no desenvolvimento de uma nova ordem social haviam substituído os padrões de comportamentos anteriormente ligados ao pecado original. A ideologia do progresso com as ideias de perfectibilidade por meio da razão modificaram os controles sociais para o controle individual, permitindo a justificação racional do novo mundo. Por meio da doutrina liberal ou liberalismo as reivindicações do plano objetivo impulsionavam a formação de novas ideias. Essa ideologia,

[...] era rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens em princípio para compreender tudo e solucionar os problemas pelo uso da razão, e convencida também da tendência obscurantistas das instituições (entre as quais incluíam o tradicionalismo e todas as religiões outras que o racional) e do comportamento irracionais. Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII. Suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo [...]. (HOBBSAWM, 1989, p.256).

O nascimento do ideário liberal e das ideias iluministas promoveram alterações na prática social dos indivíduos e originaram um novo modo de pensar e viver que, de acordo com Lopes Gama, era incoerente com a sociedade brasileira, marcada desde sua formação pela atuação da Igreja. Embora essas transformações não fossem captadas pela totalidade de indivíduos, deram novos impulsos às práticas cotidianas dos brasileiros, transmitindo-lhes padrões de comportamento que refletiam a ausência do controle social e individual exercido pela religião.

A influência dos filósofos iluministas fora debatida n' *O Carapuceiro* com a intenção declarada de orientar os brasileiros para as ideias que induziam os

homens à negação de Deus, e conseqüentemente, a negação de uma felicidade eterna. Ao analisar o homem e a sociedade, Lopes Gama acreditava na aritmética de objetivos, isto é, na união dos esforços individuais para a modificação de padrões comportamentais inadequados, pois, tais transformações, “[...] direta ou indiretamente reparte-se por todos” (*O Carapuceiro*, nº 26, 13 out. 1832). Isso não significa que Lopes Gama era adepto consciente das concepções individualistas e utilitárias do grande século, mas evidência o alcance que tais ideias exerciam naqueles homens que lutavam para negá-las.

No artigo *A mesa de nossos avôs* (*O Carapuceiro*, nº 12, 13 mar. 1839) Lopes Gama assinala que o discurso racional dos “iluminadores do século passado” aos quais anunciavam “abrir todos os tesouros da humana sabedoria, não havendo matéria que se subtraísse ao seu entendimento”, promoveu “violento transtorno da educação da mocidade”. Tais luzes alheias aos valores cristãos disseminados pelos “Ministros da Religião” induziriam a mocidade aos comportamentos de “arrogância e insubordinação, que os levaria a não respeitar a ninguém, nem a coisa alguma” (*O Carapuceiro*, nº 12, 13 mar. 1839).

Lopes Gama repudiava a educação filosófica fundamentada nos escritores iluministas. Entendia que os esforços realizados pelos “filósofos das luzes” em prol da secularização dos estados nacionais e das concepções de homem haviam praticamente pulverizado as verdades eternas. Cristo, no seu entendimento, trouxera os axiomas, as verdades incontestáveis sobre o homem e os caminhos a serem percorridos até o aperfeiçoamento pessoal e social. A educação, compreendida na sua concepção ampla, facilitaria o acesso a Deus, libertaria os homens do peso originado no pecado original e promoveria uma nação feliz e progressista.

A distinção entre a educação religiosa e a educação secular, racionalista e materialista era sempre exposta pelo padre Carapuceiro. Procurou deixar claro sua concepção de educação, bem como explicitar as conseqüências de uma educação pautada nos princípios racionalistas e ateístas. Para ele,

O mundo civilizado deveria revoltar-se indignado contra um escritor [Rousseau] acometido de tão perigosa mania. Funesto poder das frases! Este prodígio de erro foi acolhido por

homens corrompidos ou desleixados, por mulheres metidas a sabichonas, e sob tão inauditos princípios se modelou uma nova educação. A cristã remontava dos efeitos à causa, e no universo físico fazia ver a ação duma vontade onipotente, e o catecismo dava aos meninos princípios fecundos, ideias fixas, altos conhecimentos, e, todavia fáceis à razão, porque são naturais ao nosso ser. A educação filosófica também começa pelos efeitos, mas daí não passam. Ela entope a memória dos meninos de vãs e estéreis nomenclaturas de minerais, de animais, de plantas, catálogo, que lhes seca o coração, que lhes enerva as forças, aplicando-as as pequenas manipulações, e cuida o menino de saber alguma coisa, porque fiska borboleta, cola plantas, ou arranja pedacinhos de substâncias metálicas. (*O Carapuceiro*, nº 24, 24 jun. 1839).

Lopes Gama constatava que a geração de sua época estava corrompida pelas teorias filosóficas que deturpavam o sentido da existência humana por visar unicamente às satisfações imediatas. Admitia ser preciso que os homens se preocupassem com o porvir, com a vida espiritual prometida por Deus. A deturpação dos costumes e as práticas que visavam unicamente à promoção da vida terrena eram intrínsecas à constituição dos homens de sua geração e, portanto, deveriam ser abortadas, legando à juventude hábitos puros e exatos aos preceitos cristãos:

A vista da desordem, da desenvoltura geral em que vejo o nosso Brasil, tudo proveniente da péssima educação e dos péssimos costumes que nos legou o defunto regime absolutista dos reis de Portugal, ousa proferir a meu despeito, que da presente geração pouco, ou nada há que esperar de melhoramento, pelo que só trabalhamos para os nossos netos, para só não, que estamos muito arraigados aos vícios, e somos todos muito pescados e muito ladrões (salvo sempre as honrosas exceções). (*O Carapuceiro*, nº 59, 29 jun. 1833).

Tornava-se essencial que a educação não ficasse restrita ao campo dos estudos mundanos, cujas proposições eram o esteio para as práticas utilitaristas e egoístas dos indivíduos. Toda atuação educativa, ou qualquer ação na vida cotidiana, deveria partir da ideia do justo e do honesto presente no senso íntimo dos indivíduos e de todas as sociedades, visto serem criaturas de Deus. O foco nas ciências profanas não auxiliaria na formação de homens que pensassem no bem comum e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e cristã. O ensino das virtudes cristãs e da educação política era

fundamental para a formação do cidadão, devendo corresponder às necessidades morais e materiais brasileiras:

Cuide, pois o governo muito seria e desveladamente em derramar a sólida instrução. Escolha escrupulosamente pastores de saber e virtudes que ensinem [...] não milagres irrisórios e outras parvoíces de missionários [...] ⁵⁵ mas a pura e sublime moral do Evangelho; não paradoxos políticos em que aparece a religião santa coonestado e autorizando as insolências e barbaridades da tirania sobre o pretexto de escorar o trono por meio do Altar, mas verdadeiras máximas da política, fundadas na natureza dos homens [...] ⁵⁶ e esforce-se muito principalmente, em dar o que fazer a tanta gente ociosa [...].(O *Carapuceiro*, nº 59, 29 jun. 1833).

Os vícios no campo político e na administração, a corrupção dos magistrados, e os problemas no governo regencial e provincial, seriam, para ele, os efeitos da falta de educação política e moral, sendo a primeira originada pelo regime absolutista e a última pela irreligiosidade crescente. A corrupção de ministros e juízes, alimentados pela “dialética do ouro” e os casos de imoralidade e brutalidades cometidas pelos brasileiros nativos e adotivos, eram produtos de uma sociedade fundamentada no mais alto grau dos interesses pessoais. A melhoria das condições políticas, jurídicas e sociais como um todo, passava necessariamente pelo critério de escolha para os cargos públicos, os quais deveriam ser ocupados por homens instruídos, proprietários e, principalmente, homens virtuosos:

O meio de se ter bons magistrados não está em aumentar-lhes os honorários, mas sim na escrupulosa escolha dos candidatos e no infalível castigo dos prevaricadores. E para ter magistrados dignos cumpre essencialmente ter grandíssimo desvelo na educação pública da mocidade. (O *Carapuceiro*, nº6, 8 mar. 1834).

A reforma dos costumes, voltada para uma educação que libertasse os homens das superstições, do jugo estrangeiro, e que tivesse como meta o bem comum, era indispensável ao processo de modernização e civilização. As superstições aludidas por Lopes Gama não foram aquelas articuladas aos

⁵⁵Palavra ilegível.

⁵⁶ Palavra ilegível.

dogmas ou as noções de uma entidade divina das Escrituras Sagradas, criticadas pelos filósofos iluministas, mas sim ao misticismo, aos rituais espiritualistas que haviam sido introduzidos principalmente pelas seitas de origem africana.

Essas ideias, impregnadas de entidades sobrenaturais refletiam-se principalmente na educação da mocidade de forma danosa (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 jun. 1832). A religião católica parecia-lhe a única capaz de libertar os homens do reino das fantasias e crendices, muitas delas estimuladas pelos africanos, dizia. Seria Deus, com as máximas trazidas por Jesus Cristo, capaz de orientar e organizar os membros da sociedade. O cristianismo, expressão maior da bondade e da misericórdia divina era a revelação da verdade que estivera camuflada nas civilizações politeístas. Era, portanto, a chave para descoberta do próprio homem e do seu futuro, guiado por condutas virtuosas e pelas verdades eternas:

Mas J. C. aparecendo na Palestina veio trazer ao mundo as verdadeiras luzes. O universo que caía em dissolução ia ser regenerado pela doce e pura e Santa Moral do Cristianismo. [...] Então se parentearam as nações a perfeições às nações a perfeição da sabedoria divina, a imensidade de seu poder de bondade inexaurível, a perpetuidade de uma intervenção celestial especial em atos humanos, e a solicitude de uma Providência, que se digna mandar, vigiar e recompensar. Então foi resolvido o grande problema a respeito do homem. Conheceu-se o fim da vida, o motivo das associações entre almas e corpo, o resultado da virtude desinteressada e a felicidade eterna merecida pelo sacrifício da terrestre. (*O Carapuceiro*, nº 19, 21 jun. 1837).

Lopes Gama afirmava ser a religião o freio das más inclinações. Teria ela a capacidade de controlar a entrada de ideias que corrompiam a sociedade, bem como refrear as imperfeições naturais dos homens atuando como uma barreira que assegurasse o progresso moral dos indivíduos e da sociedade. Mas quais eram os elementos necessários à superação das más condutas e das ideias perniciosas?

Para a educação da mocidade, a instrução e o ensino dos princípios morais da Santa Igreja poderiam conduzir ao verdadeiro saber, tanto das verdades do cotidiano, quanto das atividades políticas. Aqui se encontra a diferenciação entre instrução e educação, presente em Lopes Gama: a

instrução se basearia na ciência moderna e no ensino das diversas vertentes do conhecimento humano. Entretanto, não deixaria de considerar e apropriar-se dos valores cristãos e das máximas da formação divina da natureza, uma vez que “a sabedoria ou a ciência não é senão o reflexo do esplendor do mesmo Deus, que é a fonte perene de toda a verdade” (*O Carapuceiro*, nº 41, 20 ago. 1842).

A educação, no entanto, iria mais além. Seria aquela que empregava esforços para a educação moral e política, que não só era responsável pelo progresso moral dos indivíduos, mas, ao mesmo tempo, contribuía para o progresso geral. A educação consistiria na conexão entre elementos do ensino escolar e ensino da religião, e dos valores concernentes à vida social. Essa educação formaria o verdadeiro homem de bem:

Depois de bons exemplos nada há que mais concorra para formar a educação do que a instrução. Sócrates assim em seus discursos, como em suas ações (diz o Snr. Virey) mostrou que a ignorância é a fonte de todos os vícios, assim como o saber é a origem da nossa verdadeira grandeza. E, em verdade, não é o conhecimento da moral o que melhor nos pode mostrar o bem, fazer discernir o mal, e destarte traçar-nos o caminho da virtude? Não há duvida que o homem que desconhece a fealdade do vício, que por uma feliz educação nunca aprendeu a triunfar das inclinações violentas e vergonhosas excitadas por uma natureza brutal e inculta, nunca saberá ser virtuoso como o discípulo das ciências e da filosofia que conhece a dignidade do ser e que não quer degradar a nobreza do seu caráter com ações torpes e desonrosas. [...] Assim, o homem exaltado pela ideia soberana da divindade, e resplandecente com a luz das ciências, raio da suprema inteligência, marcha mais altivo a frente de todas as criaturas das quais se reconhece rei. (*O Carapuceiro*, nº 41, 20 ago. 1842).

No artigo chamado *As senhoras de bom tom* (*O Carapuceiro*, nº 14 de maio de 1842) encontra-se, de forma clara, a diferenciação feita por Lopes Gama entre instrução e educação:

A instrução forma e aguça o espírito e com matérias convenientes, por meio de exercícios proporcionados lhe dá, bem como a imaginação, formas e certa tempera. A educação, porém diz respeito ao caráter, e consequentemente, aos atos da vontade. Ela deve comunicar-lhe candura, força, constâncias e quanto ao espírito apurá-lo, fortificá-lo e conduzi-lo a tudo que é moral, grande e belo. Só a educação é capaz de chegar a executar essa nobre e difícil, dando por base ao caráter bons

hábitos e por primeiro hábito a obediência, que é de todo essencial. (*O Carapuceiro*, nº 14 de maio de 1842).

O padre-jornalista compreendia que as leis eternas e naturais do cristianismo e os olhos censores de Deus sobre os homens, poderiam auxiliar nas escolhas que favoreceriam não só o interesse particular, mas também defenderiam o interesse coletivo. A instabilidade e as inconstâncias dos métodos científicos, bem como os saberes filosóficos seriam suplantadas pelas convicções da doutrina católica, única capaz de orientar e “iluminar o intelecto e purificar os corações”:

Só pela religião é que os males deixam de ser o que são. Só por ela, o sofrer é menos mal do que [...] ⁵⁷ as doçuras da vida com prejuízo da consciência e dos próprios deveres. Só por ela o homem, elevado acima de si mesmo, furta-se de alguma sorte aos maus tratamentos, a preguiça, a iniquidade para descansar sob os seus auspícios em um centro de felicidade e faz superior a todos os revezes. (*O Carapuceiro*, nº6, 8 mar. 1834).

Assim como os moralistas do século XVII, La Bruyère e La Fontaine, Lopes Gama, deprimido pelo caos religioso e intelectual da época, entendia que a natureza humana não mudava no tempo e no espaço, embora houvesse uma variedade de comportamentos derivados da pluralidade de costumes e hábitos nas diversas sociedades (BAUMER, 1990). No entanto, essa diversidade cultural não escondia o sentimento íntimo da existência de um ente superior que velava por suas criaturas, pois “[...] o povo é naturalmente religioso, porque precisa crer e esperar” (*O Carapuceiro*, nº 28, 27 out. 1832).

Para ele, com o legado do pecado original transmitido pela fraqueza de Adão e Eva, os homens, embora criados à semelhança de Deus, haviam caído em desgraça com o obscurantismo da razão e com o predomínio das paixões. Para a salvação de suas almas, nessa empreitada era preciso que Deus fosse o apoio indispensável, pois a razão sem a religião não poderia refrear as paixões originárias dos indivíduos. A razão, fraca por sua natureza era incapaz de controlar todos os comportamentos, e por isso, sua exaltação e a

⁵⁷Palavra ilegível.

sobreposição dos homens a Deus havia movido a sociedade da época à desordem e ao caos social e moral:

Um dos erros favoritos dos filósofos é crer que se pode governar homens com abstrações metafísicas ou com máximas tiradas do frio cálculo. Mas para provar a falsidade dessa opinião basta recorrer à experiência de todos os séculos, a qual mostra que para nos tornarmos bons e virtuosos é mister alguma coisa mais do que uma filosofia especulativa. Por que existem governos? Por que as leis anunciam penas e recompensas? É porque os homens não seguem unicamente a reta razão. (*O Carapuceiro*, nº 11, 11 abril. 1840).

Das doutrinas do egoísmo, como denominava Lopes Gama, nascia novo modo de compreender e analisar a natureza, com uma nova concepção de conhecimento que se esquivava do método contemplativo e do pensamento escolástico (BAUMER, 1990). As pressões vindas de todos os lados e as preocupações decorrentes de uma nova era organizaram e conscientizaram os homens para a atuação no plano social, submetendo os desígnios religiosos à perspectiva utilitária do conhecimento. Foi neste momento que se viu a nova filosofia, empirista e racional, adquirir destaque no entendimento do homem e da natureza, retirando da teologia tal papel que por muito tempo lhe fora relevante. Diante disso, era preciso encontrar uma forma secular de conduzir as relações humanas e os intercâmbios sociais estabelecidos entre os novos Estados nacionais.

No entanto, a secularização da moral e dos códigos sociais traria, dizia Lopes Gama, más consequências:

Nós católicos romanos, semelhantes e meninos sob os olhos da desvelada mãe, de dia em dia observamos melhor o que ela prescreve, melhor compreendemos o que ela ensina, em suma, *fazemos progresso*. Mas, os filhos estragados da filosofia, como não tenham mãe que os doutrine e repreenda, o que podem aprender, e como se farão bons? É, pois evidente que estando elas fora da Igreja, provados de lições imortais, de suas leis imutáveis, passando sucessivamente por transformações fundamentais, de sorte que o que ontem lhes parecia verdadeiro, amanhã bem lhes pode parecer falso, e logo no outro dia outra vez verdadeiro, e ao depois novamente falso, longe de fazer progresso, isto é, longe de melhor compreender a verdade, e praticarem a justiça, não podem razoavelmente crer nem na justiça, nem na verdade, porque são para eles perpetuamente movediças, e por consequência perpetuamente incertas. (*O Carapuceiro*, nº 45, 21. Jul. 1838).

Conquanto reconhecesse o fato de que os homens de sua época viviam no império da razão e concordasse com a necessidade de utilizá-la como guia nas ações humanas, o discurso sobre a razão esbarrava nos fundamentos religiosos, atribuindo-lhe dois entendimentos. A razão, entendida como fundamento das doutrinas materialistas e ateístas, que se organizava para negar e destruir a religião da Deus, nada mais era que a tentativa de autonomia e superioridade ao seu criador e, portanto, era contrária a verdadeira ideia de um ente superior que rege e orienta seus filhos. Para ele, a razão por si só, bem como as leis e o ensino, não poderiam conter a natureza passional do homem, que nos momentos decisivos, eram, na maioria das vezes, direcionados pelas paixões e pelos maus hábitos.

Bastam as leis e a moral (diz o filosofismo). Mas as leis não dirigem mais que certas ações. A religião abraça todas. As leis só prendem o braço. A religião regula o coração. As leis não são relativas senão aos cidadãos. A religião assenhora-se do homem todo. [...] A moral sem preceitos deixaria a razão sem regras. A moral sem dogmas não seria mais do que uma justiça sem tribunais. (*O Carapuceiro*, nº 11, 11 abril. 1840)

A razão, base para a compreensão das ações cotidianas e dos fundamentos cristãos, sendo natural e originária da lei de Deus e presente no homem desde o nascimento teria meios de retirá-los da obscuridade e do caminho falso quando desviados do cristianismo, e quando ignorantes e supersticiosos sobre a ciência. Essa “razão cristã” favoreceria o entendimento racional das leis divinas e científicas, promovendo a condução da vida terrestre ao caminho do bem coletivo, do respeito aos direitos e propriedades e ao cumprimento dos deveres individuais perante a construção da nação.

Para ele, o uso da razão, no sentido desenvolvido pelos filósofos materialistas, era obra de homens que aspiravam desordens e caos na sociedade, pois ao elevarem o indivíduo como controlador e orientador de suas próprias ações, retirava-lhe a ideia de bem comum, uma vez que cada indivíduo agiria para a promoção de sua própria satisfação material e dos prazeres terrenos (*O Carapuceiro*, nº 25, 12 jul. 1837).

Lopes Gama fez distinção entre os “verdadeiros filósofos” e os tidos por “filosofantes”. O falso filósofo ou filosofante, o qual pregava o desapego dos

princípios religiosos e a destituição de Deus como o guia e controlador dos comportamentos, deixava manifesto o interesse de sustentar exclusivamente suas paixões terrenas, além de gerar uma desordem, o que nutria o interesse de um pequeno grupo social:

Uma coisa é a filosofia e outra é o filosofismo. A filosofia é como o está dizendo a etimologia do vocabulário, o amor da sabedoria, e da verdade, o filosofismo é o amor do falso, o amor do sofisma. O verdadeiro filósofo busca sinceramente a verdade, e muitas vezes, reconhece a franqueza de sua razão e a submete sempre à divindade. O filosofante, pelo contrário, só procura lisonjear as suas paixões, e para isto, põe a razão humana acima de tudo e pretende negar até a existência de Deus. (*O Carapuceiro*, nº 72, 28 jul. 1833).

Eram os filosofantes os disseminadores de ideias imorais, retirando do ente superior as penas e recompensas para recair sobre o próprio indivíduo a responsabilidade de discernir sobre suas boas ou más ações. Os verdadeiros filósofos, ao contrário, reconheciam a necessidade de um princípio etéreo que orientaria e conduziria os indivíduos ao caminho da felicidade. Somente a religião, a qual manda crer em certos dogmas essenciais e por em prática atitudes cristãs, poderia conduzir corretamente os homens aos desígnios do Criador:

Grandes homens, que fizeram longos estudos sobre a religião e a meditaram profundamente no retiro, e silencio das paixões, vieram por fim, concluir, que ela é infinitamente superior à nossa razão tão limitada e que cumpre adorá-la e segui-la com simplicidade de coração, descansando sobre a impenetrabilidade dos juízos de Deus. (*O Carapuceiro*, nº 83, 7 dez. 1837).

Lopes Gama deixou evidente que os interesses pessoais só poderiam ser controlados pelos olhos supervisores de Deus. Segundo ele, o pacto social e o contrato entre os indivíduos eram discursos filosóficos falsos, visto que a ligação humana nada mais é do que o vínculo estabelecido pela própria natureza divina. Já a “doutrina do interesse” era uma das causas dos horríveis males que aportavam na sociedade. Como ela não é uma lei, não possuindo, portanto, a autoridade de censura, tais discursos modelares e controladores das condutas humanas eram falhos:

Na doutrina do senso íntimo, da obrigação moral, o legislador é Deus, e consequentemente encerra a mais poderosa de todas as sanções. Na doutrina do interesse o legislador é o juízo de cada um, tão variável, tão incerto, tão despido de autoridade! O sectário da obrigação moral dirá: não furtos, porque um Deus que tudo vê te proíbe de furtar e te punirá irremissivelmente. O seguidor da doutrina do interesse dirá também: não furtos, porque o furtar é contra o interesse bem entendido e se o fizeres será castigado pelas leis penais, o que é certamente contra os seus interesses. No primeiro caso o homem disposto a furtar, curvará a cabeça e sem exame, abster-se-á de cometer o crime. No segundo, ele tratará de examinar se naquele caso o seu interesse é bem ou mal entendido. [...] Qual é o mais seguro princípio da Moral? (*O Carapuceiro*, nº 20, 24 jun. 1837).

A educação, portanto, deveria atuar no senso íntimo, com as ideias do justo e do honesto prevalecentes nas criaturas de Deus. Esses valores deveriam orientar o interesse “bem entendido” dos filosofantes. Uma das maneiras para que tais princípios inatos se tornassem presentes no cotidiano dos homens seria por meio do elo religioso estabelecido entre a criatura e o criador. O pensamento no coletivo, o dever e as obrigações naturais da convivência humana em sociedade, que por sinal, havia sido determinado por Deus, seriam orientados pela consciência, infundidos nos princípios da religião. Esse era o único caminho para compreensão da educação moral e política:

[...] em vez de dizer: o interesse bem entendido é a base de toda a moral e política deverão dizer: a base de toda moral e política é o senso íntimo, é o que se conforma com as eternas ideias do justo e do honesto, e tudo que se conforma com estas ideias vai de acordo com o interesse do bem entendido de todos os homens (*O Carapuceiro*, nº 20, 24 jun. 1837).

Essa crítica aos filósofos materialistas e ateístas, tidos como homens egoístas e aproveitadores, se estende por todo jornal como contraposição aos valores morais que desejava propagar. A formação de um novo homem, atento ao progresso industrial e cultural e ao mesmo tempo ligada a antigas práticas morais do período colonial, e as apresentadas pelas Sagradas Escrituras, alinharam o discurso progressista e reformador do padre-jornalista. Mas, quando se refere a essa aparente dicotomia entre progresso e retrocesso, é possível perceber que o ambiente intelectual da época favorecia a

contraposição entre o “velho” e o “novo”, entre aquilo que não deveria ser descartado e o que deveria ser modernizado.

Lopes Gama, envolvido nos acontecimentos de sua época, marcado pelo pensamento europeu do século XVIII, expôs o processo contraditório entre modernidade e o antigo sistema colonial. A irreligiosidade e a perda de espaço da Igreja nas decisões temporais e espirituais foram decisivas para o projeto reformador e educativo exposto *n’O Carapuceiro*. Era preciso agir antes que as ideias materialistas que circulavam no Velho Mundo firmassem definitivamente no Brasil e, assim, causassem revoltas que fragmentariam a unidade da recente nação. O espectro da Revolução Francesa e os terríveis males sociais, causados por essa revolta assombrava-lhe o ideal de nação:

Essas doutrinas do ateísmo e materialismo, essas doutrinas subversivas da religião e bons costumes deturparam e deitaram a perder a revolução francesa, aliais começadas sob os mais lisonjeiros auspícios, vulcanizaram as cabeças dos diferentes demagogos, desprenderam todas as paixões e santificaram os crimes mais hediondos e alagaram de sangue o país mais culto da Europa. E o que devemos esperar, que produzam no nosso Brasil? (*O Carapuceiro*, nº 72, 27 set. 1833).

A resposta a esse estado de coisas seria a formação de homens capazes de se orientarem frente as constantes investidas do pensamento secular e de uma ideia deturpada de progresso. A educação, portanto, preveniria os futuros problemas que tais ideias poderiam causar, moldando-os para a obediência à religião e às leis humanas. Para aquela geração que conduzia o Brasil, somente a reforma e o questionamento das más condutas não eram garantias de eficácia. Para educar tais homens, então corrompidos, seria preciso apropriar-se da estrutura repressiva do Estado Constitucional, isto é, de instituições e códigos criminais que de fato exercessem o controle social. Nesse ponto se viu a posição de Lopes Gama na elaboração de leis que punissem de fato os condenados, independente da classe social ou do cargo que ocupassem na estrutura administrativa do governo.

4.2. Libertar e moralizar: a escravidão e a educação da mocidade

O jornal *O Carapuceiro*, na visão de Mello, participou “alegremente a moda do jornalismo político”, indo além do caráter costumbrista amiúde analisado pela historiografia brasileira (MELLO, 1996). Nele, Lopes Gama pretendeu defender a continuidade dos privilégios reservados à elite, já naquele momento preocupada com o avanço das teorias políticas popularizantes. Observa-se no jornal o reconhecimento da importância do povo para o progresso material do Brasil, mas, permitir a participação popular na esfera política significava entregá-lo à anarquia e a desordem, as quais seriam empecilho às atividades do comércio e ao escoamento da produção agrícola.

Esse entendimento acerca do perigo da participação popular no âmbito do poder político e das decisões correlatas, fez com que Lopes Gama se dispusesse a preparar os brasileiros para a adoção das novas exigências trazidas pelo progresso por meio de princípios que resguardassem o papel preponderante da elite e a legitimidade da monarquia.

Junto ao clero brasileiro, os aspectos políticos sobressaíam às questões econômicas, mas isso não significa dizer que havia uma total ausência de questionamentos a respeito das medidas econômicas do governo imperial (AZZI, 1991). Para a realização das medidas liberais vigentes no ambiente clerical, o apoio das oligarquias foi imprescindível, muito embora comprometesse o amplo desenvolvimento das ideias democráticas que os entusiastas das rebeliões liberais possuíam, como por exemplo, João Ribeiro e Frei Caneca. Essa conciliação de interesses desempenhou um papel decisivo na manutenção do poder político e econômico nas mãos dos proprietários rurais e da camada social enriquecida com a atividade do comércio.

Como o direito político e o direcionamento da sociedade não poderiam ficar sob o controle do povo (libertos, mulatos, estrangeiros e mulheres), o discurso de liberdade civil tornou-se central no liberalismo expressado por Lopes Gama. Na sua concepção, os homens, criados essencialmente livres por Deus, deveriam produzir as condições vida, o que lhes permitiria a atividade pública e particular.

Para Lopes Gama, a adoção dos valores inerentes à ideia de progresso nacional, bem como a recuperação de hábitos e costumes dos “tempos de nossos pais e avós” eram necessários para que, de fato, ocorresse o desenvolvimento civilizado e apoiado nos princípios da religião. A natureza religiosa deste processo não deveria ser sobrepujada pelo industrialismo acirrado que transformava os homens em máquinas puramente para o consumo de mercadorias (*O Carapuceiro*, nº 41, 23 jun. 1838).

A promoção de um grupo social na condução do governo político e econômico do Estado, bem como a defesa dos interesses de tal grupo, pode ser encontrado nos diversos artigos do *Carapuceiro*, em especial, nos direcionados à educação da mocidade. Ao colocar-se como defensor de mudanças do comportamento individual, que via corrompido, Lopes Gama emitiu ideias que buscavam recuperar o passado religioso pautado num modelo de comportamento e de personalidades que valorizassem um estilo de vida disciplinado, obediente e desapegado dos prazeres terrenos, e um presente que adaptasse os interesses pessoais ao desenvolvimento do Brasil.

A atmosfera social vivenciada por Lopes Gama levou-o à difícil tarefa de recuperar o controle espiritual da Igreja Católica e de exercer o papel de disseminador de novos padrões de comportamento condizentes às virtudes burguesas. Diante disso, considerava imperativo substituir a indolência por uma cultura que engrandecesse o trabalho, justificando-o como promotor de riquezas individuais e coletivas consentidas por Deus, tal como predicava a sociedade burguesa.

Para tal empreitada considerou ser necessária a manutenção de alguns comportamentos harmônicos próprios à classe social dominante, como o pudor e recato, e também a naturalização de qualidades específicas ao homem burguês como o amor ao trabalho e à riqueza. O Brasil, portanto, não poderia manter uma cultura que estimulava o ócio, a imoralidade e a irreligiosidade, remanescentes do comportamento colonial e da entrada das filosofias materialistas.

A difícil tarefa de apresentar-se como jornalista liberal e ao mesmo tempo religioso, pareceu não incomodá-lo. No entanto, como liberal e, destarte,

defensor da liberdade individual e da propriedade privada⁵⁸, Lopes Gama fez apontamentos violentos sobre a organização econômica na qual o Brasil estava assentado sem, no entanto, apresentar ideias que pretendessem transformações radicais nessa esfera. Além disso, tocou em questões que na época pareciam prematuras, isto é, em ideias que mesmo aceitas por poucos indivíduos e divulgadas na imprensa, ainda careciam de um clima mental que atuasse em direção às suas concretizações. Uma dessas questões com grande peso nas propostas educativas de Lopes Gama era a escravidão.

Vista por ele como um dos males da imoralidade brasileira, a escravidão teve destaque na reforma moral delineada. Para a articulação e disseminação de concepções que inserissem o Brasil no caminho do progresso e da civilização, seu jornal buscou apontar o trabalho como essencial às relações cotidianas por meio de críticas à cultura africana, seus rituais, festejos e hábitos. Da mesma maneira, as contradições da época, como a adoção do ideário liberal e de preceitos religiosos favoráveis à manutenção da escravidão, foram expostas e questionadas, evidenciando a incompatibilidade dos discursos e das práticas sociais cuja preponderância do negro era manifesta no cotidiano dos brasileiros.

No seu entendimento os brasileiros não atingiriam o mesmo grau de desenvolvimento conquistado pelas nações avançadas se continuassem assentados no trabalho cativo e na imponderada influência dos escravos nas atividades cotidianas. Embora reconhecesse as diferenças sociais e morais entre os nacionais e os povos “civilizados” isso não o impediu de compará-los e buscar alternativas para o Brasil.

Ao se debruçar sobre os problemas decorrentes da imoralidade brasileira, responsabilizava o escravo para modificação da religiosidade e da moral. Para ele, a escravidão havia gerado um modelo comportamental que corrompera por séculos a conduta refreada e religiosa dos homens nobres, principalmente nas casas-grandes, onde a convivência diária com a escravaria os influenciava na adoção de falas, ritos, superstições e imoralidades sexuais.

As tentativas de combater a escravidão voltaram-se tanto para o âmbito dos comportamentos individuais, quanto aos comportamentos coletivos. Ela

⁵⁸ (*O Carapuceiro*, nº 40, 16 fev. 1833)

havia legado à sociedade atitudes de desprezo pelo labor que, naquele momento, despontava como fulcro à promoção da prosperidade. Para uma nação “industrial” e progressista, era imperativo que houvesse políticas públicas que direcionassem a mão-de-obra inativa para os mercados dominados pelos estrangeiros bem como para a agricultura, fortemente dependente dos escravos.

A independência significava o controle do Brasil pelos nacionais. Entretanto o domínio era estrangeiro no mercado de trabalho interno, além da abundante importação de gêneros de primeira necessidade que reduziam as chances dos brasileiros de ganhar o próprio sustento. Ao criticar a participação preponderante dos estrangeiros no comércio nacional afirmava que:

Demais a ampliar-se o privilégio do retalho a todos os povos com quem negociamos, o que seria dos nossos concidadãos pobres e dos nossos artífices? Os franceses já têm lojas de fazendas e casquilharias. Os portugueses concorriam aos bandos para porem tavernas de vinhos, paios, presuntos, cebolas [...]. Já a permissão de importar-se roupa feita e calçados tem reduzido a última miséria os nosso alfaiates e sapateiros, e se fosse possível entrarem por nosso porto gigos ou caixões de barba feitas, nem os nossos barbeiros teriam em que pudessem ganhar a vida. (*O Carapuceiro*, nº 30, 10 nov. 1832).

Da mesma forma que havia a defesa de oportunidades de trabalho assalariado aos homens livres, existia na mentalidade de grande parte dos brasileiros a associação do trabalho ao cativo e à escravidão. Acreditavam que outro modo de conceber o mundo precisava atingir todas as camadas sociais, substituindo a concepção negativa de trabalho por uma visão que o colocasse como fundamental ao desenvolvimento moral e material dos indivíduos. Buscaram, por conseguinte, retirar da mentalidade brasileira o comportamento colonial e explorador que insistia o povo em manter. Neste sentido, Lopes Gama entendia que:

Em um país como o nosso, onde tudo é feito à força do azorrague por braços escravos, forçosamente o trabalho manual cai em descrédito e tem-se por coisa vil. Nada mais direi a respeito da importação de africanos. O tempo, esse grande mestre das coisas humanas, e a futura geração fará ao presente à devida justiça. Entretanto, o certo é que no Brasil

ninguém quer dar-se a agricultura, ao comércio, as artes. (O *Carapuceiro*, nº 22, 15 jun. 1842).

O processo de valorização e estruturação do trabalho livre no Brasil esteve fundamentado num sistema econômico, político e cultural cujas características estavam articuladas à família patriarcal, a propriedade territorial e ao trabalho escravo. A mudança gradativa desse quadro exigiu a criação de um aparato moralizante, que enquadrava a aspiração por progresso nacional quando afetado por exigências que as nações europeias, sobretudo a Inglaterra, promoviam sobre a antiga colônia portuguesa, uma vez que os ingleses já davam indícios de não conseguir consumir a grande quantidade de mercadorias produzidas após a Revolução Industrial (KOWARICK, 1994) e se ressentiam de um mercado consumidor exíguo no antigo sistema colonial.

A representação do trabalho e sua valorização enquanto necessidade de sobrevivência foi construída ao longo do século XIX. Por meio da disseminação de novas práticas colhidas no continente europeu e da crítica sobre o ócio característico dos brasileiros, Lopes Gama e outros jornalistas da época, dentre eles o jornal *Aurora Fluminense* (1827-1839)⁵⁹, combatiam os comportamentos e as ideias que desviavam os nacionais dos propósitos do trabalho livre. Além da imprensa, as instituições escolares e religiosas buscaram discursar e justificar os códigos de condutas e ideários que, naquele momento, pareciam-lhes necessários à busca pela autonomia econômica do Brasil (COLBARI, 1995).

A motivação para o trabalho, criado pelo avanço das estruturas capitalistas, exigiu que modelos comportamentais e ideológicos peculiares à realidade brasileira fossem superados pela população, almejando a criação de uma imagem de trabalhador distinta daquela representação disseminada pela escravidão. Assim, os “vadios” e “marginais” encontrados à margem da sociedade deveriam incorporar um discurso que, subjacente à ideia de promoção individual e nacional, permitisse a entrada compulsória no mercado de trabalho.

⁵⁹ O jornal liberal moderado teve como redatores José Apolinário de Moraes, Francisco Valderato e José Francisco Sigaude. Evaristo Ferreira da Veiga. Circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1827 a 1839.

Dessa forma, era necessário cultivar uma cultura capaz elevar o trabalho à condição de desenvolvimento pessoal e coletivo, envolvendo práticas cotidianas que traziam o controle dos hábitos e das ações incoerentes a ordem social que se estruturava. Uma nova normativa social distinta dos padrões coloniais e com valores coerentes às condições históricas do início do século XIX precisava ser adquirida. Dos discursos religiosos e laicos foram utilizadas as prerrogativas necessárias ao estabelecimento de condições materiais e ideológicas favoráveis à entrada e permanência do trabalhador na esfera trabalhista (COLBARI, 1995).

Ao mesmo tempo, a história já havia demonstrado o peso de uma classe parasita aos Estados. Em determinado momento da história europeia, o absolutismo forneceu elementos necessários à formação e governo de uma classe desejosa de poder político e distinções sociais, mas em outro momento tornou-se um estorvo ao domínio e desenvolvimento produtivo. Viver unicamente de títulos e do trabalho alheio para permanecer no ócio não se ajustava ao progresso prometido pela ideologia liberal.

Nesse sentido, para Lopes Gama, a aristocracia, condenada por exaltação dos vícios e falta de méritos, deveria distinguir-se dos demais cidadãos pelos seus atos de nobreza e patriotismo, sendo útil à sociedade, pois “[...] o nosso século não tolera barões dos ferrenhos tempos do feudalismo. Hoje ninguém crê em pergaminhos, se estes não andam acompanhados do mérito real. Hoje só se quer quem seja útil a sociedade. Estamos no império do industrialismo” (*O Carapuceiro*, nº 4, 13 abr.1842).

Na primeira metade do século XIX se encontrava nos discursos jornalísticos a tentativa de criar condições necessárias ao trabalho dos brasileiros, embora o trabalho escravo ainda estivesse dominante na escala produtiva. O jornal *Diário Novo* (1844-1852)⁶⁰, em 1845 informava a intensa participação de estrangeiros no comércio de retalho, em detrimento dos brasileiros, desviando-os de seus ramos artísticos para a agricultura, com remunerações ínfimas, o que não lhes permitia o sustento de suas famílias.

⁶⁰ O jornal *Diário Novo* circulou em Recife (PE) entre os anos de 1844 e 1852. Auxiliou na articulação da Insurreição Praieira (1848), concentrando as publicações dos liberais Luís Inácio de Abreu e Lima, José Inácio de Abreu e Lima e Joaquim Nunes Machado. Devido à localização da tipografia na rua da Praia, o partido que articulou a insurreição recebeu o nome de Partido da Praia (CARNEIRO, 1960).

Para o fortalecimento econômico do Brasil o governo precisaria promover medidas que privilegiassem a produção de artefatos pelos próprios trabalhadores brasileiros. Conforme o redator, os artefatos que eram importados ou produzidos pelos “artistas” estrangeiros, retiravam tanto a ocupação dos brasileiros quanto comprometiam a produção da riqueza nacional:

É muito fácil dizer-se, e nós o havemos ouvido muitas vezes – o Brasil é um país agrícola: ai está a agricultura para ocupar todos os braços- mas revela advertir que, por ser um país agrícola, não se segue que todos se possam aplicar à agricultura, desviando-se daquele trabalho a que se tem aplicado, em cujo aprendizado tem gasto tempo, e para que tem adquirido alguma habilitação. O Brasil é um país agrícola; mas é também um país onde são empregados quase exclusivamente na agricultura braços escravos, e onde consequentemente o serviço do trabalhador agrícola, além de considerar-se nimamente aviltante, é o mais mal recompensado; [...] Condenar os artistas nacionais à mais miseráveis condição, para dar aos estrangeiros com que vivam comodamente, é a coisa mais desnatural que se pode imaginar. [...] é arrancar o pão aos filhos e deixá-los morrer à fome, para alimentar os que nem ao menos são enteados! (*Diário Novo*, s.n. 9 dez. 1845)

Anos antes, o jornal *Aurora Fluminense* discursava a favor da oferta de condições de trabalho aos nacionais. Embora reconhecesse os avanços e as contribuições realizadas por nações estrangeiras no desenvolvimento do comércio e na divulgação de ideias políticas, compreendia que o Brasil não poderia continuar sendo prejudicado. O coração dos estrangeiros não batia pela pátria e por isso “pode talvez não fazer grandes males positivos, mas neutraliza todo o bem” (*Aurora Fluminense*, nº 485, 16, mai. 1831). Justifica o redator que o comércio brasileiro deveria utilizar a mão-de-obra nacional, uma vez que igualmente competente aprenderia rapidamente os ofícios. Da mesma maneira que Lopes Gama, o redator desse jornal concluiu que a atenção ao trabalho contribuiria para a educação de homens ordeiros e progressistas, contrários a qualquer iniciativa de despotismo ou anarquia:

Se o corpo do comércio, numeroso nas cidades do litoral, formasse com os brasileiros uma massa compacta, se havendo

aqui nascidos os membros que o compõe, tomassem a parte que lhes cumpre nos nossos negócios, e o interesse que deveriam ter nas nossas instituições, poderíamos nos recluir tanto ou o despotismo ou a anarquia? Não. Esta classe é por sua natureza um baluarte seguro de liberdade, não tendo por um lado a ganhar nos abusos do governo, tendo por outro lado muito a perder nas comoções populares e na guerra civil. (*Aurora Fluminense*, nº 485, 16, mai. 1831).

Nesse discurso encontram-se alguns elementos importantes também encontrados n' *O Carapuceiro*. Num primeiro momento vê-se a promoção do ideal liberal, com a elevação da liberdade como característica da futura classe trabalhadora que, por estarem envoltas nesse ideal, representariam e atuariam com maior ênfase nas ações políticas e cotidianas da sociedade. Outro elemento importante e constante nos artigos de Lopes Gama, era o temor da desordem e da obtenção de títulos e riquezas por meio de rebeliões populares.

Para a análise das questões referentes ao trabalho livre no pensamento educativo de Lopes Gama exposto n' *O Carapuceiro* tornou-se necessário compreender, por meio de uma literatura específica, alguns momentos na história brasileira do século XIX. Esse período exprimiu as aspirações daqueles que ora criticavam a preponderância da escravidão como produtora da riqueza, ora defendiam-na como alicerce do progresso nacional. Esses apontamentos históricos justificam-se pela constante apresentação no jornal de fatos cotidianos que exprimiam as tentativas de burlar a proibição do tráfico negreiro, bem como das discussões referentes à substituição dessa mão-de-obra pelo trabalhador livre assalariado.

Embora seja incerto determinar a chegada dos escravos na América lusitana supõe-se que tenha ocorrida a partir do ano de 1538. A colônia portuguesa do Brasil, escassa de força de trabalho, se tornou uma das maiores importadoras de mão-de-obra escrava africana. O indígena, utilizado em regiões pobres, teve inexpressiva participação na exploração colonial, pois além de ser considerado como inapto ao trabalho exigido pelo colonizador, contavam com a preocupação evangelizadora da Igreja (BETHELL, 1976)⁶¹.

⁶¹ Calógeras, partilhando da mesma ideia de Bethell, afirmou que o emprego dos índios no trabalho, sobretudo agrícola, foi um desastre do ponto de vista utilitário. Para o autor, "De puro ponto de vista de negócios, a solução do índio provou má. Eram criaturas primitivas, filhas da selva e dos campos; não resistiam à vida em recintos fechados como eram as

Já os negros africanos revelaram-se mais aptos ao trabalho, pois muitos deles possuíam conhecimento dos metais, respeitavam tradições e sabiam utilizar instrumentos que facilitavam o trabalho (CALÓGERAS, 2009). No entanto, outro fator relevante auxiliou no predomínio da escravidão africana: o tráfico negreiro. O comércio interno de indígenas obstruía o lucro metropolitano conquistado pelo transporte e venda de negros. Como explicita Kowarick:

[...] o sistema colonial não criara apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. De fato, o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando, ao mesmo tempo, vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando, sem maiores problemas, a reprodução do estoque de cativos na Colônia. (KOWARICK, 1994, p. 22).

Desde o princípio, a exploração colonial teve a função de obter em grande escala produtos tropicais destinados principalmente a alimentar os centros metropolitanos e as expansões capitalistas. Nesse objetivo, o trabalho escravo era na época um meio viável e lucrativo ao capital. Os poucos homens livres que aportavam no Brasil contavam para sua sobrevivência com os recursos naturais obtidos nas terras a eles ofertadas (KOWARICK, 1994). Além disso, a vinda de estrangeiros para exploração da colônia exigiria uma viabilização econômica capaz de oferecer bons salários a todos que se arriscassem a trabalhar nas inóspitas condições materiais brasileiras.

A escravidão dos africanos, altamente rentável aos portugueses, despontou como um meio de prover a necessidade de mão-de-obra quase ausente no Brasil (BETHELL, 1976). Era necessário aportar homens e mulheres que pudessem além de gerar lucros à metrópole e conduzi-la ao controle político dificultado pelas invasões e guerras, produzir mercadorias necessárias ao mercado europeu, sobretudo, o açúcar. O tráfico negreiro tornou-se num primeiro momento uma das principais atividades comerciais de

casas dos brancos, nem ao esforço contínuo, aturado e duro do trabalho de culturas à moda europeia ou de indústrias de engenho. Morriam aos magotes, quando escravizados. Muitos se suicidavam. A maioria evadia-se para as florestas. Em menor número, iludidos e presos pela astúcia do colono, perdiam todo estímulo e permaneciam no cativeiro; nele não tinham vida longa, vítima indefesa do sarampão, da varíola, de bebida, do ar confinado, fatores de rapidíssima eliminação (CALÓGERAS, 2009, p. 32).

Portugal e da Holanda, e após a guerra holandesa, o tráfico tornou-se uma das principais atividades inglesas⁶²:

O tráfico é, assim, um complemento da expansão manufatureira europeia: ela se fará tanto mais rápida quanto mais as áreas produtoras repousarem no escravismo. O alvorecer do capitalismo, assim, exige a manutenção das áreas coloniais como escravistas. O desenvolvimento capitalista posterior exigirá a suspensão do tráfico negreiro e do trabalho escravo. (SODRÉ, 1976, p. 21).

A escravidão justificou-se desde o início da colonização portuguesa, por argumentos de natureza religiosa, proclamados pela Igreja e adotados pelo Estado. Acreditava-se que os mercadores e compradores de escravo realizavam uma atividade missionária ao trazer os negros para terras cristãs. O contato com a Religião os retiraria da ignorância e da superstição, abrindo portas para o caminho da salvação eterna (AZZI, 1991). Essa ideia exprimia o domínio exercido pela Igreja no cotidiano dos brasileiros e, ao referendar a escravidão como necessária à salvação, aliou-se aos anseios econômicos e políticos daqueles que buscavam conduzir o Estado:

A Igreja bem cedo estabeleceu um compromisso entre escravidão e cristianismo, encontrando na tradição ocidental os argumentos para justificar a escravidão de negros. Durante o período colonial, a teoria da 'guerra justa' forneceu a base lógica para a escravidão: aqueles que se opunham ao cristianismo mereciam ser escravizados. Num mundo governado pela Providência Divina, a escravidão era uma punição para o pecado: os negros deviam pagar por transgressões presentes ou passadas. A Igreja limitava-se a recomendar benevolência para o senhor e resignação para o escravo. (COSTA, 1977, p. 218).

A entrada do ideário revolucionário francês no Brasil questionou os antigos privilégios que organizavam a estrutura social brasileira. A contradição entre liberdade e opressão foi aos poucos sendo desvelada por aqueles que se

⁶² De acordo com Furtado, a participação dos holandeses no mercado de açúcar foi fundamental para a colonização brasileira. "Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar" (FURTADO, 2000).

identificavam com a organização burguesa, possibilitando o questionamento das antigas conjunturas econômicas e filosóficas do período colonial. A escravidão passou a ser vista tanto por liberais quanto por moralistas e religiosos, como responsável pelos males sociais e econômicos e, portanto, incompatível ao programa libertador do cristianismo (AZZI, 1991).

Alguns homens compreenderam a contradição existente entre o trabalho escravo, o ideário liberal e as concepções religiosas, como o missionário capuchinho italiano, frei José de Bolonha⁶³. Os discursos libertários de muitos políticos e religiosos e da massa popular no início do século XIX expressaram a contradição do próprio sistema econômico. Entretanto a expansão dessas ideias e a busca indiscriminada por riqueza representaram mais uma barreira a ser quebrada por aqueles que desejavam a manutenção da ordem escravista.

No entanto, durante o século XIX, predominou os interesses econômicos dos senhores de terras e escravos, muito embora estivessem sempre agitados pelas constantes investidas abolicionistas dos países europeus, sobretudo da Inglaterra.

Familiarizados com as ideias liberais muitos, intelectuais pertencentes aos altos estratos sociais exprimiram o desejo da supressão do trabalho escravo e defenderam a instalação do trabalho livre. Entre eles, Hipólito José da Costa, Severiano Maciel da Costa e José Bonifácio. Esses e outros intelectuais compreendiam que a nação brasileira, a caminho da independência e da consolidação dos ideais liberais, estaria em contradição com a prática escravista quer pelo aspecto econômico, quer pelo moral (COSTA, 1982). Embora se posicionassem favoráveis à abolição da escravidão e à substituição da força escrava por trabalhadores livres, diziam que este processo deveria ser lento e progressivo, pois acreditavam que uma abrupta ruptura poderia causar grandes prejuízos individuais e coletivos⁶⁴.

⁶³ Azzi relata as discussões entre as autoridades políticas e religiosas sobre o comportamento e as possíveis consequências do questionamento realizado pelo frei José Bolonha no final do século XVIII. Ao denunciar a imoralidade do comércio de escravos e da ilegitimidade das capturas como contrário aos ensinamentos religiosos, o arcebispo da Bahia Fernando José de Portugal, o suspendeu das atividades ministeriais e solicitou que o frei retornasse para a Europa alegando que sua presença poderia contaminar as consciências e retirar a tranquilidade necessária à ordem. A religião somente era válida quanto corroborava a sustentação do edifício ideológico do Estado, pois, ao questionar suas bases produtivas e as ideias que o legitimava, estaria questionando o próprio sistema colonial (AZZI, 1991).

⁶⁴ Durante a constituinte brasileira, José Bonifácio buscou solucionar “o problema do tráfico”

A abertura dos portos em 1808 por d. João VI não modificou o modo de produção dominante na sociedade brasileira. O escravismo continuou sendo a base da economia brasileira, mesmo após a proibição do tráfico negreiro em 1850. Mas isso não significa que durante o período imperial não tenha ocorrido mudanças na organização econômica da sociedade. A independência permitiu que o aparato governamental fosse instalado no Brasil, contribuindo para a criação de órgãos e legislações que buscaram o desenvolvimento econômico.

Além disso, o desligamento político possibilitou que as transações comerciais deixassem de ser mediadas pelos lusitanos, gerando lucros diretos aos comerciantes e produtores brasileiros. Durante as fortes pressões contra o tráfico de escravos, o comércio direto desempenhou importante papel no barateamento dos produtos nacionais e na expansão dos centros comerciais, fornecendo um novo fôlego à manutenção da escravidão (GORENDER, 2004).

Os tratados comerciais estabelecidos entre Portugal e Inglaterra já davam indícios da incompatibilidade do sistema escravista com os moldes da sociedade capitalista industrial em marcha. Anterior à vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1807, a Inglaterra exigiu o estabelecimento de um tratado que, após a chegada da corte Portuguesa, estabelecesse cooperação mútua entre as nações, vislumbrando, gradualmente, a abolição do comércio de escravos (COSTA, 1982).

Em 1815, no Congresso de Viena, Portugal ficou proibido de comercializar escravos ao norte do equador e, em outro momento, outra data finalizaria esse comércio. Resistir às pressões inglesas significou defender além dos interesses particulares dos proprietários de terra brasileiros, os interesses metropolitanos em uma fase em que este comércio ainda era rentável (SODRÉ, 1976).

Por mais que o discurso moralizante e religioso a favor da liberdade dos escravos professado por clérigos estivesse presente nas primeiras décadas do século XIX, a ideia da escravidão como um mal necessário prevaleceu. A força

com a criação de um projeto que propunha sua extinção após 50 anos da aprovação da lei. Mas, como salienta Sodré “[...] o trabalho escravo persistiria, limitado apenas por dispositivos que atenuariam a crueza do regime e facilitariam a libertação individual, pelo sistema de alforria, isto é, com indenização pelo escravo ao senhor, comprando aquele a sua liberdade. Não se negava, portanto, o direito de escravizar” (SODRÉ, 1974, p. 53). No entanto, esse projeto não foi adiante.

de trabalho da economia brasileira dependia quase que exclusivamente da mão-de-obra escrava. Conforme os censos demográficos da época, na metade do século XIX o Brasil contava com aproximadamente 2 milhões de escravos, traficados da costa africana. Devido às precárias condições de vida, (alimentação deficiente e a intensificação do trabalho após a proibição do tráfico) o desgaste físico na população escrava elevou a taxa de mortalidade, reduzindo ainda mais a natalidade (BETHELL, 1976).

Os inúmeros acordos e tentativas de romper com o tráfico negreiro, proibido desde a aprovação da Lei de 1831, sucumbiram diante de uma classe senhorial apegada à exploração da mão-de-obra escrava. Não somente os senhores dependiam desse tipo de trabalho, homens livres, comerciantes e religiosos, por exemplo, possuíam escravos que realizavam as tarefas diárias ou trabalhavam para custear a sobrevivência de seus donos⁶⁵.

Não obstante, as pressões inglesas para o término do tráfico de escravos suscitaram questionamentos por todo Império. Acreditaram que as investidas humanitárias da Inglaterra não passavam de hipocrisia, uma vez que os representantes ingleses no Brasil contavam com a ajuda de escravos. Além disso, entenderam que subjacente a esse discurso os ingleses pretendiam prejudicar economicamente o Brasil (BETHELL, 1976). Embora reconhecessem a dificuldade de suprimir o tráfico negreiro devido, sobretudo, à dependência da mão-de-obra escrava na agricultura e nas atividades domésticas, os ingleses continuaram pressionando o governo brasileiro para combater as embarcações que comerciavam escravos.

Ciente dos problemas da sua época, isto é, da competição inaugurada entre as nações desenvolvidas, Lopes Gama alertava aos nacionais sobre os tratados entre Brasil e Inglaterra. Diante da diferença entre essas nações, dizia que somente os ingleses tiveram vantagens pois, contando com grande aparato marítimo e comercial, buscavam dominar os mares, “todos os rios, cabos e estreitos” e “monopolizar o comércio de todas as nações” (O

⁶⁵ Ao questionar a validade das propostas republicanas no Brasil, Lopes Gama relatou a intensa presença do escravo nas atividades cotidianas de seus donos. O trabalho, fundamento do regime republicano, dispersava-se na ociosidade da classe pobre brasileira, pois “basta que qualquer camponês possua um triste escravo para entregar-se ao ócio tirando ou extorquindo do infeliz, e à força de sevícias a minguada e mísera existência (O *Carapuço*, nº 29, 16 ago. 1834).

Carapuceiro, nº 29, 9 jul. 1842). Para que o Brasil não fosse “facilmente subjugado”, acreditava que o governo e os brasileiros deveriam questionar as políticas inglesas, cujas intenções eram claras para Lopes Gama:

Finalmente a política inglesa pretende suplantar a nossa agricultura em benefício das suas colônias e o seu principal meio é tirar-nos os braços. Ela conhece perfeitamente que a lavoura do Brasil não pode repentinamente dispensar o serviço dos africanos sem cair em total ruína. Dai, pois é que provém o empenho, o afã com que trabalham pela absoluta privação do tráfico. Em suma os filantropos ingleses não sofrem que o Brasil se sirva com escravos. E por isso quantos apanham, tantos conduzem às suas colônias para trabalharem forçadamente e sob os mais duros tratamentos, mas todo libertos! Grande é sem dúvida, a humanidade da Grã-Bretanha! Eu creio que não há um só desses africanos libertos pela humanidade britânica, e conduzidos para as colônias inglesas, que no caso de poder fazer a comparação, não preferissem a essa liberdade irrisória do cativo do Brasil. (*O Carapuceiro*, nº 29, 9 jul. 1842).

Foram diversos os obstáculos na execução da lei de 1831. Os traficantes burlavam a fiscalização com artifícios que variavam entre a troca de bandeiras dos navios, o desembarque em praias remotas e o pagamento de gratificação aos fiscalizadores, além de contar com a proteção do contrabando pela população. Embora o número de escravos tenha crescido ao longo dos anos seguintes, um ambiente de desvalorização de tal atividade estava criado. Ilícito, o tráfico foi utilizado nas disputas políticas e nas acusações entre os grupos de oposição (COSTA, 1982).

A supressão total do tráfico de escravos fora conseguido somente em 1850, quando o governo brasileiro pressionado pelos ingleses empenhou-se em impor penas mais severas aos traficantes. Considerados naquele momento como piratas, os traficantes seriam punidos e suas mercadorias devolvidas ao lugar de origem. Entre os anos 1850 a 1888, diversas leis foram postas em votação na Câmara e no Senado. Muitas engavetadas ou suprimidas ao longo dos anos, retornaram com toda força nas décadas de 1860 e 1870, dentre elas o decreto que libertava os escravos designados ao Exército (1866) e a lei do Ventre Livre elaborada (1871) (COSTA, 1982).

A partir das primeiras décadas do século XIX foram observadas tentativas de preparar a população às novas tendências produtivas mundiais

por meio da denúncia dos prejuízos causados pela entrada e permanência dos escravos no Brasil. Compreendia-se que era necessário instruir e formar novos homens que reconhecessem a escravidão como economicamente inviável e contrária a moral e aos bons costumes da sociedade brasileira.

O já citado jornal *Aurora Fluminense* traduzia essa questão. Seus redatores empregaram esforços para persuadir seus leitores contra os males da escravidão. A sessão “Programa”, de 14 de fevereiro de 1834, escrita pelo liberal Evaristo Ferreira da Veiga, anunciou um prêmio de 400\$000 oferecido pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência no Rio de Janeiro, para aquele que apresentasse uma “memória analítica acerca do tráfico de escravos africanos”. Essa memória deveria compreender os seguintes pontos:

1º Mostrar a odiosidade toda de semelhante comércio, refutando os sofismas com que usam defende-lo os seus apologistas. 2º Exender os meios por os quais a introdução de escravos africanos pode ser suprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares quer admitindo máquinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indiretamente remove-los das cidades para os campos. 3º Notas detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos, forçados ao trabalho. 4º Finalmente, fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos africanos exerce em os nossos costumes, civilização e liberdade. (*Aurora Fluminense*, nº 881, 14 fev. 1834).

Esse trabalho, segundo Evaristo da Veiga, demonstrava a preocupação da Sociedade Defensora em proteger os princípios morais e patrióticos do Brasil por meio do incentivo à reflexão, à persuasão e à mudança das atitudes cotidianas. Percorreu essa mesma linha *O Carapuceiro*, que chegou a reproduzir trechos deste jornal (*O Carapuceiro*, nº 49, 2 nov. 1839).

Esse debate apresentou a necessidade da substituição da mão-de-obra escrava por homens livres. No entanto, os nacionais marcados pelo peso e pela imagem da escravidão de três séculos, desvalorizavam o trabalho. Como lembra Kowarick, o trabalho disciplinado exigido pelos senhores estava baseado na dominação, obediência e lealdade. Esse trabalho ligado aos laços do cativo expressava na mentalidade dos homens livres uma degradada existência:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela ‘escola do trabalho’, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. [...] o trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Não poderia ser diferente numa ordem em que o elemento vivo que levava a diante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha de onde morar ou quando e quanto deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda a sorte de violências, mais das vezes morria em cativeiro. (KOWARICK, 1994, p. 43-44).

Com a proibição do tráfico em 1850, a escassez de trabalhadores qualificados para a lavoura passou a exigir soluções outras. A população livre, considerada como desqualificada para o trabalho agrícola, na sua maioria concentrava-se no campo, adotando no cultivo dos gêneros de subsistência técnicas rudimentares, pouco produtivas e rentáveis. Esse quadro dificultava a organização de trabalhadores que pudessem se deslocar às grandes propriedades, exigindo a vinda de imigrantes europeus (KOWARICK, 1994).

Junto à importação de mão-de-obra europeia houve tentativas de criar um ambiente favorável à inserção dos brasileiros no contexto trabalhista por meio de discursos jornalísticos e políticos. Apesar de os escritos de Lopes Gama n’*O Carapuceiro* não se direcionarem ao “povo ignóbil”, o apelo à oportunidade de trabalho foi constante, pois acreditava que o labor possuía função civilizatória na medida em que reprimia as paixões humanas. O redator insistia que os governantes deveriam fornecer à população pobre os meios necessários a sobrevivência, retirando-os da ociosidade dominante e dos tumultos causados pela vadiagem:

Um dos nossos mais respeitáveis provérbios é aquele que diz ‘A ociosidade é mãe de todos os vícios’. O homem, que vive do seu trabalho, comércio ou indústria, é por via de regra cidadão pacífico, respeitador das leis e por consequência, tão útil a sociedade como à sua família. O ocioso, pelo contrário, vive quase sempre inquieto, nada o contenta, não há Governo que lhe agrade, e por isso quer manter-se e galear-se sem trabalho, aspira às revoluções, deseja o transtorno da ordem [...] Qual é

o motivo porque todas as sedições, chamadas agora de rusgas, que aqui tem havido, são formadas no Recife ou em algumas vilas. Claro está que é porque nestes lugares, por mais populosos, apinham-se muitos calaceiros e vadios, o que não acontece pelos campos, cujos moradores, ocupados pela maior parte nos inocentes e agradáveis desvelos da agricultura, não lhes sobre o preciso tempo para papaguearem em política e arquitetarem revoluções. (*O Carapuceiro*, nº 2, 14 abr. 1832).

No artigo em que condena o vadiismo, e coloca-o como “vício dominante do nosso Brasil” é visível o apelo à educação da mocidade como condição fundamental ao progresso material e espiritual da sociedade. Importava alcançar meios para evitar que a massa manipulável, o povo, se envolvesse na organização de conflitos e nas “paixões criminosas”. Nesse sentido afirmava que a difusão do “amor ao trabalho” ao povo dificultaria a criação de fins inúteis e no envolvimento em rebeliões que visavam desestabilizar o governo imperial:

A alma humana é de uma atividade prodigiosa. Se não ocupamos os pensamentos em coisa úteis, ele vagueará em objetos fúteis e dará alimentos às paixões criminosas, e daqui o nunca desmentido prolóquio que a ociosidade é a mãe de todos os vícios. Se uma educação bem dirigida em infundir em a nossa mocidade o amor do trabalho, se boas leis policiais espancarem o vadiismo, então, e só então, poderá o nosso Brasil contar-se por bem morigerado e próspero. (*O Carapuceiro*, nº 18, 17 jun. 1837).

Na visão de Lopes Gama, o incentivo ao trabalho realizado pela educação desde os tenros anos formaria homens laboriosos e aptos a produzirem os bens necessários à sobrevivência e ao conforto, desonerando o Estado das preocupações com essa classe. Justificava que assim como os animais que produziam os bens para a sua existência, os homens dotados de racionalidade ofertada pelo Criador deveriam livrar-se do ócio construído pelos homens.

Como se pode ver, a religião fornecia explicações necessárias às questões que nortearia o povo. Os intelectuais do século XIX, sem clareza das conjunturas históricas que forneciam fundamentos ao trabalho escravo, procuraram utilizar argumentos religiosos para justificar a necessidade do

trabalho. Apresentaram a indolência e a vadiagem como antagônicas aos desejos divinos, ou seja, como atitudes contrárias à prosperidade espiritual prometida por Deus. Desse modo, era imprescindível a qualquer sociedade progressista uma população disciplinada ao trabalho e confiante na sua função civilizatória.

O debate em torno do trabalho escravo percorreu todo século XIX. Como parte integrante desse movimento, *O Carapuceiro* deixou informações valiosas sobre as condições do trabalho escravo e as consequências que essa mão-de-obra acarretava na sociedade. Ao compreender a escravidão como empecilho ao progresso da civilização, da indústria e da moral, Lopes Gama descreveu a influência dos negros na educação da mocidade e as atitudes de senhores de engenho com o escravo, os quais eram a força motora que impulsionava a riqueza e o progresso da nação.

Além de responsabilizar o escravo pela ociosidade dos brasileiros, Lopes Gama considerava que o desinteresse pelo trabalho também era consequência da grande extensão do território e da abundância e fertilidade das terras. Via que a generosidade da natureza brasileira facilitava o encontro “com que matar a fome”, criando homens pouco habituados ao trabalho, os quais sobreviviam com quase nenhum conforto. Era forçoso, por ele, valer-se de argumentos que exaltassem as qualidades dos “homens laboriosos” e divulgasse que todo esforço realizado em prol da sobrevivência fornecia recompensa, seja ela na vida terrena ou na vida eterna. A religião, juntamente com a ideologia liberal, apresentava à sociedade o trabalho como condição de aprimoramento moral e uma vida futura e, em especial, como forma de conquistar o progresso individual e coletivo:

‘Comerás o teu pão com o suor do teu rosto’ foi preceito imposto pelo Criador à nossos primeiros pais, e a toda a sua descendência, como um dos castigos da culpa original, donde se segue que o trabalho é de preceito divino. Mas o vadiismo diz o contrário ‘Comerás e passarás regaladamente à custa do suor alheio’. O trabalho é a grande mora de toda a natureza vivente. Tudo está em movimento e atividade: os animais nos seus bosques procuram a vida cuidadosamente. Muitos aplicam a astúcia, uns sobem-se às árvores para lhes colherem os frutos, outros escavam a terra, e ali descobrem o sustento, e as aves aquáticas são insignes mariscadeiras. Só o homem

passará os seus dias na indolência de Epicuro? Que desgostosa vida! (*O Carapuceiro*, nº 18, 17 jun. 1837).

Todos querem “comer, beber, vestir, galear, gozar, aspirando sempre do bom ao melhor”, discursava Lopes Gama, porém nem todos os homens agiam da forma necessária e lícita para isso (*O Carapuceiro* nº18, 17 jun. 1837). Acreditava que ao se aproveitar das circunstâncias ilícitas para o sustento ou o luxo, os homens contribuíam para a imoralidade e a perpetuação da corrupção e da desordem. “Cada qual com a sua profissão”, dizia Lopes Gama, mas o que fazer com aqueles que desprezavam o trabalho?

Era imprescindível apresentá-los aos benefícios que o trabalho originava no âmbito material e moral. A caricatura grotesca do homem e da mulher ociosa esboçada em muitos números do jornal pleiteava reflexões e mudanças de atitude perante a realidade que batia à porta. As alterações na vida cultural e religiosa dos brasileiros, e a instituição de um novo regime político exigiram um novo modo de ser, tanto nas relações cotidianas quanto nas atividades trabalhistas. Para ele, os braços escravos davam sinais que iriam sucumbir e sua substituição parecia inevitável. Os clamores contrários à escravidão apareciam sempre para abalar as bases da sociedade brasileira, expondo a incoerência entre ociosidade e a escravidão.

Entretanto, mesmo compreendendo a importância da escravidão para o desenvolvimento econômico do Brasil Lopes Gama advogou a favor da libertação dos escravos, sem, contudo, ter como objeto central a “causa humanitária”. Ao contrário, para ele, era forçosa a substituição do trabalho compulsório pelo trabalho assalariado, já que os hábitos, os costumes e os cultos trazidos pelos africanos comprometiam uma educação abalizada na religião e na moralidade.

Reconhecendo a dificuldade de expropriar abruptamente a agricultura da força escrava, Lopes Gama defendia a gradual libertação dos escravos, aumentando progressivamente a utilização da mão-de-obra nacional e europeia. Os imigrantes trariam os conhecimentos que foram acumulados durante a vivência na Europa, contribuindo para o progresso, sobretudo no campo e nas indústrias (*O Carapuceiro*, nº 42, 27 set. 1837).

Como leitor dos clássicos da economia política, Lopes Gama fundamentou suas asserções sobre o trabalho principalmente em Adam Smith e em seus discípulos. Embora reconhecesse e partilhasse da opinião de que o trabalho é “motor geral de todas as relações da organização social”, e fonte de toda riqueza individual e coletiva, Lopes Gama atribuía novos aspectos de cunho religioso. Compreender o trabalho somente como meio de satisfazer as necessidades materiais promoveria “[...] precisões fictícias, nas superfluidades e nos gostos estragados, e assim cai na corrupção, no excesso do luxo e da miséria” (*O Carapuceiro*, nº70, 16 dez. 1837). A filosofia cristã permitiria a revelação do verdadeiro valor do trabalho.

Sem retirar os “méritos e a valiosíssima contribuição” dos economistas políticos ingleses, mormente Smith, Lopes Gama buscou demonstrar que o trabalho como fonte para a subsistência, era proveniente da Religião. Lembrou que Deus, ao se ofender com as más ações da criatura, condenou-as ao trabalho, estabelecendo tanto a função de prover os bens de precisão quanto um forma de aumentar a “dignidade e o valor moral”. O trabalho manual seria a primeira etapa pelo qual os homens deveriam percorrer para gozar, no futuro, as possibilidades de elevar o intelecto às causas mais nobres. Estando em condições de viver de suas indústrias ou dos bens familiares herdados, o indivíduo que direcionasse sua inteligência ao aprimoramento pessoal e, conseqüentemente, a adoção de práticas condizentes as leis morais estariam contribuindo, por meio de seu exemplo e da caridade, com o progresso material e espiritual dos seus concidadãos:

Estas duas ordens de trabalhos estão em perfeita relação com as suas naturezas do homem que é uma inteligência envolta em uma casca material e servida por órgãos físicos. De uma parte o trabalho material ajuda-o a satisfazer as precisões do ente terrestre, de outra o trabalho da inteligência favorecem o pendor natural do ente espiritual a chegar-se progressivamente à sua origem, e a elevar-se para a religião donde foi precipitado. Mas seja qual for a natureza do trabalho imposto ao homem, concebe-se bem, que não pode sem falar ao seu princípio deixar de ser dirigido ao seu destino religioso. O trabalho por não tem outro objetivo verdadeiramente útil senão satisfazer as precisões reais do homem ou aumentar-lhe a dignidade e valor moral. (*O Carapuceiro*, nº 16, 25 dez. 1837).

Encontra-se no discurso de Lopes Gama características intrínsecas à mentalidade aristocrática e conservadora da sociedade brasileira de então. Ao defender o controle político e econômico pelos “homens mais capacitados”, já que seu interesse parecia ser unicamente a ordem e o progresso, recusou a participação do povo liberto nos direcionamentos políticos. Devido às condições históricas da época, em nenhum momento desenvolveu um discurso que propusesse a capacitação dos escravos para compor, ao menos, a massa de trabalhadores livres.

Desse modo, pode-se observar que, subjacente aos discursos favoráveis aos escravos, havia contradições inerentes ao momento histórico brasileiro. Embora apregoasse a equidade civil entre homens livres e escravos como fundamento de uma sociedade liberal e igualitária, nas entrelinhas considerava os escravos como inferiores ao restante da sociedade, visto que as condições vivenciadas na África e depois no Brasil, não haviam fornecido meios para serem homens instruídos, educados e religiosos.

Assim, ao buscar uma igualdade ou ao menos tolerância para com os escravos, reproduziu o mesmo apelo religioso apontado no período colonial aos senhores e proprietários de escravos. Acreditava que o zelo e condições mínimas de existência fornecidas pelos senhores, repercutiriam em maior controle e indivíduos mais dóceis e educados. Mas, ao afirmar “Não ser nivelador”, Lopes Gama buscou deixar clara a diferença entre homens livres e escravos, e entre a elite e povo no contexto da sociedade brasileira da época.

Nas descrições pormenorizadas sobre o ambiente social e as festividades muito comuns em sua época, reconheceu o desperdício e a ostentação praticados nas casas-grandes. Sem se posicionar contra as reuniões, somente contra os excessos, como gostava de afirmar, descreveu a forma como eram tratados os “serviçais”. Enquanto nos casarões os senhores se alimentavam de “vitelas, gordos porcos, perus e galinhas”, na “triste senzala” a comida dos escravos não passava de “pequena ração de farinha e da isca de carne seca ordinariamente da pior que se vende nos armazéns!” (*O Carapuceiro*, nº 13, 24 fev. 1838). A apresentação desse quadro objetivava promover reflexões, uma vez que a permanência desses atos poderia colocar em risco o controle dos escravos, e, portanto, poderia criar motivos para afronta e mal-estar entre os senhores e cativos:

Não me saltem já pela proa alguns agastadiços tirando das minhas palavras conclusões disparatadas que nelas não se contêm como que eu quero que tratem os escravos a fiambre, pudins a empadas e tortas e que os senhores os ponham a sua mesa para fazer participar dos banquetes. *Est modus in rebus*. Bem longe estou de ser nivelador, mas o que desejara é que nesses dias de bródio, nesses dias de tanta sobejidão de gulosinas, se melhore alguma coisa também da mesquinha ração dos escravos, porque são estes verdadeiramente os que carregam com todos os trabalhos e fadigas, são este que enriquecem os seus senhores e justo é, que ao menos em ocasiões desses festins, eles (coitadinhos!), também se regozijem e participem de alguns sobejos da mesa de seus senhores. Conheço alguns destes, que assim o praticam, e dão se muito bem com a receita, pois ninguém possui escravos mais luzidos e mais morigerados. (*O Carapuceiro*, nº 13, 24 fev. 1838).

Ora, o cuidado com os escravos e as preocupações com as circunstâncias em que viviam faziam parte de um discurso que visou o ordenamento social e o controle da massa, a qual a todo o momento surgia como um espectro de levantes e de agitações. O grande número de escravo continha, segundo ele, “o germe fecundo de horrorosas revoluções” (*O Carapuceiro*, nº 20, 30 mai. 1839), e a qualquer momento forçaria rebeliões contra o sistema, como foi o caso da revolta de São Domingos (1791-1804)⁶⁶ (*O Carapuceiro*, nº 10, 2 mar. 1839).

Dessa forma, a luta contra o tráfico de escravos era constante nos seus escritos. O grande número de escravos trazidos ao Brasil mesmo após a proibição de 1831 decorria, ironizava Lopes Gama, da esperteza característica dos brasileiros. Dizia, com sarcasmo que como não havia mais quem comprasse os “nossos semelhantes”, os brasileiros deram início a importar novos “artigos” da África. Severos respeitadores da lei, os brasileiros haviam cessado o comércio da “carne humana”, mas, com os progressos dos estudos químicos e da economia política, descobriram “um ramo de comércio tanto ou mais lucrativo que aquele”, ou seja, os navios que aportavam no Brasil traziam uma mercadoria pouco conhecida e pouco abundante: pipas de água salgada (*O Carapuceiro*, nº 36, 19 ago. 1837).

⁶⁶ Também conhecida como Revolução Haitiana, a Revolta de São Domingos ocorreu entre os anos de 1791 a 1804. Promoveu a libertação dos escravos, a independência, instituindo a primeira república governada por aascendentes africanos (FONTELLA; MEDEIROS, 2007).

Como destacou Bethell, na tentativa de burlar as fiscalizações e prosseguir com o tráfico de escravos diversos navios declaravam portar mercadorias próprias da costa africana (BETHELL, 1976), dentre elas, as pipas de água salgada. Buscando denunciar os abusos cometidos nos portos brasileiros, em particular, em Pernambuco, Lopes Gama satirizou esse novo ramo comercial ao questionar o préstimo e a estima que tal mercadoria poderia fornecer aos brasileiros: “Terá virtude particular para umedecer e renovar a carne seca, afim de melhor acudir ao peso, e, por conseguinte muito estimada desses armazéns?” (*O Carapuceiro*, nº 36, 19 ago. 1837)

Que descoberta, amigo e Sr. meu, que descoberta! Cá os nossos químicos ou alquimistas deram quinau nos Snrs. Ingleses, porque que importa que estes andem cruzando os mares para embaraçar o tráfico de escravaria, se não podem embaraçar a exportação e importação, d’água salgada d’Angola, a qual os nossos pelotiqueiros sabem transubstanciar em escravos novos? E que belos pretinhos, todos da natureza de Vênus (Dizem que esta deusa nasceu da espuma do mar). Pode haver coisa mais licita? Não se quebrantam os tratados, não se infringem as leis, porque comerciamos na compra d’escravos novos. Permutamos sim os nossos gêneros por água salgada d’Angola, água prodigiosa, que passando por várias operações dos nossos bons químicos toda se converte em molequinhos, em negrinhas! (*O Carapuceiro*, nº 36, 19 ago. 1837).

Esse episódio apresentado de forma chistosa demonstra tanto a ininterrupção do tráfico de escravos quanto a manutenção da dependência escrava pela economia brasileira. No início da colonização do Brasil, a força escrava parecia-lhes essencial à produção de excedentes mandados para Portugal e Inglaterra, em razão dos tratados de cooperação. Mas, no final do século XVIII e início do século XIX, com o agravamento da crise colonial, a exploração dos escravos surgia como um entrave à consolidação do liberalismo econômico e político.

Assim, os esforços escravocratas em conservar a escravidão estiveram direcionados a manutenção *do status quo*. De um lado pode-se analisar o interesse dos proprietários de escravos e terras no acúmulo de bens e por *status*, os quais permitiam a incorporação de comportamentos distintos das demais classes. Por outro, observa-se a tentativa de reprimir o avanço

liberal sobre o Brasil, motivado pelo receio que os antigos privilégios econômicos dos barões do café e dos senhores de engenho fossem perdidos (LEITE, 1988).

A libertação dos escravos defendida n'O *Carapuceiro* não expressava caridade e amor "aos nossos semelhantes". Ao contrário, procurou exonerar dos ombros dos homens "ricos e probos" o peso da escravidão diante da ideia de igualdade, bem como pretendeu retirar e proteger a mocidade dos inúmeros males morais e sociais causados pela convivência com a escravaria. Assim, os discursos favoráveis à libertação dos escravos objetivava instruir a classe dirigente no caminho do comportamento adequado e da ordem pública como garantia de sua dominação.

Entretanto, o aperfeiçoamento moral e social dependia não somente da supressão da escravidão, mas, fundamentalmente, da introdução de mão-de-obra estrangeira e de maior participação dos compatriotas no sistema produtivo. O cerne, portanto, do incentivo ao trabalho pode ser encontrado na imoralidade da escravidão e nas determinações dos princípios divinos. A escravidão vista como imoral e contrária a religião foi utilizada por Lopes Gama para sustentar e estimular uma educação que auxiliasse os indivíduos a sobreviver a partir do trabalho livre. Buscou assim, substituir progressivamente os laços de dependência escrava na economia e nas iniciativas cotidianas, principalmente na educação da mocidade (O *Carapuceiro*, nº 42, 14 jun. 1838).

A nova condição de nação independente, com transformações de ordem política no início do século XIX e culturais, com a ampliação do acesso aos costumes e ideias externas ao Brasil, exigia que a forma de produzir a vida fosse modificada. Ao perceber as transformações da sociedade, Lopes Gama divulgou uma educação moral que privilegiava o temor a Deus, o desapego aos bens terrenos e a promessa de uma existência futura resultaria em alterações substanciais no quadro geral de imoralidade e de interesses ímprobos que dominavam o Brasil (O *Carapuceiro*, nº 25 ago. 1832).

Ao direcionar suas reflexões para a educação da elite, Lopes Gama esperava que a população livre e ociosa se espelhasse nas mudanças ocorridas nos hábitos dos "grandes". Para ele, a classe nobre da sociedade não poderia viver do trabalho alheio, como um peso na sociedade, devendo se precaver e expulsar os vícios que a ociosidade havia construído.

Portanto, “o progresso material bem entendido”, com a eliminação dos entraves que dificultavam o desenvolvimento e aprimoramento moral, seria a chave para o desejado estado de nação industrial, progressista e religiosa. Imerso nos novos ramos de produção nascentes com a modernização das técnicas de produção, bem como as novas conquistas dos trabalhadores livres na Europa e na América do Norte, Lopes Gama, desejava a instalação de condições idênticas no âmbito material e espiritual do Brasil. Entretanto, reconhecia que o povo brasileiro ainda não estava preparado para esse percurso social principalmente por faltar-lhes o gosto pelo trabalho.

Assim, por meio da atividade jornalística n’*O Carapuceiro* Lopes Gama escreveu discursos que valorizavam o trabalho e condenavam a ociosidade. O objetivo era orientar a parte ociosa da população do campo e da cidade nas situações favoráveis à reforma dos vícios e dos hábitos por ele condenados. O exercício do trabalho doméstico ou público proporcionaria tanto o desapego do trabalho escravo, quanto inibiria a perpetuação de vícios.

4.3. As virtudes necessárias na educação da mocidade.

O debate realizado por Lopes Gama n’*O Carapuceiro* ficou circunscrito ao âmbito nacional, limitando a análise à dinâmica social da província de Pernambuco. Entretanto, o alcance de seu debate atingia de forma geral a situação dos habitantes do Império do Brasil, os quais sofriam diretamente as consequências das medidas políticas do governo imperial. Sentindo-se um agente construtor do Império, abordou temas que contribuíssem para a manutenção da unidade do território e permitissem a criação de um modelo de homem condizente às necessidades do Brasil.

Diante da modificação dos hábitos e costumes, em comparação ao modelo cristão próprio da sua formação religiosa, Lopes Gama buscou num primeiro momento um possível retorno das qualidades individuais orientadas pela devoção religiosa e pelo cumprimento das leis de Deus. Por outro lado, agia no sentido de valorizar as conquistas individuais adquiridas pela

observância da lei dos homens, como os bens e as posses conquistadas pelo “trabalho honesto”.

Como expressão de uma época em transformação, Lopes Gama conciliou os valores da moral religiosa com os valores morais desenvolvidos durante o processo de ascensão burguesa. Uniu os interesses pessoais às justificativas divinas e às exigências terrenas. Nessa unificação de interesses, Lopes Gama construiu um quadro de virtudes que, a seu ver, poria os homens em condição de harmonizar seus interesses particulares e funções sociais aos desígnios do Criador.

Dessa forma, suas críticas tiveram por intenção fomentar a reforma e o melhoramento do comportamento humano nos ambientes onde ocorriam as interações sociais cotidianas e naqueles espaços públicos que privilegiassem o bem comum. Para além das reformas na organização social do Estado, com a promoção de leis que combatessem e prevenissem os excessos causados pelas fraquezas humanas, o padre-jornalista confiou no poder da educação moral e religiosa na criação de costumes que colaborassem com mudanças sociais mais amplas.

Ao acreditar na importância da elite e dos detentores das “luzes” na condução e no melhoramento da nação, ambicionava contribuir com a educação da nova geração. As mudanças dos costumes que via serem adotados, eram na sua visão frutos do despotismo, da escravaria e das teorias filosóficas, as quais perderiam força quando os princípios educativos sedimentados na religião e na moral protegessem os meninos e meninas das más influências (*O Carapuceiro*, nº 38, 3 set. 1839)⁶⁷.

⁶⁷ Durante todo o período de publicação do jornal é interessante observar no discurso de Lopes Gama o crescimento do descrédito quanto à modificação dos hábitos pelos homens da época. Durante os primeiros anos de publicação, diante dos acontecimentos políticos pós a Independência e abdicação de Pedro I, as críticas ao comportamento humano foram envoltos em um discurso otimista e confiante no progresso do Brasil e, sobretudo, na crença de melhoramento dos hábitos e dos costumes individuais. Entretanto, ao passar dos anos, Lopes Gama depositou sua expectativa progressista especialmente na futura geração, o que pode ser expresso, por exemplo, no discurso de promoção da pena de morte, quando afirmava a existência de indivíduos incapazes de se corrigir pelas penalidades da lei (*O Carapuceiro*, nº 29, 26 jul. 1837). Embora esse assunto tenha sido talhado pela primeira vez no ano de 1834, as críticas às atrocidades cometidas, sobretudo em nome da revolução, tornaram-se mais ácidas por meio de discursos que não só corroborava com a permanência da “pena última”, mas imputava a necessidade de executá-la.

Embora tenha enaltecido a educação como veículo útil à reforma dos costumes e ao restabelecimento de velhos princípios que haviam sido perdidos, Lopes Gama reconhecia os limites da educação nas disposições da natureza humana. A educação, em suas palavras, era a “arte de modificar, cultivar e instruir os meninos para torná-los capazes de serem homens úteis e caros à sua família, à sua pátria, e capazes de promover a sua própria felicidade”. Ela deveria partir das “[...] disposições naturais, de seu temperamento, das suas sensibilidades e paixões [...]” (*O Carapuceiro*, nº 7, 13 mar. 1840). Mas a educação encontrava obstáculos provenientes da própria constituição dos sujeitos que, inertes às quaisquer mudanças significativas, somente teriam refreadas suas paixões. Assim, a concepção de educação capaz de transformar o indivíduo não atingia a todos, pois:

[...] ela não pode empregar, senão aqueles materiais que lhe subministra à natureza, e não semeia proveitosamente, se não em um terreno de tal sorte preparado pela mesma natureza, que seja capaz de corresponder à cultura, a qual deve começar desde os primeiros assomos da razão. (*O Carapuceiro*, nº 7, 13 mar. 1840).

Mas, ao considerá-la capaz de reprimir os vícios e conduzir os homens à virtude, Lopes Gama direcionou seus escritos a uma classe determinada. O alvo das propostas educativas era, sobretudo, o alto estrato da sociedade, composta por homens de posses e industriais. Esses indivíduos, ilustrados nas ciências e educados nas ideias religiosas, destacariam não somente os direitos de seus compatriotas, mas os deveres e responsabilidades de todos na orientação da nação à prosperidade material.

A tais homens a educação religiosa deveria ser direcionada já que possuíam condições materiais necessárias à satisfação de suas paixões e por disporem quase sempre da lei a seu favor. Questionando a validade das proposições materialistas e sensualistas, pregadas à época, considerou a causa dos atos imorais à ausência do elemento religioso. Aos homens da época, as ideias defendidas pelos filosofantes só promoveriam os interesses pessoais em detrimento do bem comum, caminho a ser seguido por aqueles que desejavam conduzir o Brasil à desintegração da unidade nacional, à desordem e à anarquia. Diante da oportunidade de libertar todas as paixões a

religião seria [...] único freio poderoso, única voz que clama no fundo da consciência é útil a todo o gênero humano e ainda mais aqueles que mais meios tem de entregar-se às suas paixões desregradas (*O Carapuceiro*, nº 37, 31 ago. 1839).

N' *O Carapuceiro* a definição de povo exprimiu significados diferentes. Em alguns artigos, o povo despontava como a classe “mais ignóbil”, despreparada moralmente e intelectualmente da sociedade (*O Carapuceiro*, nº 58, 22 jun. 1833). Em outros, apresentava-o como sendo todos os governados, incluindo desde os trabalhadores aos homens da nobreza. (*O Carapuceiro*, nº 60, 15 set. 1838). Contudo, esta última compreensão não se mantém de forma coerente. Na grande parte dos artigos a ideia de povo procurou definir a classe inferior e a preocupação consistiu em solicitar ao governo a promoção de trabalho e educação religiosa.

Para Lopes Gama, esse grupo já havia demonstrado sua incapacidade de autogoverno, pois além das fracassadas tentativas de “sublevação popular”, foram, mormente, manipulados a incorporar e permanecer adeptos aos ideais absolutistas. Essa dupla acepção pode ser analisada de duas maneiras. Por um lado, considerava-o como agente propenso ao esfacelamento do edifício social recém-conquistado pela ordem política vigente. Por outro, demonstrava a susceptibilidade do povo ao comando de homens de má fé e, ao mesmo tempo, indicava a posse de uma moral incompatível aos requisitos necessários ao comando do Brasil. Assim, a presença do povo na administração e na política brasileira:

[...] não pode deixar de ferir o amor próprio da gente mais grada do Brasil. Sou liberal sim, mas bem longe estou de ser nivelador. Um homem nascido de pais honestos, um homem bem educado e que goza de certa consideração pública, não pode tragar, senão a contragosto seu, verse capitaneado, ou mandado por um bilhostre, sem saber, sem posse, sem nenhum outro mérito mais do que quer ter sabido mexer e remexer e angariar votos de outros tais. [...] Quem desconhece a [...] ⁶⁸educação, a imoralidade, a frascaria em que vivem a maior parte da gente de certa classe entre nós? (*O Carapuceiro*, nº 58, 22 jun. 1833).

⁶⁸Palavra ilegível.

Dessa maneira, a reforma dos costumes e o apelo à educação da mocidade desenvolvida por Lopes Gama estiveram direcionados a um grupo considerado capaz de governar a nação em direção ao desenvolvimento material e moral. Por defender o progresso de seus ramos industriais, primária por um Estado onde a paz e a ordem reinassem. Em decorrência desse estado, toda a população se beneficiaria com a criação de uma estrutura social adequada as necessidades da existência social como, por exemplo, a indústria, o trabalho e infraestrutura das cidades e do comércio. O que se observa é que o discurso de Lopes Gama não consistiu em ideias direcionadas somente às mudanças no âmbito da política e das instituições do governo, mas, sobretudo tiveram como alvo aqueles homens considerados o espelho do povo.

Os homens que compunham a administração e governo do Estado, apoiados numa educação moral sólida, poderiam auxiliar na reforma dos costumes com a adoção de comportamentos que desviassem as ações estritas ao plano terreno. A preocupação com a vida futura, com os castigos e recompensas fornecidas pelo Criador, formaria homens conduzidos pelas ideias do justo e do honesto, logo seriam modelos seguidos por todas as classes. O exemplo era uma arma poderosa ao pensamento educativo de Lopes Gama, pois confiava na disposição humana em reproduzir os comportamentos aprendidos principalmente das altas classes, fossem eles bons ou maus. Assim dizia: “reformem-se os grandes e poderosos, reformem-se aqueles que figuram na república que todo povo seguira o bom exemplo e as mudanças convenientes serão bem aceitas e proveitosas” (*O Carapuceiro*, nº 10, 30 jun. 1832).

Por isso a ideia de educação das classes “ignóbeis” e da participação popular não foi o seu foco. Para essa classe “que produz as riquezas e abundancias” era necessária uma atenção maior ao âmbito do trabalho e da convivência social, com a criação de espaços, como os teatros, que “pregassem” a moral-cristã e fossem capazes de sufocar as paixões. Assim, ao se deparar com o espírito desordeiro e de insubordinação que rondava a unidade e a tranquilidade do Brasil, forçaria à compreensão da extensão de suas ações diante dos flagelos ocasionados pela ambição humana e o desinteresse pela pátria.

Vale lembrar que as ideias de liberdade e igualdade ao povo, restringiam-se ao plano das personalidades, sem abranger a participação nas atividades políticas e condutoras da província e da nação. Para atuar na primazia do direcionamento da sociedade era forçoso que os altos comandos fossem ocupados por homens de posses, com elevados graus de instrução formal, além de boa moral e conduta sóbria. A entrada da “classe mais ignóbil” na esfera administrativa e legislativa do Estado corrompia as atividades voltadas à população em geral e por consequência, inibia o desenvolvimento social.

Lopes Gama, ao analisar as ações cotidianas nas casas-grandes, nas igrejas e em outros ambientes, definiu um modelo de homem e de mulher, descrevendo as características necessárias ao bom cidadão que, responsável pelo progresso nacional desenvolveria um ambiente político e social salutar à prosperidade individual e coletiva. Em outras palavras, o homem deveria primar por um estado constante, no qual as regras morais fossem o apoio às conquistas materiais e espirituais, conduzindo-os à felicidade sólida e permanente.

Observando o comportamento de homens e mulheres, Lopes Gama reconheceu a importância elevada das riquezas materiais sobre as espirituais, cuja expressão maior podia ser contemplada na diferença de tratamento e oportunidades tidas por pobres e ricos. O mundo, ao distinguir os homens pelas riquezas materiais possuídas individualmente, estaria deixando de observar as virtudes e incentivar o melhoramento das faculdades humanas. O dinheiro era mérito de um bom homem, mas não o tornava mais sábio ou virtuoso. Mas, ao caminhar na retidão e na observância da justiça, o homem encontraria na paz a mais “agradável recompensa” (*O Carapuceiro*, nº 54, 25 mai. 1833).

O interesse privado era sempre “a bússola” das conquistas humanas, dizia Lopes Gama (*O Carapuceiro* nº 72, 28 set. 1833). Entretanto, as condutas “inadequadas” decorrentes da precedência desse interesse estavam distanciando a fé das ideias divulgadas no cotidiano. As práticas de jogos, o concubinato, a libertinagem, os altos lucros, as “pescarias do serviço público”, isto é, todas as fraquezas decorrentes do egoísmo, expunham as contradições

dos discursos em prol da moral e da nação intensamente apregoados por aqueles que se diziam liberais, patriotas e religiosos.

Para o melhoramento da sociedade o exemplo pessoal precisava ser coerente com as ideias divulgadas por quem almejava o desenvolvimento social (*O Carapuceiro*, nº 14, 18 mai. 1842). A incompatibilidade entre o discurso e a prática não seriam permitidos aos que se diziam inquietos com os rumos da sociedade. Ao contrário, as ações deveriam convergir para iniciativas geradoras de uma força capaz de desenvolvê-la como também aprimorar o próprio indivíduo.

Nesse sentido Lopes Gama alegava que, ao procurar a satisfação dos desejos mundanos, os homens tornavam-se inúteis à sociedade, assim como nutria a imoralidade e a deformação do caráter humano. Como efeito desse estado, a *gamenhice* foi um dos vícios mais discutidos no jornal, pois sintetizava tanto práticas de despudor, como uma vida pautada na ostentação das riquezas e prazeres terrenos. O *gamenho* era o indivíduo que não tinha “[...] outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embonecar-se para namorar”, e desprezava os valores sociais necessários à unidade do Estado e os preceitos da religião (*O Carapuceiro*, nº 11, 7 jul. 1832).

No artigo *A novena do Carmo* (*O Carapuceiro*, nº 13, 21 jul. 1832) Lopes Gama descreveu o comportamento dos *gamenhos*, os quais se intitulavam como liberais, mas durante as missas e as festividades religiosas agiam contrariamente aos discursos proferidos, fornecendo maus exemplos:

Mas o bom povo, que quer causa e não palanfrórios que ideia pode formar, que amor pode ter da causa da liberdade, vendo e observando que a maior parte daqueles que se apregoam mais alambicado liberais, desabusados e modernistas, tem semelhante procedimento, desprezam a santa religião, a seguríssima da liberdade e [...] ⁶⁹ costumes, e fazem do templo Deus vivo casa de namoro e prostituição? Respondam senhores *gamenhos*, respondam. (*O Carapuceiro*, nº 13, 21 jul. 1832).

Na medida em que a elite ocupava os espaços de sociabilidade, maior responsabilidade sobre o direcionamento político e social do Brasil recaía sobre ela. Sua tarefa, diante de uma sociedade regida por excessos e vícios morais e

⁶⁹ Palavra ilegível.

sociais, consistia em somar esforços juntamente àqueles que por meio da imprensa, do teatro e da literatura ilustrada buscavam orientar os homens sobre os novos tempos e suas implicações. Essa união iniciada desde a infância, com a educação de filhos e filhas, promoveria uma geração religiosa, instruída e interessada no bem comum.

Pode-se observar que as ideias educativas de Lopes Gama possuíam a combinação de dois projetos educativos: o projeto católico e o liberal. A tradição católica conservadora de uma educação preparatória ao mundo eterno, isto é, ao mundo de Deus, transcendente as questões dos homens. Já, por extensão, no ideário liberal buscava-se formar um homem para viver em sociedade sob o governo de um representante, conhecendo seus deveres e direito, e educado para o civismo e nacionalismo (MANOEL, 2008).

Mesmo quando arriscava fazer a divisão entre as virtudes cristãs e as qualidades sociais sua retórica demonstrava claramente a convergência de objetivos, ou seja, essas virtudes voltavam-se à criação de homens submissos e complacentes às diretrizes do plano material e espiritual. O que estava em jogo era o progresso da nação e, para garantir o bem estar coletivo, a conciliação entre os preceitos religiosos aos interesses particulares acentuados pelo “novo tempo” era a exigência na criação de uma mocidade que respeitasse a liberdade, a propriedade privada e se conduzisse pelo espírito ordeiro.

Para esse fim, a educação da mocidade, de maneira geral, deveria “[...] lutar contra as paixões, contra os vícios, e defeitos, ou para impedi-los que nasçam, ou refreá-los” (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 mar. 1840). Entretanto, a educação dos “construtores da nação” deveria abarcar, além do ensino religioso, outros elementos distintos da educação da massa. A introdução dos fundamentos políticos na educação dos meninos auxiliaria tanto na tarefa de aprimorar moralmente a sociedade, como também permitiria o fornecimento de uma vida digna a toda população.

Embora o jornalista discursasse sobre os fatos políticos da época e buscasse educar os homens de posse sobre o tema, a preocupação direta e declarada consistia na educação moral. A educação fornecida à mocidade, no seu entender, direcionava à exaltação dos caprichos e das paixões, repercutindo na crença de que estavam acima da lei e da razão, tornando os

meninos “altivos e insolentes”. Para reverter esse quadro, os deveres para com Deus e com a sociedade deveriam ser incutidos desde os tenros anos (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 mar. 1840).

No artigo *A Educação* (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 mar. 1840), Lopes Gama descreve as qualidades necessárias ao bom governante. Após insistir na incapacidade da instrução para a contenção dos vícios, uma vez que a experiência lhe demonstrara os erros cometidos por homens vistos como sábios e ilustrados, solicitou maior atenção do governo especialmente à educação dos “grandes”:

Especialmente nos filhos dos Príncipes e dos Grandes cumpre declarar guerra ao orgulho, impedindo que entre em seu coração aquele desprezo insultador da miséria e indigência e aquela vaidade que ordinariamente costumam inspirar-lhes desde a infância, é mister pelo contrário, fazer-lhes conhecer a precisão que tem desses homens, que a opulência e grandeza soem desprezar e aveza-los a tratar com bondade a todo aquele que trabalha, quer para satisfazer as precisões dos Grandes, quer para lhes subministrar os cômodos e prazeres da vida. Assim, formados os discípulos tornar-se-iam justos, respeitariam as pessoas úteis seriam reconhecidos para com o seu trabalho, e conheceriam que o cultivador da terra e o artista, são homens mais interessantes e necessários a seus concidadãos, e por consequência, mais estimáveis do que certos nobres orgulhosos, inúteis e malfazejos. (*O Carapuceiro*, nº 8, 16 mar. 1840).

Nesta descrição, observa-se a predominância do gênero masculino no cerne das preocupações de Lopes Gama. No decorrer deste estudo foi exposto que os escritos relacionados ao governo do Império eram direcionados aos homens. Mas, para além das conjeturas históricas que eliminava as mulheres das atividades públicas, vê-se que a formação religiosa recebida por Lopes Gama influenciou diretamente sua concepção de homem e de mulher, assim como a maneira de educá-los e instruí-los. Corroborando com os discursos médicos da época, os quais afirmavam que as diferenças de ordem biológicas determinavam as capacidades intelectuais, a inferioridade feminina atribuída pelas Sagradas Escrituras também reorganizou o modelo educativo que buscou diferenciar a atuação social de um ou outro gênero.

No artigo *As senhoras políticas* (*O Carapuceiro*, nº 13, 23 mar. 1839) descreveu as diferentes características de homens e mulheres no seio da vida privada e pública. Para ele, a natureza

[...] deu a cada sexo certas qualidades peculiares na razão de seus diferentes destinos. Ao homem concedeu a força física, a grande capacidade intelectual, consequentemente, destinou-o para o mando. A mulher largueou a beleza, as graças, a ternura, as virtudes pacíficas, porque a destinou para o importante ministério da maternidade. Tem, pois, a mulher o império do coração e a isto, geralmente falando, se deve limitar, o que em verdade não é pequeno domínio. (*O Carapuceiro*, nº 13, 23 mar. 1839).

Esse artigo é significativo para o entendimento do papel da mulher na sociedade brasileira. Nele lê-se que Deus, infinitamente sábio e justo havia preparado o corpo e o intelecto dos sexos para diferentes funções na sociedade. Por ser preparada para os “conhecimentos práticos e profissionais”, os “fumos de filósofa, de publicista e política” não lhes convinha, diziam “[...] disparates de todo tamanho, e ainda pior é, quando se abalançam a querer emendar e reformar” (*O Carapuceiro*, nº 13, 23 mar. 1839).

Analisando os rumos tortuosos trilhados pela sociedade brasileira e decorrentes, a seu ver, das filosofias materialistas e da pouca religiosidade, Lopes Gama presumia que tais fatores estavam afetando a educação, tanto dos meninos quanto das meninas. Estas últimas estariam se tornando insensíveis aos apelos religiosos, imorais e ociosas para com os deveres domésticos. Era preciso recuperar o zelo pelo bem estar de sua família, pois, como peça importante no quebra-cabeça familiar, a mulher tinha por atribuições garantir a educação correta dos filhos e a tranquilidade de um lar amoroso (MANOEL, 2008). Mas, o contato com as ideias do “grande século”, as mulheres, despreparadas por natureza, pouco sabiam agir perante o avanço da imoralidade:

Mas hoje quem há que faça esforços pela educação da mocidade? A menina apenas transpõe a infância só se entretém em frivolidades: modas, atavios, danças, bailes, eis em que se ocupam os seus primeiros pensamentos. Quer-se que a menina seja garbosa, que tenha encanto físico que atraia adoradores. Tudo físico, tudo material, mas pouco ou nada se emprega por lhe adquirir ou desenvolver as boas qualidades

morais. Hoje o ser modesta, caridosa, humildade, solicita no governo domestico, laboriosa e, sobretudo temente a Deus, coisa são em que ninguém fala, e pelas quais rara é a que merece a simpatia do século. [...] Que mãe poderá vir a ser uma menina criada segundo o ritual do grande tom? (O *Carapuço*, nº 14, 18 mai. 1842).

No Brasil a legitimação do sistema patriarcal pela Igreja naturalizou o papel das mulheres como restrito ao âmbito do lar e ao cumprimento das obrigações religiosas, corroborando a dominação masculina. Dentro dessas condições históricas, o homem, visto como fisicamente e intelectualmente superior, exerceu funções preponderantes no direcionamento da sociedade e, para continuação deste domínio, era imperativo um preparo educativo harmonioso às suas tarefas. Para Azevedo as relações familiares disciplinadas pelo *pater-familias* acentuavam as diferenças sexuais, de idade e sociais. As mulheres, raramente eram instruídas e constantemente privadas dos poucos espaços de sociabilidade existentes na época,

[...] viviam aprisionadas, atrás das rótulas e das portas, na solidão melancólica de seus gineceus, onde estranho algum poderia penetrar e donde geralmente não saíam à rua senão para as festas de igreja. Submetidas a um regime de clausura, entre pais de uma severidade cruel e maridos ciumentos e brutais e dividindo o tempo entre os cuidados dos filhos, práticas religiosas, na capela ou nas igrejas, e os serviços caseiros, não tinham nem podiam ter na Colônia uma condição intelectual diferente da que conheciam as mulheres em Portugal, nos três séculos de colonização. (AZEVEDO, 1976, p. 20).

Para Lopes Gama as transformações sociais enfraqueciam as atribuições femininas, bem como a autoridade do homem e da religião. Pela experiência, como gostava de afirmar, observava que as ideias do “século” fortaleciam um ideal de mulher alheio ao trabalho doméstico e materno.

Religioso e conservador em muitos aspectos, estendeu às mulheres um poder educativo comparável às instituições educacionais. A geração, formada sob sua intervenção, por excelência, comporia o quadro de futuros dirigentes da sociedade. Por meio da influência direta e do modelo de comportamento expresso por suas ações, a mulher lutaria para refrear os vícios inerentes tanto da natureza humana, quanto aqueles provenientes do meio social.

Ao ter um papel decisivo no progresso do indivíduo e da nação, o comportamento das mulheres passou a ser severamente criticado. A civilidade feminina tornou-se alvo de análises constantes, uma vez que a educação adequada do cidadão requeria qualidades condizentes a tal propósito e, somente uma educação que moldasse suas iniciativas poderia conduzi-las para “[...] as importantíssimas funções da maternidade” (*O Carapuceiro*, nº 14, 18 mai. 1842). Assim, ao exercer a função materna todos:

[...] podemos contar desde já, que a futura geração será dotada de virtudes. Nossas primeiras mestras são nossas próprias mães, e sendo estas como devem ser, a mocidade adquirirá outros hábitos, e o Estado por consequência, terá cidadãos dignos e capazes de o servir. (*O Carapuceiro*, nº 17, 18 ago.1832).

Quando as mulheres enveredavam por caminhos que fugiam ao destino desenhado socialmente para elas o escárnio e a reprimenda eram reiterados n’*O Carapuceiro*. Admitir às mulheres o atrevimento de quebrar os paradigmas impostos soava como “um disparate de todo o tamanho”, pois suas opiniões eram consideradas ora réplica das ideias de seus pais ou maridos, ora propunham reformas absurdas:

Antigamente as nossas meninas eram inteiramente estranhas aos objetos da pública administração, porém hoje (graças à ilustração do século) já por cá não faltam moçoilas que cite Benjamin Constante, Duray de Brie, [...] Todavia eu não deixarei lamentar a sorte do homem a quem coube por esposa uma senhorita com fumos de publicista e estadista e que, em vez de cuidar no arranjo da casa, em cozer, remendar, desbarata o preciso tempo em papear sobre assuntos políticos. [...] Governe o homem o Estado, trabalhe, moureje, adquira para sustentar a família e a mulher cuide no regime e economia da casa, que tudo irá à ordem e como Deus quer. (*O Carapuceiro*, nº 13, 23 mar. 1839).

A educação da mulher, voltada às atividades domésticas e familiares, não deveria ir além do cozer, bordar, cozinhar e administrar sua casa, isto é, conhecimentos pertinentes à prática da administração do lar. Entretanto, Lopes Gama reconheceu a importância dos estudos elementares como benéfica à constituição intelectual feminina, mas advertia que as qualidades desenvolvidas pela instrução não garantiam a construção do caráter e das virtudes morais:

Instrua-se sim a menina no francês (melhor fora que primeiro aprendesse a própria língua), instrua-se na geografia e história, mormente a de seu país, aprenda a tocar piano, a dançar, etc. Nem sou eu tão antiquado que aprove a ignorância e rustiques em que nossas avós conservaram suas filhas, tendo-as emparedadas e tão escondidas que, como vulgarmente se diz, não viam o sol, nem a lua. Mas tudo aquilo seja secundariamente, o que deverá ir antes de tudo, acima de todo o ensino é a boa educação. (*O Carapuceiro*, nº 14, 18 mai. 1842).

Já a educação dos meninos se realizava de forma distinta, devido à função social que exerciam, tanto no seio da família patriarcal, como na atuação política e administrativa do Governo. Aos meninos o incentivo desde cedo dado ao labor, ao amparo familiar e aos assuntos da pátria e da religião, forneceria elementos precisos a participação correta na administração política. Da mesma forma atuariam em ramos industriais que auxiliariam na criação de oportunidades a toda sociedade, garantindo a paz, a ordem e a unidade da nação. Dessa maneira, para Lopes Gama três atributos principais deveriam compor os agentes da nação: patriota, liberal e religioso.

Embora essas caracterizações soem como controversas ao entendimento atual, para Lopes Gama não havia incoerência. Esses adjetivos aliaram-se de forma perfeita numa época onde as ideias manifestavam-se como indefinidas, porquanto imersas ainda em dois mundos: o colonial e a nova relação trazida pela independência. Ao unir o amor à pátria, à liberdade e à religião, o jornalista expôs as contradições de sua época, na qual as estruturas ligadas ao passado colonial não se ajustavam aos anseios que o “século das luzes”, com a estima da razão e da liberdade do indivíduo havia prometido.

Na visão de Morel, o adjetivo patriota foi destacado pelo enciclopedista como qualidade de homens que estavam a serviço da pátria, por conseguinte, um agente histórico atado por comprometimentos e anseios à sua pátria:

O patriota, pois, é aquele que ‘dans un gouvernement libre, chérie sa patrie’⁷⁰. Seu espaço de atuação, pois, é a liberdade política, ou sua busca. Trata-se explicitamente, de um dever, mas movido pelo prazer intelectual e pela felicidade, que

⁷⁰ Em um governo livre, ama a sua pátria. Tradução livre (MOREL, 2007, p. 18)

aparecem não só como meta a ser alcançada, mas motor mesmo, já presente na práxis patriótica. A obrigação e a inserção ainda que prazerosa, sobrepõem-se à virtude não comprometida, realçando o caráter politizado e compromissado do patriota. “Patriota”, pois, é a palavra surgida no âmbito da politização da esfera pública que marcaria o fim do antigo regime, trazendo conotações marcantes, acentuadas com a Revolução Francesa. (MOREL, 2007, p. 18).

Nas páginas d’*O Carapuceiro* a compreensão desse termo por Lopes Gama refere-se ao atributo fundante de todo “bom cidadão”, ou seja, de todos os homens que desejam o bem comum e o melhoramento da nação. Vincula-se ao local de atuação política e ao espaço onde a liberdade política e civil era resguardada pelas leis e pela religião.

O patriota, portanto, possui n’*O Carapuceiro* conotação estrita, vinculada ao espaço de atuação do indivíduo, o qual deveria promover a defesa das instituições nacionais e do governo, sem que isso significasse a aceitação absoluta das iniciativas administrativas do regime regencial e imperial. Como foi dito, a crítica ao sistema representativo na sua aplicação brasileira e as ações administrativas do ex-imperador Pedro I e dos regentes tiveram como objetivo, conforme o redator, de auxiliar nas reformas institucionais que resguardasse a integridade do trono de d. Pedro II e do Brasil.

O temor das ideias republicanas e separatistas constantemente relembradas pelas agitações da época destituiu o caráter revolucionário do patriota ou do patriotismo. Ser patriota não significava, portanto, ir contra a ordem vigente e destituir a sociedade dos elementos político que a governava, com a ruptura das estruturas que a geria. Ao contrário, ao patriota, segundo o jornalista, careceria preservar a ordem e não se envolver em “rusgas” que comprometessem a unidade e a tranquilidade da nação.

O periódico, carregado de intenção política e educativa, procurou apontar uma discussão que permitisse a aquisição de uma virtude que considerava ser quase inexistente no Brasil da época. Muito se falava em como ser patriota, muitos se apontavam como patriotas, mas poucos agiam de tal forma. O amor ao bem comum e pelos “nossos concidadãos” parecia a Lopes Gama distante do que se via na prática. Para ele, era inaceitável afirmar-se

como patriota unicamente pela participação em movimentos revolucionários e adepto às teorias materialistas e “anticristo”.

O patriota, diferente das concepções cotidianas da época, apresentava-se não somente no âmbito político, de envolvimento nas questões populares, mas ao mesmo tempo, no cotidiano dos lares, na valorização dos nacionais tanto nos espaços público quanto no privado:

Quem há ai que não queira ser patriota? Mas quantos são os verdadeiros, ou legítimos patriotas? Um alega que se envolveu na Revolução de 1817, e 24, e isso lhe basta para se crer com patente confirmada de patriota. Sim, vos entrastes nesses movimentos públicos, mas além de que talvez hoje tenha mudado de ideia, o que por muitas vezes se tem visto, fostes sempre mal casado, mau pai, filho desobediente, irmão ingrato, trapaceiro em vossos negócios, os péssimos funcionários públicos e conseqüentemente, não mereceis o honroso título de patriota. [...] As virtudes ou vícios não devem ser medidos pelos partidos políticos a que pertencem. (*O Carapuceiro*, nº 74, 21, set. 1833).

As ideias liberais e patrióticas divulgadas n’*O Carapuceiro* contradiziam os ideais difundidos pelos revoltosos franceses em 1879 e os brasileiros de 1817 e 1824. Ser defensor da liberdade estava intimamente ligado ao defensor da ordem, era cumpridor das leis e, portanto, não poderiam almejar conflitos armados ou rebeliões que pusessem em risco o progresso material e a unidade do Império.

Embora Lopes Gama clamasse por atitudes mais enfáticas dos brasileiros contra os intentos restauradores das sociedades secretas absolutistas nos primeiros anos após a abdicação de Pedro I, dizia que as iniciativas deveriam preservar o bem estar humano e a Constituição brasileira. Ao contrário de Marat, Robespierre e outros revolucionários que disseminavam o conflito armado como forma de manutenção ou consolidação de um poder, Lopes Gama defendia atuações que evitassem o derramamento de sangue:

A minha alma recua de horror com a ideia de destruição de meus semelhantes, e em vez de proferir essa proposição que melhor cabia ao liberalismo selvagem da Grécia e Roma, sustentarei que a Árvore da Liberdade deva ser plantada sobre os bons costumes e regada pelo rocio das virtudes sociais, sendo a primeira a justiça, pelo que tudo que não é justo, não é, a meu ver, nem livre, nem estável, nem

conveniente aos homens em sociedade. (*O Carapuceiro*, nº 69, 7 set. 1833).

Assim, ser liberal possuía conotação distinta do liberalismo jacobino do início do século. A educação do homem liberal deveria prezar pelo incentivo às conquistas materiais e intelectuais tanto individuais quanto coletivas, desenvolvidas pela autonomia política e econômica do regime monárquico constitucional. Ser liberal era defender a nação das ideias radicais que buscavam unicamente desestabilizar a liberdade conquistada e os valores religiosos, por meio de ações cotidianas que primassem pela manutenção da ordem e de autonomia nacional. A liberdade política, portanto, deveria ser resguardada por homens capazes de gerir a sociedade para o avanço moral e material, cujos fundamentos estariam enraizados na liberdade instituída pelas verdades religiosas. Logo o homem liberal pode ter

[...] a cor que tiver, em sendo virtuoso, merece toda a consideração. O sapateiro, o ferreiro, o barbeiro, etc. seja ela branco, pardo, preto, roxo, verde, azul [...] ⁷¹, logo que livre, deve gozar das liberdades nacionais, ou por outra dos direitos civis. Mas dos políticos não é assim. Estes consistem na regalia de votar e ser votado, para o que se faz preciso, gozar de certa renda e ter alguma ilustração mental. (*O Carapuceiro*, nº 60, 6 jul. 1833).

Os postulados cristãos, dizia Lopes Gama, eram o fundamento de toda sociedade liberal e progressista. A Sagrada Escritura consistia no caminho a ser percorrido por todo liberal que primasse por adquirir e fomentar as virtudes necessárias à construção da nação. Tais premissas só poderiam ser adquiridas pela observância da religião, pois ao esclarecer os homens sobre as consequências de seus atos perante o Criador, retirava as amarras que os escravizavam ao plano terreno e aos castigos eternos. A exaltação dos interesses privados, a atenção desmedida aos bens materiais, e a irreligiosidade produzia homens pouco atentos a seus semelhantes. Assim, ao defender a pátria, a liberdade e a religião, acreditava estar colocando o Brasil no caminho oposto àquele desenvolvimento pelo século das luzes que, ao contrário de libertar os homens e prometer o progresso material, estaria

⁷¹ Palavra ilegível.

conduzindo a desordem social, por meio de uma liberdade ausente de qualquer freio. Assim, sintetizou:

Pensam alguns que não é dado ser liberal sem ao mesmo passo estar alistado nas bandeiras do filosofismo; que não pode ser bom Patriota quem não despreza a Religião. Quanto se enganam esses miseráveis! Tudo isso é pelo [...] ⁷², que a Religião é o firme alicerce da Liberdade, e o Evangelho é o código mais puro e perfeito liberalismo, de maneira que a liberdade que não se estriba na Religião é desenvoltura, é anarquia, é desordem. (*O Carapuceiro*, nº 72, 28 set. 1833).

Desse modo, para uma sociedade onde os indivíduos pudessem gozar da liberdade proferida por Deus, era preciso “subordinação, dependência e sacrifício”. Os homens não conquistariam o avanço material fundamentados nas doutrinas materialistas, pois, ao não reprimirem os ímpetos humanos e exaltar as injustiças e a anarquia, cada um agiria da melhor forma que lhe conviesse, colocando em perigo a unidade territorial e política.

A preocupação norteadora da proposta educativa de Lopes Gama incidia em resguardar as conquistas adquiridas na independência, ou seja, buscou garantir a autonomia do Brasil perante Portugal e a sua unidade. Assim, atribuiu aos homens e às mulheres funções concernentes a esse fim, afirmando os ensinamentos religiosos a via segura para unir os esforços individuais e garantir a coesão dos interesses políticos e sociais.

⁷² Palavra ilegível.

5. CONCLUSÃO

Analisar o pensamento do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama e a visão educacional defendida n' *O Carapuceiro* (1832-1842) implicou considerar o contexto histórico brasileiro nas décadas correspondentes à divulgação do jornal. Em uma época marcada pela ruptura política com Portugal e o estabelecimento do regime constitucional representativo, a imprensa desempenhou importante papel na construção do Estado Nacional por meio da divulgação e da representação dos interesses de grupos políticos e econômicos atuantes na sociedade.

Ao defender diretrizes que contribuíssem para a construção de uma ideia de nação e divulgar os acontecimentos políticos do Brasil, inclusive participando de perto de muitos deles, os jornais traduziram as exigências de um período histórico em transformação, promovendo a difusão de ideias apropriadas ao processo de modernização.

Discursar sobre os fatos políticos e questionar as ações cotidianas dos brasileiros consistiram na tarefa do padre jornalista. Lopes Gama impregnou o jornal *O Carapuceiro* de caráter educativo com a assumida finalidade de instruir e educar os brasileiros para o advento da nação e do progresso social. Nos artigos denominados costumbristas é possível observar a presença de elementos educativos que evidenciam a concepção de homem, sociedade e educação que deveriam nortear as ações individuais voltadas ao bem do estado social em vias de construção.

Analisar a educação no pensamento de Lopes Gama tendo por suporte as caracterizações feitas por estudiosos do jornal impediria extrair do debate os seus propósitos primeiros. “Caricaturista social”, “costumbrista” e “antecessor das ideias marxistas” são generalizações que imporiam obstáculos ao entendimento das questões tratadas e diminuiriam o valor histórico de seus escritos, relegando seu pensamento a escopos puramente subjetivos e descolados da realidade. Ao mesmo tempo, eliminar suas preocupações com os conflitos políticos, sociais e culturais vigentes em sua época não traduz sua contribuição para a história nacional e para a historiografia da educação.

Diante do propósito de construir um modelo de nação e consolidá-lo, a análise educativa sobre o pensamento de Lopes Gama ganha relevância. Para ele, a composição do governo brasileiro deveria envolver homens capazes de construir um Estado com objetivos progressistas e industriais, condizentes ao modelo civilizado europeu. Somou esforços para essa tarefa ao propor reformas graduais nas instituições do estado e, sobretudo, ao entrever na educação a possibilidade dela produzir alicerces sociais sólidos, isto é, indivíduos sobejamente preparados para elevar o Brasil a uma condição de civilidade igual à das nações desenvolvidas.

O caminho seguro para essa concretização seria o da educação. Ela despontava como fator decisivo na construção de uma sociedade material e espiritualmente avançada, cujas mudanças decorrentes desse processo legavam ao cotidiano social benefícios como também seriam hábeis em promover o desregramento das condutas individuais. Dessa forma, a educação recebida pelos jovens teria o poder de coibir os excessos sem, entretanto, impedir o desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que defendia uma educação conectada às práticas políticas e econômicas da época, salientava as inconveniências que o apego material legava à formação da mocidade. A crítica a essa inclinação deve ser vista como a tentativa de moderar o alcance das transformações e a impossibilidade de dirimir os seus efeitos, bem como facilitar a aceitação do progresso e retornar, nos aspectos já apontados, à forma da vida privada condizente ao período colonial.

Num contexto de conflitos sociais latentes, a justaposição do conceito de progresso e o de retrocesso é capital no pensamento de Lopes Gama. A admissão da ruptura política entre Brasil e Portugal e a percepção do esfacelamento das velhas relações inerentes ao colonialismo não foram determinantes para romper a atmosfera que rondava a mentalidade da época. O que se observa em seus escritos é um constante tensionamento entre o presente e o passado, com a articulação de ideias voltadas à melhoria da vida material e de outras que projetavam o retrocesso ao status colonial.

Estabelecer vínculos entre o ideário liberal e a religião, utilizando o pensamento iluminista para justificar e criticar as práticas sociais em processo, buscar na irreligiosidade a causa do atraso foi o meio empregado na análise

social de Lopes Gama para atingir o objetivo de mostrar a inexorabilidade das práticas progressistas. Além disso, buscou mostrar os prejuízos que essa trazia quando não se cuidava de preparar de antemão o cenário social e os indivíduos que seriam atingidos por ela.

Embora o discurso se contradissesse em muitos momentos, é possível traçar algumas linhas norteadoras no que se refere ao objeto desta pesquisa: a educação. Os mesmos ensejos históricos que justificam a contradição do pensamento de Lopes Gama demonstram as razões que o levou a empreender-se na tarefa de educar a elite brasileira.

Considerar a pobre como integrante do movimento social e reconhecer sua contribuição na economia não influenciou na construção de propostas educativas direcionadas a ela. Instruir o povo significava combater o desequilíbrio social desenvolvido pela ignorância e imoralidade, observado nas revoltas separatistas e republicanas que atemorizava o fortalecimento do Estado. Incapacitado o povo na função de administrar e governar o Brasil, via no trabalho, aliado à instrução e à educação moral apoiada na religião, a medida suficiente para manter a massa no caminho da ordem e impedir o contato com as ideias e movimentos reivindicatórios que pudessem retirar os privilégios conquistados pelos grupos dominantes.

Seus propósitos educativos permaneceram destinados à elite, a seu ver, a classe que poderia introduzir o Brasil no caminho percorrido pelas nações europeias. Exigir dos futuros dirigentes competência somada à retidão moral pressupunha instrumentos que auxiliassem na contenção das paixões, no controle e discernimento das teorias materialistas e, sobretudo, na instituição de novos hábitos de vida. Essa reforma na educação cobrava moderação no ideário liberal, cuja ausência de valores religiosos gerava uma luta obstinada pelo poder e pela riqueza.

Lopes Gama defendia a permanência de cada indivíduo na classe social à qual pertencia e, por isso, buscou valorizar o que considerava inerente a todos os homens: o caráter. Reformar os costumes e mudar os hábitos poderia ser realizado por toda população, sem a distinção social imposta pela hierarquia da época. De tal modo, aliou os interesses da elite dominante em manter o *status quo* ao controle dos abusos cometidos em nome do progresso.

Ao divulgar um ideal de vida privada contida e sem excessos, Lopes Gama cobrava aos indivíduos aceitarem o fato de que as conquistas humanas eram superiores às provenientes das riquezas materiais. A busca da riqueza pela riqueza gerava caos na organização social, com elas os indivíduos, para satisfazer seus desejos terrenos contribuíam com a perpetuação de condutas imorais e ilícitas e fomentavam a desarmonia social. Para conter os excessos que porventura o povo cometesse ao buscar condições materiais idênticas à elite a existência de uma educação moral fundada na religião lhe parecia fundamental, pois ela constituía-se na única força capaz de regular as paixões e elevar o pensamento humano acima dos interesses particulares.

Os valores fundantes da educação da mocidade se amparavam em elementos progressistas e, ao mesmo tempo, conservadores das relações históricas brasileiras ainda vinculadas ao antigo estatuto colonial. Admitir a educação feminina, e da forma como a propôs Lopes Gama, reafirmava o papel das mulheres traçado no tempo de colônia e que ainda vigorava no cotidiano brasileiro pós-independência. Essa educação de exaltação das qualidades maternais, atribuída por Deus, na sua visão, fazia reforçar nas mulheres o apego à submissão, modéstia e principalmente à religiosidade.

Em relação à educação masculina, Lopes Gama tratou de ressaltar as condutas de âmbito privado aliadas aos princípios apropriados na atuação da esfera pública. Esta interação entre os valores necessários às relações pessoais e as atividades públicas convergem na forma de patriotismo, de um liberalismo moderado e da religião, coligidas no objetivo de manter a ordem e a harmonia na sociedade. Conclui-se que o modelo de educação seguido por Lopes Gama correspondeu à necessidade de preparar a sociedade para a absorção de práticas sociais progressistas sem, entretanto, permitir os excessos oriundos dessas mesmas práticas.

Assim, ao criticar a corrupção dos magistrados, o interesse exacerbado em conquistar poder político e a permanência da escravatura no sistema produtivo brasileiro e denunciar o despreparo dos governantes brasileiros, Lopes Gama procurou criar um modelo ideal de homem aliando antigos comportamentos aos princípios burgueses. Esse estado de coisas decorrente da má educação só encontraria solução na própria educação, formulada em princípios altaneiros e de austera constituição moral.

O descrédito com que se referia à geração que governava o Brasil tornou-se evidente nos artigos que procuraram desqualificar as políticas adotadas pelo governo regencial. A metáfora utilizada na comparação do Brasil ao escravo alforriado exprime as consequências das restrições impostas pelos tempos coloniais e abusos cometidos em nome da liberdade. Para ele, as reformas graduais nas instituições e, sobretudo nos costumes, eram a fonte das mudanças necessárias ao Brasil, as quais preparariam as futuras gerações no uso da liberdade de forma responsável e ponderada.

Lopes Gama era ciente do fato de que a manutenção das antigas instituições dificultava a entrada de novas relações sociais no Brasil, porém, romper drasticamente com a ordem e aderir às ideias liberais difundidas especialmente pelo ideário francês, como a instituição da república, parecia-lhe perigoso.

Apontar a escravidão como uma das causas da imoralidade dos nacionais, constituiu na justificativa para a abolição. Os esforços realizados para a inserção do Brasil no caminho do progresso determinavam a substituição gradativa dos escravos por trabalhadores livres (nacional ou estrangeiro) de forma gradual. Defender iniciativas que visassem inserir nos brasileiros o gosto pelo trabalho compunha a resolução de dois problemas: o ócio causador de imoralidade e dos atos ilícitos e a estagnação das relações comerciais e de produção.

Como se vê, o discurso em prol da libertação dos escravos buscou inserir o Brasil ao mesmo patamar civilizatório e industrial vigente em outros continentes. No entanto, sua tentativa encontrou obstáculos na própria classe que defendia, pois a manutenção da escravidão era a única garantia dos privilégios políticos e das riquezas individuais desfrutados pela elite. Por mais que Lopes Gama tivesse realizado a defesa de ideias modernizantes direcionadas ao desenvolvimento do Estado Nacional, os obstáculos produzidos pelas estruturas arcaicas, escravistas, impediam o estabelecimento de práticas progressistas e liberalizantes tanto no âmbito da produção como no da vida privada.

A análise d' *O Carapuceiro*, impresso jornalístico no qual o pensamento de Lopes Gama ganhou expressão, marca os aspectos reformadores de suas ideias. Apontar a reforma moral como determinante à constituição e

consolidação do Estado Nacional e, portanto, a prosperidade da nação, expôs uma visão de educação na qual a união entre a instrução escolar e a moral fundada na religião forneceria as bases para uma sociedade feliz, ordeira e pacífica. Neste propósito educacional, presumia que o espírito egoísta e materialista dos indivíduos se submeteria ao temor a Deus e as benesses da vida eterna.

Em outras palavras, ao reformar os comportamentos individuais pela educação, os homens de posse atenderiam tanto aos interesses da classe que integravam como zelariam pela vida do povo, fornecendo-lhes meios propícios a uma vida digna e tranquila. Deste modo, investir na educação da mocidade era a garantia de um futuro próspero ao Brasil. Os primeiros passos deveriam ser dados pelos pais, mestres e todos aqueles que se preocupavam com a concretização do ideal civilizatório em andamento e de uma nação industriosa.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

GAMA, M. S. L. **O Carapuceiro (1832-1842)**. 3 v. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983 (Coleção Cidade do Recife, 27).

Jornais:

Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário. Redator: José Apolinário Pereira de Moraes, José Francisco Xavier Sigaud, Francisco Crispiniano Valdetaro, e Evaristo da Veiga (maio de 1831 e fevereiro de 1834).

Diário Novo, Redator Luís Inácio de Abreu e Lima, José Inácio de Abreu e Lima e Joaquim Nunes Machado. (Dezembro de 1845).

Fontes secundárias e literatura de apoio

ALVES, G. L. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga: Humanidades, 1993.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1883-1834). **Jornal O Carapuceiro**. Volume XI, 1885, organizado pelo bibliotecário Dr. João da Saldanha Gama. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Anais_BN&PagFis=32853>. Acesso em: 12 abr. 2012, p. 431-433

ARAUJO, M. M. Uma história de precursores e ativistas. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIV. Nº 1. Jan/jun 2008, p-20-23.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Verbete Padroado. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. CD-ROM. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm> Acesso em: 15 out. 2012.

ASH, W. **Marxismo e moral**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ASSIS, R. M. **Psicologia, Educação e Reforma dos costumes**: lições da *Selecta Catholica* (1846-1847). 2004. f. 283. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura**. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos. 1976.

AZZI, R. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

_____. **A cristandade colonial**: Um projeto autoritário. São Paulo: Paulinas, 1987.

BARATA, A. M. A maçonaria e a ilustração brasileira. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, out. 1994 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2013.

BASILE, M. **O laboratório da nação**: a era regencial (1831-1840). In. GRIMBERG, K; SALLES, R. (Org.) *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119

BAUMER, F.L.V. **O pensamento europeu moderno**: volume 1 século XVII e XVIII, Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

BELLO, R. A. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: CEPE, 1978.

BENEVIDES, M. H. C. Um Conceito de Civilização – Escritos de Euclides da Cunha. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 84, p. 1-5, 2008. < Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84benevides.pdf>> Acesso em: 6 mai. 2013

BETHELL, L. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1976.

CAEIRO, F.G. Para uma história do iluminismo no Brasil: Notas a cerca da presença de Verney na Cultura Brasileira, **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, 1979, p. 109-118. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v5n1-2/v5n1-2a06.pdf>>. Acesso: 23 fev. 2012.

CALOGERAS, J. P. Formação Histórica do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARELLI, M.O. **Culturas Cruzadas**: Intercâmbios culturais entre França e Brasil. Tradução: Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus, 1994

CARNEIRO, E. **A Insurreição Praieira (1848-49)**, Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem; Teatro de sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996

_____. Introdução. In: VASCONCELOS, B. P de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Organização e introdução: José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 9-34

_____. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**. São Paulo vol. 18 n. 36, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 fev. 2012.

CHALLANDES, J.F. Moral e sociedade: as bases morais da nação e do patriotismo no pensamento de Diogo Feijó e seus aliados (1819-1839). **Textos de história**. Vol. 11, n. 12, 2003 Disponível em <<http://www.red.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5921/4898>>. Acesso em 12 dez. 2011

CINQUE, F.R. **A educação no pensamento de Hipólito José da Costa**: A ação pedagógica do *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

COLBARI, A. L. **Ética do Trabalho**: A Vida Familiar na Construção da Identidade Profissional. São Paulo: Letras e Letras da FCAA/UFES, 1985.

COSTA, E. V. **A abolição**. São Paulo: Global, 1982.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 1º ed. Grijalbo: São Paulo: 1977.

DANTAS SILVA, L. Prefácio_ In: **O Carapuceiro**. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 1983.

DELGADO, L, **Gestos e Vozes de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1980.

DIAS DA SILVA, M. F. **Diccionario biographico de brasileiros celebres**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

FALCON, F.J.C. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1989.

FELDMAN, A. **O império das carapuças**: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842), 2008, 166f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. “Na arena dos gladiadores periodioqueiros”: o padre carapuceiro e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 365-388, 2008. <Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/15310/10300>> Acesso em: 10 jan. 2012;

FIGUEIRA, P. A. A educação de um ponto de vista histórico. **Rev. Intermeio**, Campo Grande: UFMS, v. 1, n.1, p. 11-15, 1995.

FONTELLA, L. G.; MEDEIROS, E. W. Revolução Haitiana: O medo negro assombra a América. Santa Maria, 2007, **Disc. Scientia**. v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2007/revolucao.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013

FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo UNESP, 2012.

FREYRE, G. Prefácio. In: VALENTE, W. **O Padre Carapuceiro**: crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Departamento de Cultura da SEEC: Recife, 1969.

_____. Um ortodoxo brasileiro do século XIX **Jornal do Commercio**. Recife, 17 set. 1942. Coluna: Pessoas, Coisas e Animais. Disponível em: http://bvvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/um_ortodoxo.htm. Acesso em: 14 ago. 2011

_____. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAMA, L. **O Carapuceiro**: Crônicas de costumes. Organização e introdução: Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HERNANDEZ, M. H. O. **A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HOBSBAWM, E. J E. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz de Terra, 1989.

IKEDA, D.; Wilson, B. **Valores Humanos num mundo em mutação**: Um diálogo sobre o papel social da religião. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LA BARBINAIS, L. G. Nouveau Voyage autor du monde. In: FRANÇA, J. M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). São Paulo UNESP, 2012. p. 515-552

LARA, T. A. **Tradicionalismo Católico em Pernambuco**. Recife: Massanga, 1988

LASKI, H. J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou. 1973.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, G. L. **Pernambuco 1817: estruturas e comportamentos sociais**, Recife: Massangana, 1988.

_____. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**, Recife: Massangana, 1989.

LESSA, S. **Iluminismo e marxismo**: A questão antológica. Professor do Departamento de Filosofia da UFAL, 2007. Artigo não publicado. Disponível em: <sergiolessa.com/no_published/ILUXMARX.pdf> Acesso em: 25 jun. 2012.

LYRA TAVARES, A. **BRASIL-FRANÇA: ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1979

LOSE, A. D. Espelho dos Monges de São Bento. In: **XXI Encontro Nacional da ANPOLL**, 2006, São Paulo. Resumos do XXI Encontro nacional da ANPOLL. São Paulo, 2006. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/poslinpor/gtmedieval/publicacoes/serie01_metodologias/metodologias_alicia-duha.pdf. Acesso em: 15 dez. 2012

LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MALERBA, J. **O Brasil Imperial: Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: EDUEM, 1999.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

MARSON, I. A. **Rebelião Praieira**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, M.F.V. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARX. K. ENGELS. F. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. [1845-46]. Tradução Rubens Enderle,

Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**: A formação do Estado Imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora ACCESS, 1994.

MEIRELLE, J.G. **Imprensa e poder na Corte Joanina**: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MELLO, E. C. Introdução. In: GAMA, L. **O Carapuceiro**: Crônicas de costumes. Organização e introdução: Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-26.

_____. Dezessete: a Maçonaria dividida. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro: PPGHS/UFRJ, v. 4. Março 2002, p. 9-37.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MIZUTA, C.M.M; FARIA FILHO, L.M.; PERIOTTO, M.R. (Org.) Apresentação. In: **Império em debate**: Imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: EDUEM, 2010.

MONTEIRO, H. M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1990.

MONTENEGRO, O. **Memórias do Ginásio Pernambucano**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1943.

MOREL, M. Pátrias polissêmicas: república das letras e imprensa na crise do império português. In: **Iluminismo e Império no Brasil**: O Patriota (1813-1814). Kury, Lorelai (org) Editora FIOCRUZ, 2007.

MURASSE, C. M Verbete Bernardo Pereira Vasconcelos. In: SAVIANI, D; LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. CD-ROM. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, G. P. **A religião do império e a Igreja**. In: Grinberg. K; Salles. R (Org.). O Brasil imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. I, p. 377-428.

PAIM, A. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PALLARES-BURKE, M. L. G, **Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PERIOTTO, M. R. **A "espiral do progresso" e a felicidade da nação: a instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a 1850**. 2001. 215f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Franceses no Brasil: As idéias do século XIX, hábitos e costumes na província de Pernambuco (1840-1850)**. Teoria e Prática da educação, Maringá, v. 15, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v15n1/12.pdf>> . Acesso em: 23 jan. 2013

PIMENTA, J. P. G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

QUINTAS A. **O Padre Lopes Gama: um analista político do século passado**. 2. ed. Recife: Editora Universitária, 1975.

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador: A ideia de Progresso**, São Paulo: UNESP, 2000.

RUCKSTADTER, V. C. M. **Luis Antonio Verney e o projeto pedagógico modernizador do reino português: uma análise do verdadeiro método de estudar (1746)**. 2012, 259f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SCANTIMBURGO, J. **Tratado Geral do Brasil**: Origem, fundamentos e evolução da cultura brasileira. 3. ed. São Paulo: LTr, 1998.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

_____. **As razões da Independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1969.

_____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SUZANNET, C. **O Brasil em 1845**: Semelhanças e diferenças após um século. Tradução: Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

TAVARES, R. A. **Igreja Católica e a política**: reflexões sobre instituição e poder. 2009, 91F. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Brasília, Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6825/igreja_catolica_arquivo.pdf?sequence=1 Acesso em: 5 dez.2012

VALENTE, W. **O Padre Carapuceiro**: crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Departamento de Cultura da SEEC: Recife, 1969.

_____. Prefácio. In: QUINTAS A. **O Padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. 2. ed. Recife: Editora Universitária, 1975. p. 5-19.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

WERNET, A. **Sociedades políticas (1831-1832)**. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. **O período regencial**: 1831-1840. São Paulo: Global, 1982.

ANEXOS



ANEXO A – Miguel do Sacramento Lopes Gama, o *Padre Carapuceiro*. Foto de Rucker Vieira, da reprodução a óleo de Baltasar da Câmara, pertencente à galeria do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Da coleção de fotografia do autor. Imagem retirada do livro *O Padre Carapuceiro: Crítica de Costumes na primeira metade do século XIX* (1969) de Waldemar Valente

ANNO DE 1832. *Sabbado 7 de Abril.* NUMERO 1

PERIODICO SEMPER MORAL, E SO'

PER ACCIDENS POLITICO.

O CARAPUCEIRO,

Hunc servare modum nostri novere libelli:

Parcere personis, dicere de vitiis.

Marcial Liv. 10. Epist. 33.

Guardatei neste Folha as regras boas,

Que he dos vicios fallar, não das pessoas.

IMPRESSO EM PERN. POR J. N. DE MEILLO NA TYP. FID.; R. DAS FLORES N. 17. — 1832

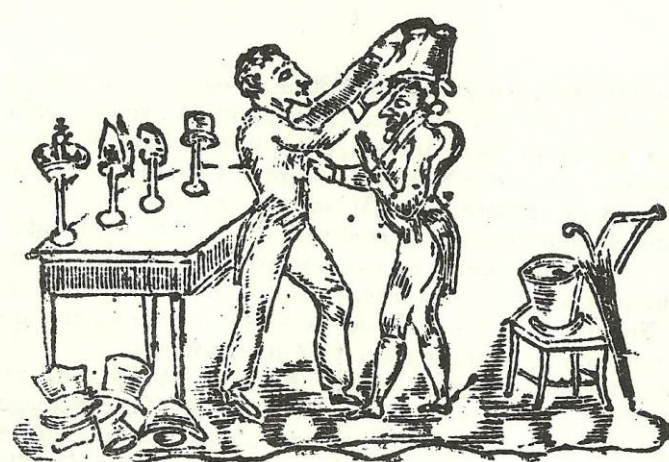
Em quanto os outros Periodicos d'alto coturno todas s'empregão na Politica; huns explicando direitos, e deveres sociaes, outros levantando questões subtilissimas; estes dando alvites; ora acertados, ora com o pequeno defeito, de serem impraticaveis, aquelles alardeando aqui para nós) seu bom partido por voices; em quanto os mais valentões, e como se costuma dizer, de faca, e calhão, lá se esmechão huns aos outros, lá se mordem, e esfarrachão, como cães damnados, o que prova admiravelmente, que ambos tem carradas de rasão; eu, que sou hum piégas no circo dos gladiadores Periodiqueiros, não me metterei nesses debuchos, nem he minha intenção pôr-me a escarapellas, e tracamundanas com o meu proximo, huns por que os respeito por bons, outros por que os temo por Ferrabrazes.

O meu campo neutro será a Moral: e como os vicios são sujeitos sem corpo, nem alma, são assim por modo de cousas encantadas (por que encantão a muita gente) esses serão os Paladinos, que me prope-

nho a combater. Bem sei eu, que a pezar de não trazereim faca, nem serem capazes de dar hum socorro, se quer; são todavia senhores muito de suas pessoas; e valentões, como elles sós: mas o mais a que chegado, he levarem mil vergalhadas, e continuarem na mesma: alguns porrem-lá; que se correm, e envergouhao; e por isso não tornão pelas suas más manhas. Bem verdade he, que a maior parte dos meus muito-respeitaveis Colegas; os Srs. Journalistas de bacolha, do 1.º Numero, com que estreeo a campanha, Periodiqueira, promettem, jurão, e trejurão, que não offenderão a folego vivo, nem que os escorchem; por que só querem derramar luzes, ainda bem que muito baratas, que custão á rasão de 80 rs. cada can-deinha, mas em poucas palhetadas esquecem as promessas, como aos navegantes, e paridas, e eilos engalilhados huns nos outros, des-cantando-se de parte a parte toda a ladainha das suas vidas privadas. Mas se eu digo aos meus benignos Leitores, que tal tenção não faço; por que me não haão de acreditar? De mais

SABADO 7 A. JU.

ANO DE 1832 - N.º



O CARAPUCEIRO,

PERIODICO SEMPRE MORAL, E SQ' PER ACCIDENS POLITICO

Hunc servare modum, vestri novere libelli!
Parcere personis, dicere de vitiis.
 Marcial Liv. 10. Epist. 33.

Guardare: nesta Folha as regras L.
 Que he dos vicios fallar, não das pessoas.

IMPRESSO EM PERNAMBUCO POR J. N. DE MELLO NA TYPOGRAFIA FIDEDIGNA.

Mais val tarde, que nunca. Até a
 qui vendi carapuças, a retalho, ora
 aqui, ora ali, ora acolá. Agora estou
 de loja aberta; e tenho carapuças de
 todos os tamanhos, e para toda a
 casta de cabeça. Cheguem, fregue-
 zes, cheguem. Cáia os cobres, me-
 nos os chanchãas.

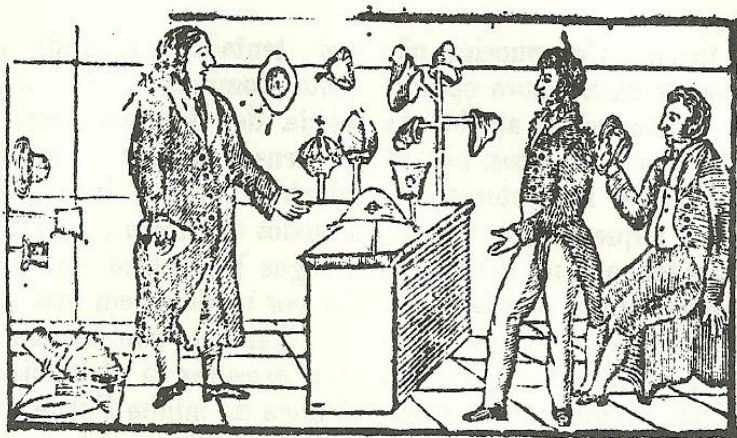
O QUE HE SER GAMENHO.

Chama-se gamenho todo, aquelle
 individuo, que não tem outro offi-
 cio; outro emprego, outro cuidado,
 e não emboqueira-se para namorar;
 donde bem se vê, que gamenho, e
 fidalgo são synonymos. Quando vós vir-
 um sujeitinho, quasi Melchise-
 de, sem parente, nem adherente,
 e (o que ainda he mais) sem officio,

dos conhecidos na Republica, sem
 industria licita, sem beneficio, e po-
 retanto muito asseado, e faustoso,
 com todos os sinco dedos de huma,
 e outra mão carregados de anelões
 de ouro, brilhantes, etc., passeador
 incessante, e quasi inquieto pelas es-
 quinas, e botequins, levando ma-
 nhãs, e tardes já n'huma botica,
 já n'huma loja; por que de fronte
 morão humas Meninas geitosas, e
 caroaveis do namôro; ahí tendes
 hum gamenho ás direitas.

Ainda as modas estão em archety-
 po, isto he, na mente incansavel, e
 prodigiosamente creadora dos peti-
 metres de Pariz, já o nosso gamenho
 as adivinha, e as faz apparecer com
 todo o escriptulo, e com huma pon-
 tualidade verdadeiramente admira-
 vel. Mr. Tal, cabeleireiro fo-mado

ANEXO C- Primeira edição d'O Carapuceiro com a presença da caricatura de uma chapelaria (07/06/1832).



O CARAPUCEIRO.

PERIODICO SEMPRE MORAL, E SUPERACCIDENS POLITICO.

*Hui servare modum nostri novere libelli
Parcere personis, dicere de vitiis.*
Marcial Liv. 10. Epist. 33.

Guardarei nesta Folha as regras boas,
Quo he dos vicios fallar, não das pessoas!

Depois de huma interrupção proximo, nem eu assignei escriptura alguma, pela qual me obri-
gasse a escrever por tanto tempo.
per o Carapuceiro, com que a vontade do respeitavel Publi-
tanto se arrepejavão as Senhorias os gamenhos, &c. &c. Mas co.; pelo que escreveo, quando
tao se arrepejavão as Senhorias os gamenhos, &c. &c. Mas co.; pelo que escreveo, quando
por que esteve tanto tempo cala- posso, e me parece, e quando
lo o Carapuceiro? (dirão al- não estou para isso, deixo d'es-
guns de meus pios Leitores) :ao crever; por que sou hum ente li-
que nada há mais facil, do que vre, e vivo no seculo das luzes,
sponder, que isso não vem ao e de muita somma de verdade.
isso, não he da conta do meu Disse.

ANEXO D – Após a interrupção de dois anos, O Carapuceiro retornou com nova caricatura. (19/04/1837)

O CARAPUCEIRO.

Periodico Moral, e so' per accidens politico.

Hanc servare modum nostri novere libelli
Percere personis, dicere de vitiis.
Marcial Liv. 10 Epist. 33.

Guardarei nesta folha as regras boas
Que he dos vícios fallar, não das pessoas.

ANNO DE 1842.)

Sabbado 2 de Abril.

(NUMERO 1.)

DEPOIS de diuturna interrupção, eis apparece de novo o pequenino, e pobre Carapuceiro, que mais por benevolencia dos illustres Leitores, do que por merito proprio sempre foi bem acceito de seus respeitaveis concidadãos. Quando estive na Capital do Imperio contractei de só ali publicar este periodico: como porem terminasse a impreza da companhia, para com quem me havia pinhorado, concidero-me quite a tal respeito; e por isso torno a publicar o meu Carapuceiro em Pernambuco.

Já prevejo, que não faltará quem, independente de pedir a palavra, me interpele, exigindo de primas em primeiras o meu novo programma; porque em verdade isso de programmas anda tão em voga, e he tanto do gosto do seculo, que não tardará muito, que até os que forem barbear-se ali por essas lojinhas exijão previamente o programma do mestre barbeiro, isto he; qual a qualidade, e estado das navalhas, qual a natureza do sabão, qual o luxo dos penteadores, e toa'has, e sobre tudo o preço da barbeação. Em verdade o espirito do seculo parece ser de não comprar jamais nabos em sacos; e d'aqui, quanto a mim, a generalidade dos programmas. mas o que acontece muitas vezes he, que fogindo das brazas, vimos a cahir nas lavaredas, quero dizer; não compramos sim nabos em sacos; mas os mais espertos, e matreiros impingem-nos gato por lebre:

em sum-na boas promessas não faltão: quanto á execução *hoc opus, líc labor est.*

Qual será pois o meu novo programma? O mesmo, que propoz desd'o seu 1.º N.º o Carapuceiro, e que até aqui (Deos louvado) tem seguido de conformidade com o seu titulo, e do texto do faceto Erasmo, que tomou por epigraphe — *Parcere personis, dicere de vitiis.* — Proseguirei por tanto a zorregar os vícios ridiculos, respeitando sempre as pessoas, e sem o menor intento de fazer alusões. Se algum de meus pios Leitores por malicioso, e tençoeiro as fizer lá de seu motu proprio, disso não sou eu culpado. Quando o grande La Bruyere (em comparação do qual eu sou como o oução ao pé do elefante) publicou os seus immortaes caracteres, por mais sinceros, e cirandados de odio pessoal, que fossem os seus retractos, não faltou quem lhes suppozesse despeitosas intenções, e logo sahio á luz hum escripto sob o titulo de — *Chave dos Caracteres de La Bruyere* —, onde se applicavão quasi todas as notabilidades da Corte. Quem está livre de hum falso testemunho? Que intenção há por mais pura e limpa, que não possa ser envenenada pela malicia humana, mórmente em hum seculo, que desponha de agudo?

Sei, que os nossos vícios são os nossos mais prezados filhos; e por isso quando nelles nos tocão, ainda que seja em quadros impessoaes angamo-nos,

ANEXO E — Após uma nova interrupção, O Carapuceiro retorna sem caricatura.
(02/04/1842)



ANEXO F – Durante a permanência no Rio de Janeiro como deputado de Pernambuco, Lopes Gama publicou *O Carapuceiro na Corte*. Imagem retirada do livro *O Padre Carapuceiro: Crítica de Costumes na primeira metade do século XIX* (1969) de Waldemar Valente

O CARAPUCEIRO

PADRE
LOPES GAMA



ANEXO G – Capa da edição fac-similar (1983)